

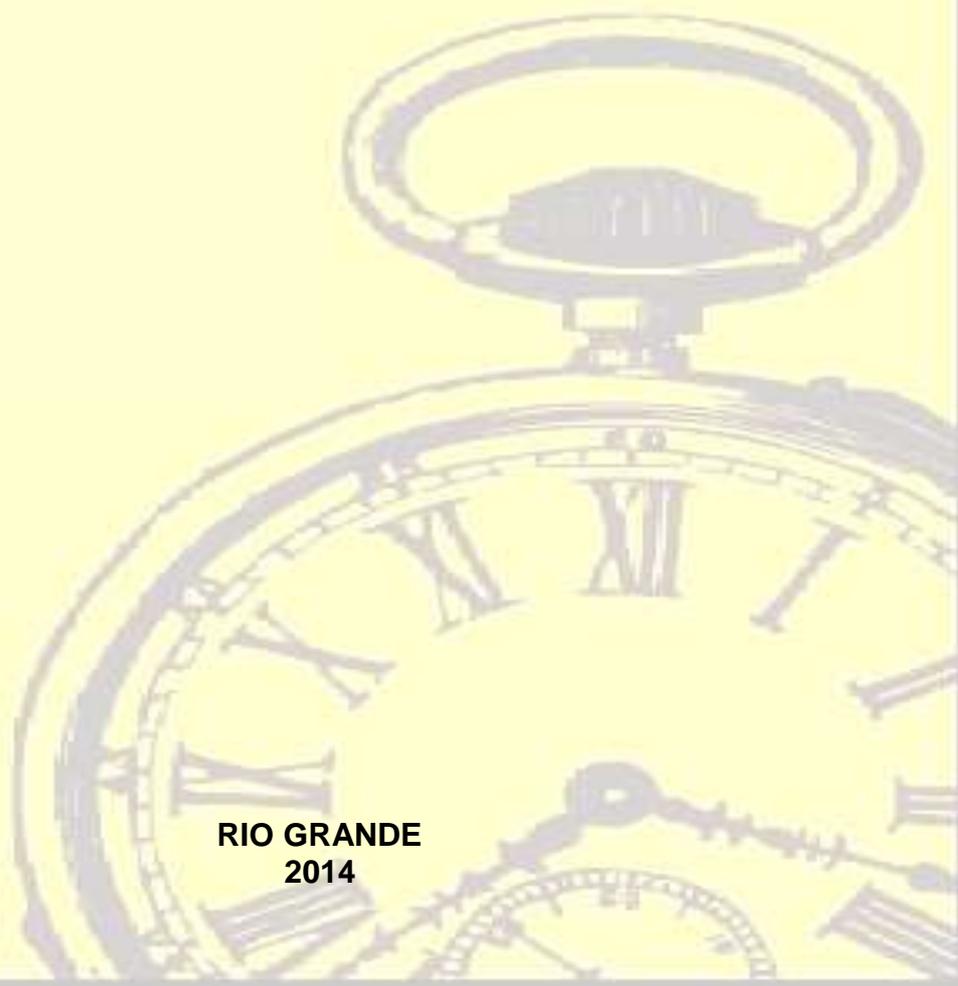
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

**ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
FONTES PARA O ENSINO E A PESQUISA DA HISTÓRIA (1871-1885-1888)**

ELISABETE RODRIGUES MORAES

**RIO GRANDE
2014**



ELISABETE RODRIGUES MORAES

**ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
FONTES PARA O ENSINO E A PESQUISA DA HISTÓRIA (1871-1885-1888)**

Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação do professor Dr. Francisco das Neves Alves.

**RIO GRANDE
2014**

M827a Moraes, Elisabete Rodrigues

Abolição da escravatura no Brasil sob o prisma da imprensa : fontes para o ensino e a pesquisa da história (1871-1885-1888) / Elisabete Rodrigues Moraes .- 2014.

130 f. : Il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco das Neves Alves

Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Mestrado Profissional em História .

1. História – Brasil 2. Imprensa 3. Escravidão I. Alves, Francisco das Neves II.Título

CDU 070(816.5) : 326

ELISABETE RODRIGUES MORAES

**ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL SOB O PRISMA DA IMPRENSA: FONTES
PARA O ENSINO E A PESQUISA DA HISTÓRIA (1871-1885-1888)**

Dissertação apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, sob orientação do professor Dr. Francisco das Neves Alves.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2014, com o conceito **A**, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Francisco das Neves Alves – Doutor pela PUCRS
Professor da Universidade Federal do Rio Grande

Luiz Henrique Torres – Doutor pela PUCRS
Professor da Universidade Federal do Rio Grande

Mauro Nicolas Póvoas – Doutor pela PUCRS
Professor da Universidade Federal do Rio Grande

Reto Monico – Doutor pela Universidade de Genebra
Membro Examinador Externo

*“O QUE É VISTO COM O OLHAR DA MENTE,
JAMAIS PODERÁ SER DESTRUÍDO.”* (Escriba
grego há 2.500 anos)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vontade de superar obstáculos, pela criatividade e pela capacidade intelectual que concede a cada ser humano.

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco das Neves Alves pela orientação incansável.

Ao esposo e filho pelo apoio e incentivo.

À Biblioteca Rio-Grandense por disponibilizar seus arquivos para pesquisa.

Aos professores e colegas do Mestrado Profissional em História da FURG pela amizade e contribuição ao dividir comigo seus saberes. Vocês foram muito importantes nesta caminhada.

Aos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Neri pela amizade e carinho.

Aos meus alunos que participaram desta pesquisa. Vocês foram fundamentais para realizarmos este empreendimento.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo dar continuidade à pesquisa desenvolvida em minha especialização em História do Rio Grande do Sul, momento em que investiguei sobre as formas de divulgação das leis abolicionistas, *Ventre Livre*, *Sexagenários* e *Lei Áurea* através da imprensa rio-grandina do século XIX representada pelos periódicos *Echo do Sul*, *Artista*, *Comercial* e *Diário do Rio Grande*. Dando continuidade à investigação, e partindo do pressuposto de que o jornal pode ser utilizado em sala de aula como fonte de pesquisa histórica, busquei verificar como esta fonte pode ser trabalhada com alunos do ensino fundamental de forma a desenvolver sua consciência histórica. A pesquisa foi pautada em investigações na área da Educação Histórica e na teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen que investiga a caracterização e os fundamentos do conhecimento histórico e sua relação com a vida prática, buscando compreender como crianças e jovens aprendem história. Usei a metodologia de pesquisa-ação privilegiando o trabalho com a interpretação da linguagem dos textos históricos e a construção de narrativas por parte dos aprendizes de uma turma do 8º ano e uma turma de 8ª série do ensino fundamental de uma escola municipal da cidade do Rio Grande, nos dois últimos meses de 2013. Constatei que é possível a construção do aprendizado de História a partir da análise de matérias jornalísticas, comparando fontes e buscando a compreensão das possibilidades do discurso dos jornais, bem como este trabalho pode ser realizado através das tecnologias digitais de forma a torná-lo prazeroso para o estudante. Algumas considerações podem ser apontadas, entre elas a necessidade do professor de história oportunizar condições de aprendizagem que propiciem ao aluno sentir-se agente na construção do conhecimento e de um ensino de história significativo, dando-lhe condições de compreender de forma mais profunda a vida humana, bem como a necessidade da utilização, por parte dos professores, da narrativa como forma de ensino-aprendizagem. Seria a utilidade prática da história.

PALAVRAS-CHAVE: Jornais como documento. Ensino de história. Consciência Histórica. Educação histórica. Narrativa histórica.

ABSTRACT

This work aims to continue the research developed in my specialization in History of Rio Grande do Sul, when I investigated about ways to disseminate the abolition laws, Free Womb Law, Sexagenarian Law and the Áurea Law through the rio-grandina press, of the Century XIX, represented by periodic Echo do Sul, Artista, Comercial and Diário of Rio Grande. Continuing the investigation and assuming that the newspaper can be used in the classroom as a source of historical research, I sought out verify how this source can be worked with elementary students in order to develop their historical consciousness. The research was based in the area of History Education and Historical Consciousness in the theory of Jörn Rüsen that investigates the characterization and the foundations of historical knowledge and its relation to practical life, trying to understand how children and youth learn history. Used the methodology of action research focusing on working with the interpretation of the language of historical texts and the construction of narratives of apprentices in a class of 7th grade and a class of 8th grade of elementary education at a public school in Rio Grande, in the last two months of 2013. I have found it is possible to build the learning of history from the analysis of newspaper articles, comparing sources and seeking to understand the possibilities of the discourse of newspapers, as well as this work can be done through digital technologies in order to make it pleasurable for the student. Some considerations can be identified, including the necessity of a history teacher give learning conditions that provide the student feel agent in the construction of knowledge and education for a meaningful history, giving the student a position to understand more deeply the human life, as well as the need to use, by teachers, the narrative as a way of teaching and learning. It would be the practical utility of history.

KEY-WORDS: Newspapers as document. Teaching history. Historical Consciousness. Historical education . Historical narrative.

LISTA DE FIGURAS

Blogue – imagem do cabeçalho	77
Blogue – breve explicação sobre as leis abolicionistas	78
Blogue – reportagem do periódico e perguntas para reflexão	78
Blogue – imagem digitalizada do jornal	79
Página do jornal <i>Echo do Sul</i>	81
Fragmento de página do jornal <i>Comercial</i>	82
Fragmento de página do jornal <i>Diário do Rio Grande</i>	83
Coluna do jornal <i>Artista</i>	84
Fragmento de página do jornal <i>Echo do Sul</i>	85
Coluna do jornal <i>Artista</i>	86
Coluna do jornal <i>Artista</i>	87
Fotografia 1: alunos do 8º ano participando da pesquisa-ação	108
Fotografia 2: aluno da oitava série participando da pesquisa-ação	108
Imagem 1: Autor Matheus	111
Imagem 2: Autor Matheus	113
Imagem 3. Autora Larissa	114
Imagem 4: Autor Miguel	114
Imagem 5: Autor Matheus	115
Imagem 6: Autor não se identificou	116
Imagem 7: Autor não se identificou	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – IMPRENSA ESCRITA: GÊNESE, BREVE HISTÓRICO E O CASO DOS JORNAIS RIO-GRANDINOS DO SÉCULO XIX	29
CAPÍTULO II – AS LEIS ABOLICIONISTAS NA PERSPECTIVA DA IMPRENSA DIÁRIA NA CIDADE DO RIO GRANDE	42
2.1 – Lei do Ventre Livre – 28 de setembro de 1871	44
2.2 – Lei dos Sexagenários – 28 de setembro de 1885	50
2.3 – Lei Áurea – 13 de maio de 1888	57
CAPÍTULO III – VIVÊNCIAS DE APRENDIZAGEM, NARRATIVAS E PRÁTICA NA SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA .	68
3.1 – A experiência em sala de aula: do estudo das fontes à prática	69
3.2 – A experiência em sala de aula: efeitos da pesquisa-ação e percepção da consciência histórica	108
3.3 – A pesquisa-ação e algumas reflexões dos discentes	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

Em pesquisas realizadas anteriormente sobre as leis abolicionistas e a imprensa rio-grandina, observamos a riqueza das fontes utilizadas como os periódicos: *Echo do Sul*, *Artista*, *Diário do Rio Grande* e *o Commercial*. Nossa intenção foi destacar a postura assumida por estes jornais nos temas relacionados à causa abolicionista. Essa relevância das fontes nos remete à questão do uso de documentos históricos como evidência histórica em sala de aula, bem como da acessibilidade dos mesmos aos alunos de Ensino Fundamental e Médio no sentido de legitimar e tornar interessante as abordagens históricas no cotidiano escolar. Assim, observamos a necessidade de estudar os jornais em questão, analisando as matérias a respeito das leis abolicionistas neles expressas, realizando a transcrição das mais relevantes e adaptando-as, para serem utilizadas por professores e alunos através de mídias¹ que possam ser trabalhadas em sala de aula.

Assim, num primeiro momento desta pesquisa e levando em conta a contextualização das variáveis pertinentes ao processo abolicionista como ocorreu no país, como pano de fundo à abordagem histórica aqui delimitada, nos ativemos à questão da imprensa da cidade do Rio Grande no período entre as décadas de setenta e oitenta do século XIX, tendo como marcos cronológicos as “datas-base” em torno das três principais leis abolicionistas brasileiras – Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea, abordando as matérias publicadas nestes quatro periódicos, que, no seu conjunto, cobriram todo o período em questão e representaram as duas agremiações partidárias da época, de modo que cada um expressou visões específicas acerca do processo abolicionista.

Entre nossas indagações e inquietações ao trabalharmos com tais fontes

¹ Consideramos como mídia todos os meios de comunicação como periódicos escritos, rádio, televisão, internet, etc.

estavam as seguintes perguntas: Seriam os artigos dos jornais rio-grandinos do século XIX, referentes às Leis Abolicionistas, aplicáveis ao ensino de História e cultura afro em uma sala de aula da atualidade, como evidência histórica? De que forma essas fontes poderiam ser transpostas de forma didática para melhor compreensão do aluno? Tais documentos, poderiam ser utilizados como recurso pedagógico no ensino de História no sentido de contribuir na formação da consciência histórica dos aprendizes? Ao conhecer a matéria de um periódico do século XIX, o educando teria condições de relacioná-la e ou compará-la com uma notícia atual de um jornal rio-grandino? Ao tomar consciência, através dos artigos referentes às Leis Abolicionistas, o aprendiz desenvolveria uma maior sensibilidade e tolerância em relação ao preconceito com o negro na sociedade atual? Ao historiar os padrões editoriais dos quatro principais jornais diários da cidade do Rio Grande, notadamente no que tange à abolição, o professor poderia trazer subsídios para o aluno compreender a relevância do jornalismo rio-grandino do século XIX? Ao transcrevermos as reportagens escritas com a grafia do século XIX para uma linguagem atual, poderíamos demonstrar ao aluno as transformações na linguagem escrita também como condicionantes que fazem parte das mudanças e permanências da História? Ao utilizarmos as tecnologias digitais para o trabalho com tais fontes históricas em sala de aula, estaríamos contribuindo para proporcionar ao aluno a inclusão digital?

A partir destas perguntas traçamos nosso objetivo principal que era: investigar, analisar e selecionar matérias dos periódicos rio-grandinos referentes às Leis Abolicionistas e fazer a transposição didática das mesmas, utilizando as tecnologias digitais para o uso em sala de aula, de forma que tais fontes contribuíssem na formação da consciência histórica dos aprendizes.

Partindo deste objetivo principal, delineamos nossa linha de trabalho a partir dos seguintes objetivos secundários: propiciar condições para que os artigos dos jornais rio-grandinos do século XIX, referentes às Leis Abolicionistas, fossem aplicáveis ao ensino de História e cultura afro em uma sala de aula da atualidade; buscar alternativas pedagógicas através das tecnologias digitais para realizar a transposição didática destas fontes para

melhor compreensão do aluno; oferecer condições propícias para que tais documentos pudessem ser utilizados como recurso pedagógico no ensino de História de forma a contribuir na formação da consciência histórica dos aprendizes; oferecer situações favoráveis ao educando para que, ao conhecer a matéria de um periódico do século XIX, tivesse condições de relacioná-la e/ou compará-la com uma notícia atual de um jornal rio-grandino; estimular no educando a tomada de consciência dos artigos referentes às Leis Abolicionistas, a fim de que desenvolvesse uma maior sensibilidade e tolerância em relação ao preconceito com o negro na sociedade atual; levar o aprendiz a compreender a relevância do jornalismo rio-grandino do século XIX entendendo-o como uma fonte de pesquisa e ao mesmo tempo uma mídia pioneira da comunicação de massa da atualidade; transportar as reportagens escritas com a grafia do século XIX para um ambiente virtual facilitando a acessibilidade ao aluno para que pudesse compreender as transformações na linguagem escrita também como condicionantes que fazem parte das mudanças e permanências da História; propiciar condições para que os aprendizes desenvolvessem narrativas que viessem a compor uma história fictícia de um personagem escravo que teria vivenciado os momentos em que as leis foram divulgadas pelos periódicos na cidade do Rio Grande, para que ocorresse uma maior compreensão da condição de escravo na época bem como das consequências de tal processo na sociedade atual.

Numa sociedade em constante mudança, onde se observa a necessidade de rever questões importantes e de nos voltarmos para os momentos decisivos da História, como forma de encontrar no passado respostas para as indagações do presente e assim perspectivarmos o futuro, desejávamos que este trabalho viesse a contribuir no sentido de fazer o resgate de matérias acerca de um período decisivo da História do Brasil através da imprensa rio-grandina, como testemunho da História, tornando-as acessíveis a professores e alunos que pudessem utilizá-las de forma didática percebendo sua função enquanto meio de comunicação e formação de opinião de uma época.

Ao mesmo tempo, desejávamos, com tal pesquisa, enfatizar a relevância

da imprensa na cidade do Rio Grande no contexto regional e até nacional do final do século XIX trazendo à luz a forma como estes periódicos trataram das questões pertinentes à abolição. Também pretendíamos com este trabalho possibilitar a interdisciplinaridade, pois o documento histórico seria “historicizado” e para tal, consideraríamos neste processo além da mídia precursora (no caso o jornal antigo) dos meios de comunicação que o aprendiz conhece, também as novas linguagens e tecnologias de seu cotidiano.

De acordo com SCHMIDT

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada.²

Neste sentido, SCHMIDT aborda a questão do documento histórico como veículo que leva o aluno a ter um contato direto com realidades passadas, permitindo-lhe dialogar com as mesmas e levando-o a refletir sobre situações atuais que estão relacionadas com o a fonte a qual está tendo acesso.

Esta forma de trabalho com a fonte histórica vem ao encontro das competências propostas nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio de 2007, que versa sobre:

Construir identidades com as gerações passadas; apreender o tempo histórico como construção cultural; discernir os limites e possibilidades de atuação na permanência ou transformação; reconhecer fontes documentais de natureza diversa.

Por outro lado, ao utilizarmos artigos de jornais como fontes de pesquisa em sala de aula, o lado crítico do aluno pode ser trabalhado no sentido de fazer relações do texto com o momento histórico e associá-lo às prováveis linhas que

² SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009, p. 116.

influenciavam o autor. Segundo Bittencourt:

O importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial. A veiculação de notícias e informações, com ou sem análise por parte dos jornalistas, precisa ser apreendida em sua ausência de imparcialidade, para que possa realizar uma crítica referente aos limites do texto e aos interesses de poder implícitos nele.³

Partindo deste pressuposto, Bittencourt nos alerta para o fato de que ao trabalharmos com fontes da imprensa escrita estamos oportunizando; ao aprendiz, o desenvolvimento da habilidade de analisar e comparar momentos históricos com a questão da parcialidade do autor, haja vista que todo periódico, de uma forma ou outra, tenta convencer o leitor de sua posição referente a determinado tema, mesmo que se julgue imparcial, seu discurso reveste-se de parcialidade até mesmo nas escolhas que faz referente ao que publica ou não.

Assim, o trabalho de análise das fontes nesta pesquisa, teve como foco a familiarização do aprendiz com novos métodos e ferramentas que pudessem auxiliá-lo na construção de seu modo de perceber-se como ser analítico e participante da História.

Por outro lado, procuramos selecionar e tornar acessíveis para educadores, através da internet, fragmentos de textos dos periódicos do século XIX, complementando seu fazer pedagógico, indicando caminhos que contribuam no aprendizado e desenvolvimento da consciência histórica do aluno.

Importante salientar que vínhamos trilhando esse caminho em nossa prática em sala de aula e nos cursos de especialização dos quais já participamos. Em sala de aula, utilizamos recursos como reportagens, charges e até mesmo publicidade e propaganda encontrados em jornais e revistas que correspondessem a algum momento histórico trabalhado com os alunos. Percebemos grande aceitação e curiosidade por parte dos educandos ao utilizarmos tais recursos didáticos, foi o momento em que o passado tornou-se mais concreto e quase palpável. Nos cursos de especialização que

³ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Os usos didáticos de documentos*. In: Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 337.

participamos tais como “História do Rio Grande do Sul” e “Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação”, procuramos trabalhar no sentido de pesquisar e encontrar caminhos que auxiliassem em nossa prática em sala de aula. A pesquisa tem se tornado nossa aliada no ensino, proporcionando experiências significativas na prática pedagógica ao trazer subsídios para a fundamentação dos conteúdos de História.

Durante o curso de especialização em História do Rio Grande do Sul, iniciamos as pesquisas sobre as leis abolicionistas e a imprensa rio-grandina. Neste trabalho encontramos material importante que nos deu embasamento teórico ao trabalhar em sala de aula o processo da abolição bem com as questões relacionadas ao ensino da cultura afro. Também a produção científica, como os artigos publicados resultantes dessa abordagem, resultou em material que pode ser utilizado pelos docentes em sala de aula. Em 2001, publicamos o artigo “A Lei do Ventre Livre divulgada pela imprensa Rio-grandina” na coleção “Pensar a História Sul-Rio-Grandense”⁴, nele abordamos a questão da Lei do Ventre Livre e seus objetivos bem como a forma que foi divulgada nos quatro periódicos da cidade. Em 2002, na revista *Scientia Historica*, publicamos o artigo “Repercussão e Divulgação da abolição pela imprensa na cidade do Rio Grande (1888)”⁵, no qual tratamos das questões da abolição no país bem como da divulgação da mesma na cidade do Rio Grande, dando um panorama geral da repercussão de tal fato histórico em nossa cidade. Em 2004, também na Revista *Scientia Historica*, o artigo “Escravidão e Imprensa”⁶ tratou de abordar as questões referentes à imprensa enquanto formadora de opinião e seu papel na divulgação e posicionamento em relação às questões da abolição no país e na cidade do Rio Grande.

Agora, neste trabalho, buscamos tornar acessíveis a alunos e

⁴ MORAES, Elisabete Rodrigues. *A Lei do Ventre Livre divulgada pela Imprensa Rio-grandina*. IN: ALVES, Francisco as Neves (org). *Imprensa e História no Rio Grande do Sul*. Coleção *Pensar a História Sul-Rio-Grandense*, Rio Grande: Editora da FURG vol 6, nº 6, p. 19 a 27, 2001.

⁵ MORAES, Elisabete Rodrigues. *Repercussão e divulgação da abolição pela imprensa na cidade do Rio Grande (1888)*. IN: *Scientia Historica*, Rio Grande, vol 1, nº 1, p. 57 a 66, 2002.

⁶ MORAES, Elisabete Rodrigues. *Escravidão e Imprensa*. IN: *Scientia Historica*, Rio Grande, vol 2, nº 2, p. 71 a 80, 2004

professores, “textos históricos” sobre a abolição, oriundos do jornalismo rio-grandino, bem como realizar pesquisas junto aos alunos sobre o entendimento por parte dos mesmos de tais documentos.

A preocupação com o ensino e aprendizagem de História está ligada à nossa atividade profissional como professora desta disciplina na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Neri, onde trabalhamos desde 2003, com os alunos de 6º ano à 8ª série. Também, em todas as turmas procuramos interagir com assuntos relacionados à cultura afro, sendo no conteúdo de História do Brasil ou no conteúdo sobre a própria África. Sempre que nos referimos à Abolição, encontramos subsídios nas pesquisas realizadas para a prática pedagógica, demonstrando a importância do professor-pesquisador.

Por outro lado, ao realizarmos o curso de especialização em “Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação” em 2005, encontramos elementos que nos orientaram nas formas como trabalhar com diferentes mídias e metodologias em sala de aula, o que também tem sido útil no fazer docente. Tais conhecimentos nos forneceram subsídios para a criação de um blogue onde foram postadas as reportagens selecionadas dos jornais rio-grandinos em questão, com atividades de reflexão para os aprendizes responderem através do editor de textos, aproximando-os assim das possibilidades de uso das tecnologias digitais. Também foram disponibilizadas no blogue as imagens digitalizadas das reportagens dos jornais para que o aprendiz tivesse contato direto com a fonte histórica.

Caldas nos remete a uma reflexão sobre o uso da mídia na escola:

Utilizar a mídia na escola é o primeiro passo para a leitura do mundo. Em contrapartida, é essencial que o exercício cotidiano do uso da mídia na sala de aula não se limite à leitura de jornais, revistas ou veículos eletrônicos. Para se ler o mundo a partir dos olhares dos outros é fundamental que seus leitores aprendam antes a ler o mundo em que vivem, por meio da construção de suas próprias narrativas. Só assim será possível a construção do conhecimento, a transformação do educando em sujeito da sua própria história. A aquisição do pensamento crítico é resultado da inserção e percepção direta do aluno como agente mobilizador na sua realidade.⁷

⁷ CALDAS, Graça. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. Educação e Sociedade, Campinas, v.27, n.94, abril.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/ao6v27n94.pdf>. Acesso em 10 fev.2013.

Podemos inferir a partir daí que além da utilização de tal ferramenta pedagógica, ao educador cabe a tarefa de estimular no aprendiz a construção de suas próprias narrativas a fim de que exteriorize seus conhecimentos. Neste trabalho, durante todo o processo e como fechamento da atividade, os alunos foram produzindo suas narrativas a fim de que pudéssemos identificar suas concepções formadas através da pesquisa-ação.

Rüsen diz que a narrativa na história sofre críticas por apresentar aparente falta de racionalidade e objetividade. Porém, através da narrativa o aprendiz pode formar conexões com o passado, adquirindo assim noções de tempo, espaço e transformações da sociedade. Esta prática torna o aprendizado dinâmico e chama o aprendiz constantemente à reflexão. Assim, a narrativa foi fundamental neste trabalho fazendo com que os alunos saíssem de uma aprendizagem passiva para atuarem como protagonistas de seu aprendizado.

Ainda citando Rüsen, referindo-se ao seu pensamento sobre a narrativa:

O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar-se a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropologicamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” pode ser caracterizada, categorialmente, como narrativa. A “história” como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, à lógica da narrativa.⁸

Assim sendo, a narrativa é uma forma de o indivíduo exteriorizar sua compreensão do tempo. Por este motivo, achamos essencial o uso das narrativas dos alunos para compreendermos a construção de seus argumentos embasados nas evidências resultantes da pesquisa do documento histórico.

Por outro lado, em relação ao uso da imprensa escrita utilizada nesta pesquisa, consideramos seu destaque enquanto meio de divulgação de ideias, coleta de dados, manipulação da opinião pública, o que é inegável através da História. Desde seus primórdios com o surgimento da tipografia até os dias

⁸ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

atuais com a televisão e a internet, a imprensa vem atuando e passando por mutações relevantes no mundo como um todo e nas diversas sociedades.

Segundo Alves:

A evolução histórica da imprensa esteve ligada à constante busca por informação inerente à grande parte das sociedades, de modo que a curiosidade pública, a narração dos acontecimentos e as necessidades burocrático-administrativas dos Estados, entre outros, consistiram-se em elementos motores para a criação de sistemas de coleta e propagação de informações.⁹

Refletimos assim que, na medida em que as sociedades se transformam, surgem novas necessidades de informação e de comunicação. Tais anseios levam o homem a cercar-se de um aparato de novas tecnologias que divulguem estas informações. Daí a relevância da imprensa escrita, nos primórdios da História e dos novos meios atuais de divulgação das informações.

Entretanto, por muito tempo os historiadores apresentaram certo “preconceito” ao considerar a imprensa escrita como fonte histórica, haja vista que a mesma possui caráter tendencioso. Porém, com o passar dos anos, muitos pesquisadores tem se utilizado de jornais e periódicos como fontes para suas pesquisas, pois além de encontrarmos neles informações preservadas do passado, também podemos compará-los com o momento histórico no qual estavam inseridos. Assim, a imprensa escrita pode ser utilizada em uma pesquisa como “fonte e como objeto de análise”, o que posteriormente a habilitará para uso didático enriquecendo a prática em sala de aula.

Além disso, essa possibilidade de trabalho contribuiu no sentido de ajudar o aluno a compreender que a história não é algo acabado, mas sempre está sujeita a novas interpretações. Observar e analisar matérias de periódicos do século XIX nos remete a algumas indagações como: quem escreveu? qual o motivo? o que queria realmente dizer? o que aparenta dizer? qual o contexto em que vivia e que poderia influenciar suas considerações?

⁹ ALVES. Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)* Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p.13.

Schmidt esclarece que:

[...] a dinâmica da aprendizagem não se realiza quando a História é ensinada como algo dado. Assim, saber História não é a mesma coisa que pensar historicamente correto, pois o conhecimento histórico apreendido apenas como algo dado não desenvolve a capacidade de conferir significados à História e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica.¹⁰

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos inferir que se não ocorre aprendizagem quando a História é ensinada como “algo dado”, o uso e interpretação de fontes em sala de aula, levando o aprendiz a construir suas próprias argumentações numa espécie de “diálogo” com o documento passado, pode ser mais eficaz do que trazer ao educando o conteúdo pronto. Isso se torna relevante quando o objetivo do professor é tornar o aluno “crítico e reflexivo”, capaz de compreender-se a si mesmo enquanto ser atuante na história e enquanto sujeito que mantém uma relação com o passado.

Por outro lado, tem-se observado uma tendência atual de valorizar os saberes produzidos na escola, enfatizando-se o papel do professor-pesquisador bem como buscando diminuir as distâncias entre o saber acadêmico e o saber escolar.

Tal premissa é apontada por Cerri, quando diz:

Formar o cidadão em nossos tempos, o que envolve formação do senso crítico e da reflexão autônoma, exige compreender que o professor de História (assim como os professores em geral) é um intelectual. Essa afirmativa vem a ser, a um só tempo, uma constatação e um programa. O professor da escola trabalha com uma forma de conhecimento que o professor universitário de História, o historiador “em senso estrito”, na maior parte das vezes não domina. Esse domínio é seu salvo-conduto para um diálogo horizontal com os demais intelectuais, desde que despidos do preconceito e das hierarquizações que as divisões sociais do trabalho trouxeram, do fordismo, do taylorismo, no qual universitários e ocupantes de cargos públicos no ministério ou secretarias de educação seriam engenheiros, e o professor seria apenas um operário, executor.¹¹

¹⁰ SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. Ensinar História. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009, p. 116.

¹¹CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Consciência Histórica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FVG, 2011. p.131.

Nesta linha de raciocínio, a necessidade de reconhecimento e valorização dos saberes produzidos na escola bem como do papel do professor pesquisador, virá a contribuir nas novas formas de ensinar e aprender. Tal concepção nos remete ao fato de que ao realizarmos esta intervenção didática, tornamos público o resultado de trabalhos realizados em sala de aula e a aplicação prática dos mesmos na forma de produção de novos saberes que poderão ser utilizados em situações diversas.

Acreditamos que ao realizar tal pesquisa-ação, buscamos formas de compreender como ocorreu o processo ensino-aprendizagem através do uso de jornais como fontes históricas, utilizando as tecnologias digitais e ao mesmo tempo, trabalhando com a produção dos alunos através das narrativas. A prática dessa metodologia em sala de aula pôde contribuir na formação da consciência histórica do aluno.

Partindo deste pressuposto, a teoria que se enquadrou nesta pesquisa foi a Teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen, a qual investiga a caracterização e os fundamentos do conhecimento histórico e sua relação com a vida prática.

De acordo com RÜSEN,

São as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica. Elas são fenômenos comuns ao pensamento histórico tanto do modo científico quanto em geral, tal como operado por todo e qualquer homem, e geram determinados resultados cognitivos.¹²

Considerado tal premissa, partimos do pressuposto de que a consciência histórica é inerente ao ser humano, logo, ao aprendiz. Ao pesquisarmos os efeitos do uso da metodologia de trabalho com jornais como fontes primárias de pesquisa histórica, estaremos buscando compreender como tais ferramentas e o contato dos aprendizes com as mesmas, já imbuídos de seus pré-conhecimentos, poderão contribuir na potencialização da formação da consciência histórica dos mesmos, bem como a aplicação destes

¹²RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Brasília: UNB, 2010. p.54.

conhecimentos em suas vidas.

Ainda citando Rüsen,

...se entende por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência na evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.¹³

Poderíamos complementar esta linha de pensamento dizendo que a consciência histórica auxiliará o indivíduo a tornar-se um ser revestido de autonomia ao tomar decisões e orientar-se através de posturas críticas, em seu tempo, através de experiências vivenciadas no passado. Assim, ao analisar criticamente um texto jornalístico do passado e ao relacioná-lo, contextualizá-lo e produzindo suas narrativas a partir desta experiência, o aluno se situou no tempo, realizando operações mentais que poderão contribuir na formação de sua consciência histórica, haja vista que tal atividade exercitará sua capacidade de compreensão do passado e de si mesmo como ser participante da história. Daí a importância da Teoria da Consciência Histórica para nos auxiliar na compreensão do processo de aprendizagem resultante desta pesquisa. A partir dela pode se dar uma racionalização do ensino de História.

No Brasil, a teoria de Rüsen e suas ideias de aproximar a história produzida na academia da didática da história têm buscado realizar pesquisas sobre como ocorre o aprendizado da história entre jovens e crianças. Esse campo de pesquisa, denominado Educação Histórica, propõe uma história significativa para o aluno, dando-lhe condições de compreender de forma mais profunda a vida humana. Seria a utilidade prática da história.

Assim, a principal preocupação da Educação Histórica é: “[...] a busca de respostas sobre a construção do pensamento histórico e a formação da consciência histórica de crianças e jovens” (SCHMIDT E BARCA, 2009, p.11). De acordo com tal linha de pensamento, através de nossa pesquisa, trabalhando com jornais rio-grandinos do século XIX, colocando tais fontes ao

¹³ RÜSEN, UNB, 2010. p.57.

alcance do aluno, fazendo refletir e argumentar com o passado e posteriormente analisando suas narrativas resultantes deste processo, estivemos calcados nos pressupostos da teoria da consciência histórica bem como contribuindo no campo das pesquisas em Educação Histórica que vem se desenvolvendo no Brasil. Tais pesquisas também objetivam:

Compreender os processos cognitivos dos sujeitos ao pensarem em História, examinar as relações entre as idéias tácitas (idéias que os alunos constroem a partir das suas vivências) e os conceitos históricos, explorar a compreensão dos alunos quanto aos conceitos históricos quer de natureza substantiva quer de natureza epistemológica (por exemplo, interpretação de fontes) [...]¹⁴

Utilizando tais pressupostos como orientadores de nossa linha de pensamento, podemos concluir que através da interpretação das fontes (no nosso caso os jornais rio-grandinos), nossa pesquisa buscou analisar e compreender as idéias primárias dos alunos em relação a pontos específicos como: imprensa escrita, Abolição, leis abolicionistas, meios de comunicação de massa, fonte histórica, etc., bem como a construção de interpretações e narrativas que decorreram como resultado deste trabalho.

Ainda referente aos motivos pelos quais escolhemos trabalhar com as leis abolicionistas elaboradas no período imperial podemos dizer que estas não tinham outro objetivo senão protelar a Abolição e torná-la lenta e gradual, atendendo aos interesses dos grandes proprietários de terras e de escravos, o que retardou significativamente a abolição e conseqüentemente acentuou os efeitos da escravidão que se refletem até hoje na sociedade. Estas questões abolicionistas foram discutidas, analisadas e divulgadas através da imprensa escrita por todas as regiões do país, tendo assumido diversos posicionamentos.

Alguns periódicos certamente atenderam aos interesses dos grandes proprietários de escravos divulgando suas ideias e assumindo posturas conservadoras em relação à Abolição. Outros, por sua vez contribuíram muito

¹⁴ BARCA, Isabel. GAGO, Marília. Aprender e pensar em História: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade. In: Universidade do Minho, Braga, Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 14, nº 001, 2001, p. 242. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37414111.pdf>. Acesso em: 02 jun.2012.

na divulgação de ideais e práticas abolicionistas e liberais, conscientizando e formando opiniões favoráveis à libertação dos escravos.

Assim, ao pesquisar como ocorreu este processo na cidade do Rio Grande nos anos anteriores à Lei Áurea, a partir dos principais periódicos rio-grandinos, também demos continuidade à pesquisa documental dos jornais *Echo do Sul*, *Artista*, *Diário do Rio Grande* e *Commercial*, através da análise dos mesmos nos períodos em que ocorreram as leis abolicionistas (*Ventre Livre*, *Sexagenários* e *Áurea*).

De acordo com BITTECOURT:

Sendo um meio de comunicação influente, o jornal tem sido analisado em seu papel formador da opinião pública ligado a interesses variados e, como órgão da denominada “imprensa livre”, faz parte do jogo político e do poder.¹⁵

Nesse contexto, as reportagens dos periódicos têm sido analisadas em vários momentos da história, com destaque para as mensagens que desejavam transmitir, como porta-vozes de uma determinada época. Daí a relevância de analisarmos os quatro periódicos citados, como procedimento para alcançar os objetivos que nos propomos.

Segundo Faria, “Na formação geral do estudante, a leitura crítica do jornal aumenta sua cultura e desenvolve suas capacidades intelectuais.”¹⁶ Assim, ao tornarmos acessível ao professor e ao aprendiz, textos jornalísticos de dado período histórico, estamos contribuindo na formação intelectual dos alunos, auxiliando no processo ensino-aprendizagem e demonstrando a importância da imprensa escrita como porta-voz de uma época. Dando ênfase a tal pensamento, podemos citar LUCA (2005, 134), quando menciona que “A imprensa teve papel relevante em momentos políticos decisivos, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República.”¹⁷, daí serem os periódicos faces de realidades passadas passíveis de estudo e

¹⁵ BITTECOURT, Circe Maria Fernandes. Os usos didáticos de documentos. In: *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 325-382. p. 236.

¹⁶ FARIA, Maria Alice. Como usar o jornal em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008. p.11.

¹⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 134.

análise.

Certamente que o trabalho com fontes torna-se um desafio para os educadores. Neste aspecto, a Educação Histórica vem ao encontro do educador, auxiliando-o nesta proposta, buscando uma compreensão entre os conhecimentos prévios dos aprendizes e os construtos resultantes da análise das fontes, resultando numa análise qualitativa do processo de aprendizagem histórica.

Como metodologia que utilizamos na captação de dados, recorremos à pesquisa-ação. Optamos por este método por considerarmos que a pesquisa-ação está calcada em um processo de constante acompanhamento, qualificação e inferências na ação desejada, o que proporciona uma maior interação entre ambos os sujeitos envolvidos no processo da pesquisa: professor e alunos. Com isso, há uma melhor articulação entre conhecer as deficiências e os avanços e as formas como agir em cada situação, proporcionando as trocas de saberes.

Também nos referenciamos nos estudos de Barca (2004), sobre a “Aula Oficina” ao utilizarmos alguns passos elencados por ela no trabalho em sala de aula, como, por exemplo, a verificação das idéias tácitas do aluno antes da abordagem didática (ideias tácitas são os conhecimentos que os alunos formaram através de suas vivências, portanto, ligados ao seu passado, mas presentes em seu cotidiano).

De acordo com Barca, “Os jovens constroem o conhecimento sobre o passado por referência ao presente e com suporte em várias formas de conhecimento”¹⁸. Daí a importância de considerarmos os conhecimentos prévios dos estudantes antes de fazermos qualquer intervenção didática.

Segundo Edwards, “[...] entre o que se ensina e o que se aprende está o vasto e desconhecido processo de apropriação do transmitido que cada sujeito

¹⁸ BARCA, I. Aula Oficina: do projecto à avaliação. In: BARCA, I. (Org.). *Para uma educação histórica com qualidade*. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.p 131-144. p.397.

realiza a partir do seu universo de significações pessoal e coletivo.”¹⁹ Podemos concluir a partir disso que a aprendizagem ocorre de formas diferenciadas em cada indivíduo, de acordo com os referenciais que adquiriu de suas experiências pessoais. Desta forma, torna-se elementar que cada educador se utilize das ideias já elaboradas de seus alunos ao abordar temas históricos, pois assim terá condições de identificar os pontos e conceitos que devem ser reelaborados com a aprendizagem do conteúdo.

Assim, como início do processo, após a verificação das ideias tácitas dos aprendizes, foi construído pela professora um blogue, onde foram postadas as reportagens selecionadas dos jornais rio-grandinos em questão, com atividades de reflexão para os aprendizes responderem através do editor de textos, aproximando-os assim das possibilidades de uso das tecnologias digitais. As imagens digitalizadas das reportagens dos jornais que foram disponibilizadas no ambiente virtual previamente preparado, tiveram como objetivo levar o aprendiz a um contato mais próximo com a fonte histórica. Os aprendizes, por sua vez, utilizaram seus netbooks conectados à internet para a realização da pesquisa no blogue. Foram selecionados alguns fragmentos dos jornais referentes à divulgação das leis abolicionistas na cidade do Rio Grande, contendo curiosidades sobre o período de tempo que a notícia levou para chegar à cidade, a evidente ou simulada postura do jornal, a forma como se referia ao escravo, a postura como se posicionava frente à escravidão, à forma como classificava a Nação, a postura frente à mão de obra que deveria substituir a escravidão, o constrangimento frente às nações que já haviam libertado seus escravos. Abaixo de cada narrativa transcrita pela professora, foi postada a imagem digitalizada da reportagem na íntegra e atividades de reflexão para o aluno responder no editor de texto e salvar em uma pasta em seu computador. Posteriormente, as narrativas resultantes deste trabalho, foram repassadas para o pen-drive da professora para a utilização na pesquisa. No momento seguinte da ação, os alunos preencheram uma ficha avaliativa do trabalho com o jornal, como segue:

¹⁹ EDWARDS. Verônica. Os sujeitos no universo da escola: um estudo etnográfico no ensino primário. Tradução Josely V. Baptista. São Paulo: Ática, 2003.p.15.

FICHA PARA ANÁLISE

NOME:
TURMA:
IDADE:

1- VOCÊ COSTUMA LER JORNAIS? QUAIS?

2- QUAL O MEIO DE ACESSO PARA ESSA LEITURA?

- IMPRESSO
 INTERNET

3- QUAIS NOÍCIAS LHE CHAMAM MAIS ATENÇÃO AO LER UM JORNAL?

- ESPORTES
 ENTRETENIMENTOS
 POLICIAL
 POLÍTICA
 MUNDO
 NOTÍCIAS LOCAIS
 OUTRAS

4- VOCÊ ACHA QUE UM JORNAL É UM MEIO INFLUENTE NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO DE UM LEITOR?

- SIM
 NÃO
 UM POUCO

5- VOCÊ ACHA QUE UM JORNAL PODE SER CONSIDERADO UM DOCUMENTO HISTÓRICO? EXPLICA:

6- VOCÊ JÁ CONHECIA OS JORNAIS RIO-GRANDINOS DO SÉCULO XIX, *ECHO DO SUL*, *ARTISTA*, *DIÁRIO DO RIO GRANDE* E *COMMERCIAL*?

- SIM
 NÃO

7- SABIA QUE EXISTE UMA GRANDE COLEÇÃO DELES NA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE DISPONÍVEL PARA PESQUISAS?

- SIM
 NÃO

8- NAS LEITURAS QUE FIZESTE SOBRE AS MATÉRIAS DESTES JORNAIS DISPONIBILIZADAS NO BLOG, QUAIS VOCÊ ACHOU MAIS ACESSÍVEIS?

- AS MATÉRIAS DO *ECHO DO SUL*
 AS MATÉRIAS DO *DIÁRIO DO RIO GRANDE*
 AS MATÉRIAS DO *COMMERCIAL*
 AS MATÉRIAS DO *ARTISTA*

9- QUAL PERIÓDICO VOCÊ ACHA QUE FOI MAIS IMPARCIAL AO RELATAR AS NOTÍCIAS SOBRE AS LEIS ABOLICIONISTAS?

- () *ECHO DO SUL*
- () *DIÁRIO DO RIO GRANDE*
- () *COMMERCIAL*
- () *ARTISTA*

10- O QUE VOCÊ ACHOU DE ESTUDAR AS LEIS ABOLICIONISTAS ATRAVÉS DAS NOTÍCIAS DOS JORNAIS RIO-GRANDINOS DO SÉCULO XIX?

11- OBSERVANDO TODA A DISCUSSÃO NOS JORNAIS REFERENTES À VOTAÇÃO DAS LEIS, VOCÊ ACHA QUE FOI FÁCIL PARA OS POLÍTICOS DA ÉPOCA CHEGAR A UM ACORDO COMUM? EXPLICA.

12- OBSERVANDO A POLÊMICA SOBRE A ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS E CONSIDERANDO TUDO O QUE PASSARAM, VOCÊ ACHA RELEVANTE PARA OS ESTUDANTES DE HOJE TEREM ACESSO AOS JORNAIS DA ÉPOCA QUE SE POSICIONARAM SOBRE A ABOLIÇÃO? COMO A LEITURA DESTAS MATÉRIAS PODE CONTRIBUIR PARA A COMPREENSÃO QUE TEMOS DO PRECONCEITO NA SOCIEDADE ATUAL?

13- A PARTIR DAS LEITURAS DESTAS MATÉRIAS, COMO VOCÊ PASSOU A VER A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL? VOCÊ ACHA QUE ALGUMA COISA MUDOU EM RELAÇÃO A SUA PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE HOJE?

14- IMAGINE QUE VOCÊ FOSSE UM JORNALISTA EM 1888. COMO DARIA A NOTÍCIA DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA?

Após a etapa das fichas, as turmas foram divididas em três grupos: o primeiro trabalhou com o período da Lei do Ventre Livre; o segundo com a Lei dos Sexagenários e o terceiro com a Lei Áurea. O objetivo era a elaboração de uma narrativa fictícia onde a história dos momentos das leis abolicionistas foi contada a partir da visão de um

personagem que teria vivenciado tal situação e presenciado os conflitos e ansiedades pelas quais passaram seus amigos e familiares. A narrativa foi enriquecida com as matérias dos periódicos rio-grandinos da época. Através destas narrativas os educandos tiveram condições de expressarem o conteúdo internalizado, as idéias que desenvolveram a partir do conteúdo trabalhado de forma diferenciada. Importante salientar que trabalhamos com a análise das narrativas feitas na ficha bem como com as narrativas referentes à interpretação dos textos do jornal realizadas no computador.

Assim, as propostas desta dissertação ficaram distribuídas nos seguintes capítulos: o primeiro, trouxe um breve histórico da imprensa nos contextos mundial, brasileiro, sul-rio-grandense e rio-grandino, com especial atenção à formação histórica dos periódicos rio-grandinos; o segundo tratou especificamente dos comentários e notícias dos jornais sobre as leis abolicionistas, ressaltando as matérias selecionadas a respeito do tema; e o terceiro promoveu o relato da prática em sala de aula, dos dados qualitativos e das histórias produzidas pelos aprendizes.

CAPÍTULO I

IMPrensa ESCRITA: GÊNESE, BREVE HISTÓRICO E O CASO DOS JORNAIS RIO-GRANDINOS DO SÉCULO XIX

Desde a invenção da imprensa no século XVI, as formas de comunicação têm mudado consideravelmente. Sem dúvida, desde as primeiras formas de escrita cuneiforme da Mesopotâmia até a era digital, as sociedades passaram por processos significativos de transformação. Obviamente que com a invenção da escrita o homem passou a utilizá-la para registrar fatos, ideias, narrativas, sempre como uma forma de comunicação que se perpetuasse além da fala. Porém, tais registros, na maioria das vezes sob a responsabilidade de uma só pessoa, como um escriba, tornavam-se peças raras e de difícil acesso à grande maioria das pessoas.

Assim, surge mais tarde, a prática das cópias de tais registros com a finalidade de perpetuá-los e torná-los disponíveis a um grupo maior de pessoas. Entretanto, tais cópias exigiam um trabalho e dedicação rigorosa, tornando a atividade árdua e ainda pouco acessível à grande parte dos leitores. Com a invenção da imprensa, ocorre uma revolução nas comunicações. Pela primeira vez na história da humanidade, o homem tem a possibilidade de escrever algo e reproduzi-lo em quantas cópias desejar, em um curto espaço de tempo, ampliando as possibilidades de difusão do saber e levando a linguagem escrita a um grande número de leitores.

Com tais inovações, surge a possibilidade de trazer a notícia dos acontecimentos de forma periódica até o leitor. Surgem na Europa diversos impressos, em forma de folhas, precursoras dos futuros jornais periódicos.

De acordo com ALVES:

Estavam, assim, reunidas as condições para o aparecimento de uma

imprensa periódica, ocorrendo numerosas tentativas de levar em frente este tipo de publicação. Porém, foi só no final do século XVIII e durante a centúria seguinte que o jornalismo veio a desenvolver-se e atingir sua fundamental importância na formação da opinião pública, acompanhando as ondas revolucionárias que demarcaram a história européia e mundial deste período.²⁰

Com base em tal linha de pensamento, podemos inferir que a imprensa escrita, a partir de então, terá um papel significativo na divulgação de ideias e informações durante as revoluções inglesa, francesa e norte-americana que sacudirão o mundo nas décadas seguintes.

Desta relevância enquanto meio de comunicação, formação de opinião e de divulgação de ideias, o jornalismo cresce e se espalha desde a Europa para o “Novo Mundo”, embora passando por transformações tecnológicas e culturais de acordo com as regiões por onde penetra.

Nesse sentido, o periodismo passaria a ter um cada vez maior papel de destaque, de modo que o “significado da imprensa passou a ser tão fundamental que alguns autores chegaram a compará-la a um ‘quarto poder’ nos Estados.”²¹ Tal perspectiva nos leva a racionalizar sobre a relevância desse meio de comunicação em uma época na qual as informações chegavam de forma mais lenta ao receptor e os próprios governos dela se utilizavam para divulgar seus ideais e suas ações.

No Brasil não foi diferente. A imprensa escrita adquiriu papel fundamental ao divulgar e posicionar-se nos momentos importantes e polêmicos da História da Nação. Segundo Alves:

No caso brasileiro, a exemplo da maioria dos locais onde se desenvolveu, ao atuar na orientação, formação, e/ou manipulação da opinião pública, o jornalismo, ao longo de suas diversas etapas de evolução, transformou-se em verdadeiro elemento constitutivo da sociedade e refletiu, através das páginas dos jornais, os diferentes momentos históricos do Estado Nacional Brasileiro, bem como influiu direta/indiretamente em cada um deles. Desta maneira, a imprensa tornou-se um fator essencial nas interpretações históricas a respeito da formação brasileira, nos seus mais diversos fundamentos, como o político, o econômico, o social ou o ideológico.²²

²⁰ ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina*. (1868-1895). Rio Grande: Editora da FURG, 2002.p.13.

²¹ ALVES, 2002, p. 14.

²² ALVES, 2002, p.14.

Tal visão nos permite avaliar o significado da imprensa escrita enquanto meio de informação atuante e participativo nos momentos históricos do país, daí tornarem-se os jornais relevantes fontes de pesquisa para historiadores e pesquisadores interessados em compreender e reconstruir faces do passado que tornem significativo nosso presente.

No período colonial a imprensa foi proibida no Brasil, entretanto, com a vinda da Família Real Portuguesa para a Colônia, foi criada, pelo próprio governo, a Imprensa Régia, e a evolução do periodismo avançaria durante a posterior formação do Estado Nacional brasileiro. Ainda segundo Alves,

Com a independência e os conflitos políticos a partir dela advindos, desencadeou-se um avanço das atividades jornalísticas no país, mormente com relação ao jornalismo político-partidário. Nesse momento, a própria legitimação do Estado Nacional Brasileiro passava por uma fase de remodelação institucional, com a montagem de uma nova estrutura jurídica, que por sua vez também alteraria o quadro de regulamentação da imprensa.²³

O autor refere-se aqui à elaboração da primeira constituição do país, e às medidas adotadas pelo governo referentes à liberdade de imprensa, bem como ao crescimento das atividades jornalísticas no país, principalmente pela necessidade de discutir e divulgar as mudanças e conflitos que estavam ocorrendo.

Após a segunda metade do século XIX, com o impulso dos ideais abolicionistas, a imprensa atua de forma marcante com o intuito de divulgar e discutir as ideias emancipatórias. Nesta fase ocorreu um crescimento do jornalismo brasileiro com maior circulação de periódicos que discutiam e analisavam os acontecimentos que se processavam no país, desempenhando, assim, papel fundamental na propaganda abolicionista, bem como levantando questões polêmicas e influenciando sobremaneira a opinião pública com o objetivo de pôr fim à escravidão no país.

Romancini & Lago, referem-se a esse período da seguinte forma:

A imprensa desenvolve-se lenta, mas progressivamente no país. Assim, embora distante da estrutura industrial que começa a se consolidar nos países mais desenvolvidos economicamente, ocorrem alguns progressos. O alastramento dos prelos permite a multiplicação

²³ALVES, 2002, p.78.

dos jornais e outras publicações em diferentes localidades. O jornalismo tem, por isso, influência em vários aspectos do contexto sócio-político do país, como as revoltas ocorridas durante a Regência e após esse período. A imprensa participa também dos debates que estão ligados ao fim do trabalho escravo e à adoção do regime republicano.²⁴

Conclui-se assim que devido à multiplicação dos jornais em regiões diferentes do vasto território brasileiro, este meio de comunicação influencia de forma marcante em todos os debates relacionados à situação política e social do país.

Ainda referindo-se a esta fase da inserção da imprensa na História do Brasil, Sodré se expressa da seguinte forma:

No fim da segunda década da última metade do século XIX, as alterações da fisionomia do país começam a avultar e manifestam-se em acontecimentos políticos. Da maioria à conciliação tudo fora sem tropeços para o latifúndio escravista, superada a grave crise da Regência; a esquerda liberal fora esmagada; as rebeliões provinciais reprimidas com inaudita violência. Os anos cinquenta anunciam o auge do poder imperial, que removeu todos os obstáculos e não receia que reapareçam: a imprensa reflete a estagnação dominante. Mas os anos sessenta começam a denunciar mudanças: a crise de 1857 repete-se em 1864, em circunstâncias ainda mais profundas; surge o conflito militar platino, de sérias consequências à vida política do país; a suspensão do tráfico negreiro, dez anos antes, mostra claramente os seus efeitos; a quietude é ameaçada, as tormentas vão se acumulando. Ao fim da década de sessenta, com a guerra terminada, tudo indica o início da nova fase, com reformas que se impõe e não podem ser proteladas; a luta política se acirra; a imprensa retoma o fio de sua história, interrompido com a maioria. Vai começar a agitação.²⁵

Nessa visão a respeito do período de transição para o segundo império e nos primeiros anos do mesmo, Sodré demonstra claramente a relevância e atuação do jornalismo brasileiro justamente nos momentos mais importantes de crises e revoltas. É aí que a imprensa se destaca divulgando e levantando questões polêmicas no sentido de formar a opinião pública, e tornar o público leitor comprometido com a causa a qual proclama.

No Rio Grande do Sul, a inauguração da imprensa deu-se em 1827²⁶. O precursor representante deste jornalismo rio-grandense foi o *Diário de Porto*

²⁴ROMANCINI, Richard & LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.p.45.

²⁵SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p.201.

²⁶ ALVES, 2002, p.132.

Alegre. Resumia-se a um periódico oficial do governo que tinha como objetivo a propaganda governamental e o registro de atos administrativos.

Com o processo de preparação para a Revolução Farroupilha, ocorre um aumento das atividades jornalísticas na província sulina, acirrando o debate entre as correntes políticas. De acordo com Reverbel, “O conceito que guiava esses jornais era tão somente político” e “os textos tinham forte cunho doutrinário, consistindo em matérias opinativas sobre questões políticas, comentários ideológicos e polêmicas com os adversários de publicidade.”²⁷

Segundo Rüdiger,

O surgimento do jornalismo político-partidário gaúcho no terceiro quartel do século passado está ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária. Após a Revolução, não foram poucos os tipógrafos que conquistaram cargos políticos, de modo que logo a propriedade de um jornal se tornou meio de ascensão política. A consolidação dos partidos políticos que se esboçou nessa época paulatinamente institucionalizou essa prática.²⁸

Vemos, nesta citação, o processo pelo qual, no Rio Grande do Sul, a elite política passou a utilizar-se da imprensa escrita para servir de propaganda e divulgação de ideais partidários, levando os partidos, em muitos casos, a adquirirem tipografias com tais objetivos.

De acordo com Alves, farroupilhas e legalistas organizaram periódicos com o objetivo de disseminar suas ideias e criticarem-se um ao outro. Tais ações contribuíram, mesmo que de forma não intencional, para o desenvolvimento da imprensa no Rio Grande do Sul. Para o autor,

Foi neste contexto que ocorreu a gênese da imprensa na cidade do Rio Grande, marcada pelo tenso clima político na formação do Estado Nacional Brasileiro e pelos confrontos partidários e ideológicos dos quais resultaria a Revolução Farroupilha. Desenvolveu-se então, a primeira fase do jornalismo rio-grandino, que, refletindo o clima de disputas do momento, foi essencialmente político-partidário.²⁹

Nesse sentido, podemos dizer que o jornalismo rio-grandino emerge de um

²⁷REVERBEL, Carlos. Evolução da Imprensa Rio-Grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: O Rio Grande Antigo*. Canoas: Ed. Regional, 1956. V. 2. p. 241 a 264.

²⁸RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS. 1993.p.24.

²⁹ALVES, 2002,p.134.

ambiente conflituoso em termos de Rio Grande do Sul, onde ocorre um embate ideológico expresso através dos periódicos com o intuito de levar os leitores a se posicionarem de um lado ou de outro.

Neste mesmo período, Rio Grande experimentava um destacado avanço econômico, devido, em grande parte, à posição que ocupava de cidade portuária, escoadouro dos produtos advindos da pecuária, como o charque, couro, graxa, etc. produzidos no Rio Grande do Sul e destinados a abastecer as demais regiões do país.

Tal desenvolvimento trouxe consigo a necessidade de ampliação e melhoria da Barra do Rio Grande, canal de entrada para o porto e também das linhas férreas. Conseqüentemente foram realizados melhoramentos na área urbana, trazendo benefícios à paisagística da cidade e condições de vida de seus habitantes. Neste quadro de crescimento econômico, desenvolveu-se, por sua vez, o aspecto cultural, quando a elite rio-grandina tornou-se consumidora de livros, jornais, revistas e passou a ocupar as cadeiras de teatros e de escolas.

Desta forma, a cidade do Rio Grande, tornou-se um campo

fértil às práticas jornalísticas que evoluíram consideravelmente junto à comunidade rio-grandina, durante o século XIX, e o próprio desenvolvimento da imprensa também serviu à caracterização da cidade como um dos mananciais de civilização da sociedade rio-grandense.³⁰

Através da História temos observado que o crescimento de uma região traz consigo consideráveis mudanças na sociedade, o que nos leva a constatar, a partir de tais considerações, o desenvolvimento do jornalismo rio-grandino atrelado às mudanças econômicas da cidade, o que resultará em novos hábitos, como, por exemplo, a prática da leitura de jornais.

A imprensa rio-grandina tornou-se, na época, uma das mais importantes do Rio Grande do Sul e até mesmo do país, destacando-se em quantidade e qualidade. Alves também compara tal relevância no cenário nacional:

³⁰ALVES, 2002,p.127

Neste sentido, o jornalismo praticado na cidade portuária, acompanhou passo a passo, de modo muito próximo, a evolução do conjunto da imprensa brasileira do século XIX.³¹

Observa-se, então, que se levarmos em consideração o restante do país, em termos de desenvolvimento da imprensa, a cidade do Rio Grande assumiu um papel de destaque no cenário nacional, o que explica de forma significativa a existência e permanência, por um bom período de tempo, de quatro periódicos diários no contexto rio-grandino.

Alves também destaca três fases da imprensa rio-grandina no século XIX: a primeira de 1832 a 1845, caracterizada pelo início das práticas jornalísticas; a segunda de 1845 ao final da década de sessenta, marcada pelo crescimento e diversificação; e a terceira fase, de grande desenvolvimento nas três últimas décadas do século XIX.³²

Dentro do contexto histórico ao qual nos compete estudar e seguindo os passos da imprensa nacional, o jornalismo rio-grandino, após 1880, passou por um período de crescimento onde se apregoavam os ideais abolicionistas através da publicação de artigos que levavam à reflexão sobre questões da escravidão.

Encontramos neste período, de acordo com Alves:

“a circulação de jornais comerciais, caricatos, político-partidários, noticiosos e literários, bem como de folhas que representavam setores específicos da sociedade rio-grandina.”³³

Assim, constata-se um campo fértil em termos de produção jornalística na cidade do Rio Grande no que se refere às questões abolicionistas. Em termos gerais, os jornais rio-grandinos, defendiam a abolição em nome do “progresso”, do “patriotismo” e da “civildade”.

A pequena imprensa, também, cumpria seu objetivo de propagar o ideário abolicionista, através de jornais como *O Pregador Christão* (1877-1886) e *A*

³¹ALVES, 2002, p. 127

³²ALVES, 2002,p.130

³³ALVES, Francisco das Neves. O Ideal Abolicionista através da imprensa: Estudo de caso e uma inserção em um “modelo” Latino-americano IN: *Aspectos da Escravidão na América Espanhola*. Porto Alegre: PUCRS, 1995.p.97.

Luz (1884), ambos de postura nitidamente antiescravista e que levantavam a bandeira da extinção da escravidão no Brasil.

Entre os periódicos diários com os quais trabalhamos, estão o *Artista*, o *Echo do Sul*, o *Commercial* e o *Diário do Rio Grande*. Todos eram a favor da emancipação dos escravos, embora uns seguissem a linha de pensamento do governo brasileiro e dos senhores de escravos que defendiam a abolição lenta e gradual e outros se posicionavam a favor da abolição imediata, como poderemos observar no próximo capítulo. Interessante é que em nenhum dos periódicos foi encontrada uma proposta de inclusão dos escravos na sociedade após a Abolição. Esta, por sua vez, representava o fim da escravidão em si mesma, mas não havia preocupação com o destino dos escravos após a libertação.

Por outro lado, os jornais assumiam certo caráter partidário no que se refere à atribuição das mudanças a um partido ou outro (liberais ou conservadores), ao mesmo tempo em que expressavam seus ideais de um processo pacífico, sem revoluções populares. Tais características refletem a linha da imprensa no restante do país e expressam o momento de transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais o Brasil atravessava. Cada periódico apresentou certas especificidades tornando-se necessário o esboço de um breve histórico dos mesmos.

O *Diário do Rio Grande* teve sua gênese em 1848, a 16 de outubro mais precisamente. Assumiu grande importância destacando-se no cenário jornalístico da província, depois estado, como uma das primeiras publicações diárias, sobrevivendo até 1910.

Desde sua fundação em 1848 até 1877, foi um grande defensor das ideias conservadoras. Após 1878 o jornal passou a atuar mais próximo à bandeira do Partido Liberal. Entretanto, o *Diário* procurava manter uma postura neutra, imparcial, manifestando-se de forma mais transparente em momentos de disputa eleitoral ou quando o país passava por períodos polêmicos; fora isto, revestia-se de uma roupagem comercial.

Seu fundador foi José Caetano da Silva, jornalista e político rio-grandino

cuja pretensão era que o jornal aceitasse várias visões partidárias, porém tudo dentro da “ordem”. Tal intenção cairia por terra quando o jornal deixa transparecer sua visão negativa dos liberais. Alves bem se refere a isso quando diz:

Segundo a folha rio-grandina, para os liberais faltava o “essencial”, pois, “não tinham o senso prático da administração, sobejava-lhes porém, e muito, o egoísmo interesseiro; e, cegos pelo demônio da vingança que os dominava, não deram um passo que não fosse um desmentido a suas promessas passadas.”³⁴

Em primeiro de outubro de 1854, o *Diário do Rio Grande*, agora sob propriedade de Antônio Bitencourt e Silva, torna clara sua intenção de ser apartidário, dedicando-se com mais afinco às notícias comerciais. Entretanto, embora de forma mais sutil, o discurso partidário permanece. De acordo com Alves:

Este abrandamento do discurso político deveu-se também à fase de indefinição política que marcava o contexto regional. Bem como a política de conciliação que caracteriza o quadro partidário nacional.³⁵

Possivelmente, devido aos conflitos partidários do contexto regional e às mudanças no âmbito nacional, o jornal buscou dedicar-se às causas comerciais, numa espécie de “reclusão” no que se refere às questões político-partidárias.

A 16 de janeiro de 1876, o *Diário* foi arrendado por Francisco Maurício Gonçalves, o qual reafirma a postura “neutra” do periódico em relação à política e anuncia-se (16-17/11/1877) não mais ligado ao Partido Conservador, demonstrando, inclusive, certa decepção com a política.

Após 1878, com o avanço dos liberais, fenômeno aliado às decepções políticas devido aos “rachas” entre os conservadores, o jornal passa a assumir e defender a bandeira liberal, após um breve período de “silêncio político”. “Passou assim, a apoiar a virada liberal classificando-a como ‘oportuna,

³⁴ALVES, 2002,p. 159.

³⁵ALVES, 2002, p. 161.

sensata, patriótica, honesta e reparadora.³⁶

Com a ascensão dos conservadores ao poder em 1885, o jornal limita-se apenas a anunciar a inversão partidária e diz-se novamente apolítico. Tal postura duraria até as eleições de 1886, quando o periódico passa a fazer propaganda em favor dos liberais e, após a derrota dos mesmos, lamenta terem sido vencidos, retornando posteriormente a certa reclusão política.

Em 1888, comemora a Abolição da escravidão e em 1889, anuncia em tom “aliviado” o retorno dos liberais ao poder. Entretanto, encara com certa “surpresa” o advento da República e anuncia tal evento em tom desprovido de entusiasmo, embora posteriormente expresse sua posição favorável à República. Todavia, mais tarde, demonstrar-se-á decepcionado com a nova forma de governo em 1910, e rompe com sua imparcialidade política. Porém, com dificuldades financeiras, veio a desaparecer neste mesmo ano.

Outro jornal rio-grandino de relevância no cenário regional e nacional foi o *Commercial*, de propriedade do comerciante Francisco de Paula Cardoso, que o fundou em 1857. Seguiu uma linha comercial, buscando prestar informações sobre este setor, a fim de auxiliar a economia rio-grandina. Mesmo assim, embora de forma sutil, manifestou-se contra as alianças partidárias.

Porém, em 1868, com a inversão política, o *Commercial* deixa transparecer seu vínculo conservador, depreciando os liberais e enaltecendo o Partido Conservador. Após o processo eleitoral, o periódico volta a ser essencialmente comercial, até 1880, limitando-se apenas a informar assuntos políticos, sem nenhum posicionamento explícito.

Já a partir de 1880, sob a liderança de diversos colaboradores, sobretudo de Alexandre Bernardino de Moura, as manifestações políticas passaram a ser diretas, evoluindo até 1882 e posicionando-se ao lado dos conservadores.

Em junho de 1882, após candidatar-se a vereança, Bernardino de Moura, demonstra certa decepção com o partido. Sua derrota nas eleições o levou a tentar sua candidatura à Assembleia, quando os conservadores lhe negaram

³⁶ALVES, 2002, p. 170.

apoio. Tal fato mudou as características do jornal que passou de comercial para propagador de debates políticos e partidários, momento em que Bernardino procura atacar o Partido Conservador e ao mesmo tempo, “desmascarar” a atitude dos conservadores por não apoiá-lo na candidatura. Assim, o periódico assume uma roupagem particularista e passa a ser utilizado para interesses pessoais do seu redator.

Os resultados foram catastróficos. Num primeiro momento, o jornal perdeu sua regularidade na circulação e após, vem a extinguir-se, sendo que, segundo Alves, após 1882, só foi encontrado um exemplar de 1886.³⁷

Ainda dentro do período que abrangeu a promulgação das leis abolicionistas, encontramos outro periódico de destaque na cidade do Rio Grande. Era o *Artista*, fundado em 15 de setembro de 1862, por quatro operários do jornal *Echo do Sul*, cujo objetivo primordial era criar um “semanário dos artistas”, constituindo-se em um “defensor dos interesses dos artífices, buscando a criação de associações que os congregassem como forma de combater o domínio dos “poderosos” e “aristocratas”. Entretanto, tal objetivo alterou-se e o jornal passou a revestir-se de matérias comerciais, políticas e noticiosas.

Por outro lado, o *Artista* apresentava-se como propagador do ideário liberal, dedicando-se aos interesses partidários nos momentos em que a situação política do país tornava-se polêmica. Ao mesmo tempo, buscava um certo “doutrinação” da população em favor dos liberais e contra os conservadores. Estes, na sua visão, estavam levando o país à “crise” e à “desordem”, sendo que em 17/11/1884, a folha caracterizou os conservadores como “anarquistas”.

Em 1885, com a volta dos conservadores ao poder, o periódico acreditou e deixou transparecer a crença de que a situação não seria duradoura. No ano de 1887, o jornal foi vendido para Franklin da Fonseca Torres, porém continuou a seguir seu norte de defensor dos liberais. Entretanto, era contra a mudança da forma de governo e com o advento da república, assumiu certa neutralidade e segundo Alves,

³⁷ALVES, 2002,p. 227.

seu discurso político teve de passar por um processo de adaptação... Apesar de breves períodos de recuperação, a folha já deixava transparecer os elementos constitutivos de uma crise que levaria ao seu desaparecimento em 1912.³⁸

Assim, nesse ano de 1912 o periódico rio-grandino *Artista*, após atravessar uma crise frente à concorrência, sai de cena do cenário regional e deixa sua marca na história como importante meio de comunicação da segunda metade do século XIX até a primeira década da centúria seguinte.

Configurando no cenário rio-grandino como outro jornal de destaque, encontramos o *Echo do Sul*, fundado nos anos cinquenta, em Jaguarão e vindo para Rio Grande em outubro de 1858. Aos poucos, tornou-se “publicação de natureza política, literária e comercial.”³⁹ e acima de tudo, defensora do ideário conservador, sobretudo após os anos 80, quando se tornou “órgão do Partido Conservador”. Conseqüentemente, em suas páginas não faltaram espaços dedicados ao combate aos liberais:

Com a República, o jornal manteve sua conduta embasada no partidarismo, inicialmente apoiando os novos governantes, mas em seguida, partindo para uma postura de aberta oposição aos mesmos, consistindo-se num dos poucos órgãos da imprensa que se manteve na resistência combatendo os situacionistas em algum dos mais graves momentos que marcaram a agitada transição Monarquia-república na conjuntura rio-grandense-do-sul.⁴⁰

Nota-se aqui que Alves chama a atenção para o caráter oposicionista do periódico, mesmo após a proclamação da República, o que o coloca num papel de destaque em relação a outros jornais que apoiavam o governo da situação.

Com as inovações e novas tendências do jornalismo, no final de 1910, o *Echo* procurou adaptar-se a tais linhas, seguindo a imprensa que procurava tornar-se mais noticiosa e imparcial, desvinculadas de partidos políticos. Para tal, sua retórica afasta-se um pouco do debate político-partidário numa tentativa de sobrevivência. Entretanto, veio a sucumbir no ano de 1934, não vencendo a concorrência de outros jornais que surgiram.

Tais peculiaridades referentes a cada periódico pesquisado nos permitem

³⁸ ALVES, 2002, p. 251.

³⁹ ALVES, 2002, p. 271.

⁴⁰ ALVES, 2002, p. 271.

uma compreensão mais abrangente sobre as posições dos jornais frente às leis abolicionistas e o momento histórico do país. Segundo Rüdiger:

Na verdade, as forças políticas proporcionaram o surgimento das tipografias que fizeram sua publicidade, mas logo são as tipografias que publicavam seus próprios jornais e os dispõem às forças políticas. As tipografias concorriam pelos favores oficiais. O Estado constituía a principal força política, para que estava sempre pronto a prestar serviço.⁴¹

Os debates em torno da continuidade ou não da escravatura encontraram na imprensa um de seus mais importantes meios de difusão. Os alcances e limites do abolicionismo, as práticas governamentais para postergar o processo que levaria à extinção da escravidão e o enorme esforço para que não ocorresse o encerramento de tal instituição foram temas debatidos à extenuação e os jornais seriam verdadeiros arautos dessas discussões. Isso se observa também nos periódicos rio-grandinos, como ocorreu com o *Echo do Sul*, o *Commercial*, o *Artista* e o *Diário do Rio Grande*.

⁴¹RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS. 1993.p 16.

CAPÍTULO II

AS LEIS ABOLICIONISTAS NA PERSPECTIVA DA IMPRENSA DIÁRIA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Com as transformações advindas no capitalismo industrial, a crescente propaganda abolicionista interna e a pressão internacional não restavam alternativas ao Brasil do que dar alguns passos em direção à abolição dos escravos. Porém, era importante garantir que esta fosse gradual e, para tal, tornava-se necessária criar uma legislação que legitimasse tal empreendimento.

Segundo Emília Viotti:

As leis emancipadoras aprovadas pelo Parlamento tiveram um resultado psicológico importante, pois condenaram a escravidão a desaparecer gradualmente. Isto forçou os proprietários de escravos a pensarem em soluções alternativas para o problema da mão-de-obra. Mas foi apenas quando os escravos decidiram abandonar as fazendas em números cada vez maiores, desorganizando o trabalho, que os fazendeiros se viram obrigados a aceitar, como inevitável a Abolição.⁴²

Conclui-se assim que as leis abolicionistas denominadas do Ventre Livre e dos Sexagenários tinham como objetivo protelar a emancipação para que os proprietários de escravos pudessem manter aquele tipo de força de trabalho e, se necessário, vir a pensar na substituição de mão-de-obra. Entretanto, as fugas de escravos tornaram-se insustentáveis e a abolição da escravidão já era algo inevitável.

Porém, havia divergência de opiniões. A maioria dos conservadores era contra a libertação dos escravos, mas se tivesse de ser feita, deveria ser gradual com indenizações aos proprietários. Já entre os liberais, havia os que pensavam como os conservadores, outros, como os mais radicais queriam emancipação imediata. Havia ainda um grupo de fazendeiros paulistas que

⁴² COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 4.ed. São Paulo. Global, 1998. p.12.

estava interessado na abolição e em incentivos financeiros para substituir a mão-de-obra escrava por imigrantes.

Por outro lado, com o crescimento e expansão da cultura cafeeira, a grande lavoura continuava a depender do trabalho escravo e isto explica porque os ideais abolicionistas se espalharam mais entre a população urbana, enquanto que a grande maioria dos cafeicultores desejava a abolição lenta e gradual.

Sendo assim, as leis abolicionistas foram criadas mediando as opiniões de conservadores e liberais, bem como “apaziguando” por determinado tempo os abolicionistas e a pressão externa. Na prática, as leis de 1871 e 1885, respectivamente, do Ventre Livre e dos Sexagenários, foram fraudadas desde o início. Datas de nascimento de escravos burladas, vendas de crianças recém-nascidas e desvios daquelas que deveriam ser levadas para instituições de caridade, entre outras formas de fraude.

Nesse sentido, podemos perceber que tais leis tiveram como objetivo principal não a intenção em favor dos escravos, mas golpear a campanha abolicionista e retardar o processo de emancipação que somente seria oficialmente declarado em 1888 com a Lei Áurea, esta, “promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite (...) libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”.⁴³

Desta forma, os resultados da abolição, tornaram-se restritos na medida em que não houve um “programa” de integração dos ex-escravos na sociedade, demonstrando assim que não ocorreu, por parte dos abolicionistas, uma intenção maior do que apenas fazer a abolição. Alves comenta este fato quando aborda a questão da não-ruptura com as estruturas econômicas e sociais após a abolição:

Assim, o processo abolicionista não significou uma ruptura absoluta nas estruturas sócio-econômicas e políticas vigentes e a liberdade dos escravos sempre, esteve condicionada a possíveis alternativas para a questão da mão-de-obra, bem como à eliminação de qualquer perigo à ordem social estabelecida. Esse contexto de inalterabilidade

⁴³ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.247.

integral do status que serviu para um profundo agravamento da difícil incorporação do elemento negro nas sociedades da América Latina, num fenômeno social que se fez sentir, com evidência até a presente época.⁴⁴

2.1 – Lei do Ventre Livre – 28 de setembro de 1871

Foi em meio às divergências políticas citadas anteriormente, que em 28 de setembro de 1871, através de uma “jogada política”, o gabinete conservador, cujo chefe era o Visconde do Rio Branco, aprovou a Lei do Ventre Livre. Tal lei estipulava que seria livre todo filho de escrava nascido no Brasil a partir daquela data. Também criava um fundo de emancipação para pagar pela alforria de determinados escravos.

Com a aprovação da lei, a “bandeira abolicionista” é tirada das mãos do Partido Liberal. Porém, significava mais do que isto: “Contentava” e “acalmava” os abolicionistas radicais, fazendo com que sua campanha somente recomeçasse em 1884, e ao mesmo tempo, prolongava o processo de emancipação, vindo ao encontro das aspirações dos conservadores e dos senhores de escravos, fazendo com que a abolição fosse gradual e sem comoção popular.

Como era de se esperar, os debates sobre a lei de 1871, causaram grande repercussão na imprensa, mobilizando a opinião pública. Recebeu a lei grande acolhida no meio estudantil, intelectual e entre os profissionais liberais. Os jornais do país enalteciam tal ato.

Entre a imprensa rio-grandina não sucedeu diferente. Porém, as formas como os quatro jornais de circulação diária na época se manifestaram em relação à lei, apresentou características peculiares.

Em suas páginas o *Echo do Sul* já apresentava no dia 3 de agosto, sua opinião sobre o projeto de lei da “emancipação do ventre”. Dizia-se “abolicionista pelo coração e pela razão”, demonstrando com clareza sua

⁴⁴ ALVES, Francisco das Neves. A Abolição da Escravatura Negra na América Latina: Desenvolvimento, Modalidades e Heranças. IN. *Aspectos da Escravidão na América Espanhola*. Porto Alegre. PUC-RS. 1995, p.41.

posição aos leitores. A seguir, publica pela segunda vez um artigo que havia citado no primeiro dia do mesmo ano:

É preciso que a aurora do ano de 1871, que desponta radiante, que os raios solares que vívidos clareiam o horizonte brasileiro, antes de haver descrito o planeta terrestre, o giro completo a roda deste astro, não esclareçam ou presidam a mais nenhum nascimento escravo, do homem ou da melhor coisa na América do Sul. Julgamos o projeto do governo simplesmente o primeiro passo dado, na estrada a trilhar, para atingir o término qual, a total extinção da escravidão no solo brasileiro.⁴⁵

Obviamente que a escravidão ainda não estava extinta e que a questão era muito complexa no que tange aos aspectos sociais e econômicos que implicavam, entretanto, o jornal enaltece o projeto de lei e não aprofunda a análise sobre o mesmo em seus pormenores, entre os quais o fato do destino das crianças nascidas após a lei que permaneceriam sob a tutela do senhor, numa forma de tornar lenta e gradual a abolição.

No dia seguinte, em uma coluna intitulada “Interior”, o *Echo* publicou um parecer da câmara dos deputados a respeito da lei ao qual deu continuidade no dia 9 de agosto de 1871, quando publicou:

Para que possam nossos leitores apreciar o tumulto e a anarquia que reinou na Câmara dos Deputados, antecedentemente à votação do artigo 1º da proposta do governo libertando o ventre da mulher escrava, tumulto e anarquia provocado pelos membros da oposição damos as palavras eloqüentes do deputado da maioria, o Sr. Junqueira e outros, repelindo os insultos da minoria e pedindo a votação nominal.⁴⁶

Os “membros da oposição” e “minorias” aos quais o jornal se refere, são os liberais. Ora, sendo o *Echo* um periódico conservador, era natural denunciar aqueles que se intitulavam estandartes da bandeira abolicionista, como os causadores de tumulto num momento em que deveriam posicionar-se a favor de uma lei que representava o caminho para a Abolição que os mesmos liberais tanto apregoavam. Nesta publicação o jornal não perde a oportunidade de sugerir que quem estava trabalhando em favor da causa abolicionista era, na verdade, o Partido Conservador.

⁴⁵ ECHO DO SUL. Rio Grande, 3 ago. 1871, p.1.

⁴⁶ ECHO DO SUL. Rio Grande, 9 ago. 1871, p.1.

Outra característica encontrada na cobertura do *Echo do Sul* a respeito das discussões sobre o Projeto de Lei estava ligada às críticas a outros periódicos rio-grandinos, como o *Diário do Rio Grande*. Este, neste período, procurava apresentar-se numa postura neutra em relação à política, considerando-se apartidário. No dia 18 de agosto, o *Echo* posiciona-se da seguinte forma em relação ao Diário:

Não é oposicionista - o Diário do Rio Grande declara a seus pios leitores, que, embora transcreva e recomende a leitura do importante discurso de oposição ao governo, proferido pelo senhor Alencar, na Câmara dos Deputados na discussão do assunto mais transcendente da atualidade, contudo não se acha colocado em oposição. Não era preciso que o Diário declarasse não estar em oposição e que sua atitude de imprensa, significava coisa nenhuma.⁴⁷

É notória a indignação do *Echo* em relação ao outro periódico. Após, passa a acusar o *Diário* de assumir a posição daqueles que “por fora acompanham a evolução do jogo e quando veem a probabilidade de ganho, animam-se a parar a cartada”.⁴⁸

Mais uma vez, buscava a conscientização de seus leitores de que os liberais que apregoavam a causa abolicionista, no momento em que os conservadores discutiam leis que se encaminhavam para tal, se recusavam a colaborar na erradicação da escravidão.

Por ocasião do sete de setembro, com o Brasil completando 49 anos de independência política, o *Echo do Sul* publica uma homenagem ao país e nesta, faz alusão à libertação dos escravos ao declarar:

Quarenta e nove anos de independência política, quarenta e nove anos de liberdade, e ainda lavra o livre solo americano o braço escravo, e, na democrática sociedade brasileira, a escravidão é um fato. Como amar a liberdade um povo, que reconhece ser a escravidão uma necessidade, o escravo, máquina de trabalho, elemento de progresso?!

⁴⁹

Nota-se nesta citação que o jornal leva a refletir sobre o fato de que apesar de ser uma nação livre e independente, ainda mantinha a escravidão como sustentáculo da economia, alertando assim o leitor para o “liberalismo

⁴⁷ ECHO DO SUL. Rio Grande, 18 ago. 1871, p.1.

⁴⁸ ECHO DO SUL. Rio Grande, 18 ago. 1871, p.1.

⁴⁹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 7 set. 1871, p.1.

contraditório” que permeou nossa independência, ou seja, o país devia ser livre, mas não todos os seus habitantes.

Após esta publicação, nas próximas edições o jornal não manifesta opiniões relacionadas à Abolição. A Lei do Ventre Livre foi aprovada em 28 de setembro e o *Echo*, somente no dia 10 de outubro, refere-se ao assunto da seguinte forma:

Como já é sabido, passou em terceira discussão no senado, no dia 27 do mês passado o projeto do governo referente ao estado servil. Nesse dia, imenso era o concurso.⁵⁰

Passa então a narrar como foi promulgada a lei e enfatiza os aplausos e vivas da população. Enaltece a promulgação da mesma cuja responsabilidade, para o *Echo do Sul*, é dos conservadores e menciona as notas de congratulações enviadas por Portugal, Estados Unidos e Inglaterra. Publica então, a fala da Princesa Imperial regente na sessão de encerramento.

Fato interessante foi que somente em 1º de novembro o jornal publica a lei na íntegra. Nos próximos números não há mais referência ao assunto, somente a outras notícias nacionais. Tal “ausência” pode significar que para o *Echo do Sul*, a Lei do Ventre Livre teve tanta relevância que praticamente extinguiu a escravidão do país a ponto de não ser necessário tão cedo voltar ao tema, ao menos nos dois primeiros meses que se seguiram à promulgação da lei. Entretanto, dentro deste recorte cronológico, pode-se constatar claramente a postura conservadora do periódico, bem como sua preocupação em fazer um discurso em oposição aos liberais e colocar a bandeira abolicionista nas mãos dos conservadores.⁵¹

O *Diário do Rio Grande*, por outro lado, também apresenta suas simpatias pela causa abolicionista, porém, de forma mais indireta, não se posicionando abertamente e sim de forma comedida, trazendo publicações de sessões da Câmara dos Deputados onde era defendida a abolição gradual da escravidão. Também publica transcrições de outros jornais do país, como uma

⁵⁰ ECHO DO SUL. Rio Grande, 10 out.1871, p.1.

⁵¹ Referente ao período de 1871, não nos foi possível analisar o periódico “*Artista*” tendo em vista que no acervo da Biblioteca Rio-Grandense, deste ano, só encontramos os periódicos do mês de março.

publicada no dia 22 de julho de 1871 após a seguinte frase do jornal:

Publicamos hoje um belíssimo escrito que transcrevemos do Diário do Rio assinado por um “lavrador”. O assunto é o parecer dado pela comissão da câmara dos Srs. Deputados acerca do projeto sobre o elemento servil, apresentado pelo governo chamando a atenção de nossos leitores para este escrito, temos nisto um grande prazer.⁵²

Observa-se que, para o *Diário*, a abolição também significava um “bem” proporcionado pelos brancos em “benefício” dos escravos. Como exemplo de tal constatação, podemos citar a notícia de uma festa de liberdade promovida pela sociedade emancipadora de Pelotas, quando foram libertos cinco escravos. Após a narração do fato, o jornal se pronuncia:

ação que revela os altos dotes de coração que possui o Sr. Felisberto Amaral e mais membros da sociedade emancipadora. A ação de libertar esses cinco escravos é nobre; é mais que nobre; é edificante; é bela; é sublime.⁵³

Nos próximos números o jornal segue a mesma linha, ou seja, não se manifesta e nem se posiciona de forma direta, apenas publica as notícias das discussões sobre a emancipação na câmara. Somente no dia 6 de outubro, há uma pequena referência à aprovação da Lei de 28 de setembro: “Passou o Elemento Servil.”⁵⁴

Porém, no dia 9 de outubro na “Parte Oficial”, sob o título “Atos do Poder Legislativo”, o periódico publica:

Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871-Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual dos escravos.⁵⁵

Após, transcreve toda a lei e não faz comentários a respeito. Até 1º de dezembro do mesmo ano, o *Diário* não fez mais referência ao assunto. Constata-se que procurou uma posição de neutralidade no que se refere aos assuntos da Abolição, de acordo com sua postura editorial, que tinha por objetivo fundamental manter uma abordagem predominantemente noticiosa.

⁵² DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 22 jul. 1871, p.1.

⁵³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 23 jul. 1871, p.2.

⁵⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 6 out.1871, p.2.

⁵⁵ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 9 out.1871, p.1.

O *Commercial*, por sua vez, também apresenta certa imparcialidade em relação a temas polêmicos, visto sua pretensão de ser um periódico voltado às questões comerciais, visando fornecer informações sobre economia, indústria e comércio. Desta forma, o jornal manteve certo silêncio durante o processo de discussão da Lei do Ventre Livre e apenas manifestou-se quando da publicação da mesma, já votada e aprovada.

No número referente aos dias 8, 9, e 10 de setembro, noticia que passou na Câmara o projeto do “Elemento Servil” e após, conclui: “Apesar de todo o barulho da imprensa e dos opositores da câmara, creio que nunca houve causa tão popular no Brasil como a extinção da escravidão”.⁵⁶

Já em 6 de outubro o periódico traz a notícia da aprovação final da Lei:

O vapor chegado ontem da capital da província, trouxe-nos a agradável nova de ter sido aprovada no dia 27 do mês passado, quase que unanimemente, no senado a proposta do governo sobre a emancipação.

Dentro de poucos dias, pois, será abolida deste país a mancha negra da escravidão que o colocava como exceção vergonhosa entre as nações cultas do mundo. Defeituosa ou não a lei que acaba de votar o parlamento brasileiro, deve ser escrita em letras de ouro em seus anais, padrão de glória possível para aqueles que a confeccionaram e aprovaram.

E agora é tempo que o Brasil cuide seriamente de seus interesses utilizando com vantagem o braço livre, sem mais produtor e beneficente que o que acaba de extinguir-se quase totalmente.⁵⁷

Nos dias 9 e 10 de outubro, *O Commercial* publicou a lei na íntegra e em 21 de outubro fez o seguinte pronunciamento:

Foi dado um passo para a solução da magna questão do elemento servil. A proposta do governo sobre esta importante reforma, é hoje uma lei do império. Aplaudimos este acontecimento porque é ele o prenúncio seguro da completa extinção da escravidão no Brasil. Debaixo deste ponto de vista, saudamos a nova era que essa lei abre nos horizontes da pátria.⁵⁸

Percebe-se que para *O Commercial*, a Lei do Ventre Livre representou quase que a extinção completa da escravidão. Por outro lado, enalteceu o partido conservador de forma sutil, “aqueles que a confeccionaram e a

⁵⁶ COMMERCIAL, Rio Grande, 8, 9 e 10 set. 1871.p. 2.

⁵⁷ COMMERCIAL, Rio Grande, 6 out. 1871.p.1.

⁵⁸ COMMERCIAL, Rio Grande, 21 out. 1871. p.1.

aprovaram”, atribuindo-lhes tal projeto.

Entre as características comuns encontradas especificamente nos três periódicos disponíveis para estudo está o fato de que consideravam a Lei do Ventre Livre praticamente a extinção total da escravidão no país, quando, ao contrário, serviu como elemento e meio para prolongar a escravidão e tornar gradual a queda de tal instituição. Entrementes, os jornais não buscaram encontrar “falhas” na lei e nem mesmo denunciar ao leitor tais lacunas, que obviamente existiam, mas que pelo fato de ser a escravidão um “cancro” a extirpar-se da sociedade, não seria interessante “desmascarar” naquele momento, a intenção de uma lei que, para a época, era um passo para a extinção das relações servis no Brasil.

2.2 – Lei dos Sexagenários – 28 de setembro de 1885

No início da década de 80, a campanha abolicionista ganhou novo impulso, em especial, nos centros urbanos. Faziam-se comícios, conferências e arrecadações de donativos em prol da causa da abolição. Artigos e panfletos eram escritos e distribuídos entre a população.

Segundo Emília Viotti,

Os fazendeiros reagiram diferentemente nas áreas, mas, por volta de 1880, a maioria deles estava convencida de que a escravidão era uma causa perdida. Além disso, outros tipos de investimentos tinham de ser abertos a eles: estradas de ferro, bancos e indústrias. Face a essas novas possibilidades, a imobilização do capital, característica do sistema escravagista, não era mais racional. Parecia haver maior oportunidade para diversificar investimento de capital. O sistema de crédito havia se expandido, criando novas possibilidades de financiamento do trabalhador livre; a revolução tecnológica nos transportes e as crescentes demandas do mercado internacional haviam criado novas possibilidades para a expansão de produção e para a especialização. Os métodos de processamento do café e do açúcar também tinham melhorado, permitindo uma melhor divisão do trabalho. Após a interrupção do tráfico, o preço dos escravos aumentou vertiginosamente. O custo de manutenção dos escravos pareciam, em algumas áreas, igualar-se ou mesmo exceder o nível salarial local.⁵⁹

⁵⁹ COSTA, 1994, p. 247.

Juntamente com a campanha abolicionista que reacendia, havia uma crescente agitação de estudantes e intelectuais, principalmente no Rio de Janeiro, todos a favor da emancipação. Tal agitação causava ira em alguns fazendeiros que recorriam ao Parlamento com petições, solicitando que fosse impedido o movimento que pretendia “acelerar” a abolição da escravidão no país.

A imprensa antiescravista continuava dando cobertura aos fatos e revestia-se de pronunciamentos exacerbados. Havia sérios conflitos entre abolicionistas e proprietários de escravos. Os escravos recebiam maior apoio da população e maior repressão dos senhores que se sentiam ameaçados. As revoltas de escravos por sua vez, proliferavam. Os escravistas estavam convencidos de que era necessário reprimir os abolicionistas a fim de restabelecer a ordem pública.

Foi neste contexto histórico que o projeto de emancipação dos Sexagenários, apresentado à Câmara pelo ministério Souza Dantas, causou alvoroço. Novamente liberais e conservadores dividiam-se. O projeto foi apresentado pelos liberais e, alguns destes, votaram contra, unindo-se aos conservadores.

Muitos proprietários de escravos que antes foram contra a Lei do Ventre Livre, agora a enalteciam e pronunciavam-se ferozmente contra a Lei dos Sexagenários. O Ministério caiu por 52 votos contra 50. Outro ministério liberal formou-se e o projeto, com grandes modificações, foi apresentado à Câmara. Tais alterações beneficiavam grandemente aos proprietários de escravos e o Ministério caiu novamente.

Assim, foi chamado o conservador Barão de Cotegipe, que através de compromissos e concessões feitas, conseguiu a aprovação do projeto em 28 de setembro de 1885.

A lei, na prática, garantia a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sem que houvesse prejuízo e paralisação da cultura cafeeira. Ao mesmo tempo, garantia indenizações e benefícios aos proprietários. Também concedia liberdade aos cativos maiores de 60 anos; estes, por sua vez, eram idosos que

não tinham mais forças para o trabalho na lavoura, mais uma vez beneficiando os proprietários ao desobrigá-los de cuidar dos escravos velhos e improdutivos.

Quando da discussão e aprovação da Lei dos Sexagenários, a imprensa rio-grandina dará cobertura aos debates, trazendo notícias da Corte e publicando alguns artigos. Entretanto, ao contrário da imprensa abolicionista que neste momento assume um discurso “apaixonado” e enfático na busca do convencimento da população, restringir-se-á, na maioria das vezes, em noticiar “resumidamente” o andamento dos debates no Parlamento, revestindo-se de certa neutralidade e discrição, deixando transparecer sua opinião apenas nas “entrelinhas”.

Nesse contexto, o periódico que se mostrou mais “ousado” em opor-se às ideias escravistas e conservadoras foi o *Artista*. Em 1º de agosto na seção “Telegramas”, o jornal limitou-se a publicar:

A sessão da Câmara dos Deputados foi tumultuosa. Sendo o presidente obrigado a suspendê-la. Entrou em 3ª discussão o projeto do governo sobre o elemento servil.⁶⁰

Mas, no dia 12 de agosto, no editorial sob o título “*Pro Doma Nostra*”, faz sérias críticas aos problemas do país:

Todos os assuntos de mais palpitante atualidade estão descurados, preteridos, ou adiados para tempos que não de vir, mas que ninguém se atreve a prefixar. A exceção do problema do elemento servil que há 6 meses preocupa a atenção do Parlamento e que parece destinado a preencher todo o tempo da sessão legislativa, sem alcançar a almejada resolução. Tudo o mais, ou quase tudo, recente-se de um certo abandono.⁶¹

A cobertura sobre os debates continua. No dia 20 de agosto, quando publica o projeto para “extinção gradual do elemento servil” e no dia 12 de setembro, na seção “Telegrama”, comunica a aprovação no senado do artigo 1º do projeto sobre o elemento servil, ratificando a seguir, que as emendas foram rejeitadas.

Porém, no dia 18 de setembro, discute-se a questão de a província ter sido excluída no:

⁶⁰ ARTISTA. Rio Grande, 1 ago. 1885, p.2.

⁶¹ ARTISTA. Rio Grande, 12 ago. 1885, p.1.

Número das que ficam sujeitas ao imposto adicional de 5% do projeto sobre o elemento servil, mostrando que semelhante imposto, vem tirar a razão de ser da tarifa especial de diminuir consideravelmente as rendas públicas. Com efeito todos sabem que essa obrigação imposta ao Rio Grande pelos conservadores da Câmara, de contribuir também com tal imposto iníquo e vexatório consignado no projeto Saraiva, é uma ameaça terrível ao futuro econômico desta província, que, pelo seu único e patriótico esforço, tem libertado a maior parte de seus escravos. Para conseguir esse brilhante resultado, o Rio Grande do Sul não pediu recursos senão à sua filantropia e amor à liberdade. Mas, no entanto, terá de sacrificar os seus mais caros interesses e o seu futuro, quiçá, para pagar aos senhores de escravos das outras províncias o exorbitante preço que a tabela do projeto prefixou para o resgate gradual da negra mercadoria.⁶²

Observa-se que aqui, o jornal faz duras críticas ao projeto que ainda não havia sido votado e atribui aos conservadores tão “insensatos” intentos. Obviamente que, sendo o *Artista* um periódico que defendia os ideias liberais, era quase uma “obrigação”, para o mesmo, buscar demonstrar a seus leitores quais seriam as intenções dos conservadores.

Na data de 28 de setembro em que se comemorava o aniversário da Lei do Ventre Livre, no editorial o *Artista* publica:

Faz hoje 14 anos que foi promulgada a lei pela qual o Visconde do Rio Branco, libertando o ventre da mulher escrava e decretando que, de então em diante, ninguém mais nasceria cativo neste grande e opulento império, arrancou à senzala uma geração de escravos para restituir à pátria milhares de cidadãos.⁶³

Após, menciona as lutas e dificuldades contra a imprensa e o parlamento que o Visconde do Rio Branco enfrentou para a promulgação da Lei do Ventre Livre e compara o governo conservador de 1871 ao governo conservador de 1885, fazendo a seguinte observação:

O Visconde do Rio Branco redimiu o berço, decretando a liberdade do ventre da mulher escrava. O Barão de Cotegipe escravizou o túmulo, negando liberdade aos escravos sexagenários! O conservador de 71 compadeceu-se das crianças; o conservador de 85, não se condeou dos velhos. O primeiro bateu-se franco e brilhantemente pelo triunfo de sua ideia, o segundo fez triunfar a do Sr. Saraiva pelo silêncio covarde sistemático! Em 1871 – o povo, sem diferença de partido, cobria de flores e vitoriava entusiasticamente o presidente do conselho de ministros; em 1885, centenas de famílias, a quem a cegueira partidária está tirando o pão, amaldiçoa e condena o Barão de Cotegipe! Outrora uma política elevada e humanitária, hoje, uma política tacanha e odienta! Por isso mesmo, o Visconde do Rio

⁶²ARTISTA. Rio Grande, 18 set. 1885, p.1.

⁶³ARTISTA. Rio Grande, 28 set. 1885, p.1.

Branco passou à subjetividade da História como um benemérito e o Barão de Cotegipe há decair da alta posição em que se acha colocado – como um hipócrita! Há! Que grande, que enorme diferença entre o passado e o presente! Pois bem; o Artista; no dia em que se completa o 14º aniversário da Áurea Lei de 28 de setembro de 1871, abatem reverentemente as suas armas diante da sacratíssima memória do adversário leal e generoso que libertou o berço dos escravos. Mas, por essa mesma memória, jura combater tenaz e energicamente aquele que escravizou o túmulo dos sexagenários.
Honra ao Visconde do Rio Branco!⁶⁴

Observa-se o tom audaz “e apaixonado”, e de certa forma, incisivo com que o jornal critica o projeto de lei em tramitação na Câmara. Tal característica segue a linha das abordagens de outros jornais do país favoráveis à abolição.

Tendo em vista a postura política do jornal, com fortes bases liberais, não lhe era cabível fazer “propaganda” de um “feito” conservador. Assim, após ter se pronunciado a favor da abolição, as próximas edições silenciam e não mencionam o assunto. Somente no dia 3 de outubro, o jornal publica um resumo do discurso de Silveira Martins sobre o elemento servil e em 6 de outubro, na seção “Notícias de Corte”, divulgava: “Na ordem do dia foram aprovados, em terceira discussão, os projetos sobre o elemento servil, depois de orar o Sr. Martinho Campos.”⁶⁵

Por sua vez, o *Diário do Rio Grande* restringe-se apenas a publicar as notícias vindas da Corte que mostram com tramitava a discussão do projeto. Assim será na edição do dia 4 de agosto e no dia 18 do mesmo mês quando se manifesta, citando a Gazeta de Notícias:

Os conservadores julgam que está chegando a hora da sua subida ao poder. A questão servil é um trambolho para qualquer governo, e, principalmente para um governo conservador.⁶⁶

Observa-se que o *Diário* posiciona-se a favor da emancipação, entretanto, em suas “entrelinhas” deixa a entender que defende a ideia de uma abolição gradual e realizada de forma pacífica. Um exemplo pode ser a publicação de um artigo que fala sobre os escravos libertos com a cláusula da “prestação de serviços” e que, segundo o editor:

... preferem abandonar a casa de seus ex-senhores e entregar-se a

⁶⁴ ARTISTA. Rio Grande, 28 set. 1885, p.1.

⁶⁵ ARTISTA. Rio Grande, 6 out. 1885, p.2.

⁶⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 18 ago.1885, p.1.

uma vida de devassidões, a cumprir fielmente a condição a que sujeitaram.

...Libertemos o escravo, mas cuidemos em seguida de utilizá-lo para o bem próprio e para o bem comum. Libertá-lo para deixá-lo entregue a si mesmo, de seus instintos, aos conselhos da sua ignorância, aos impulsos da sua irreflexão é praticar um grande erro, talvez de consequências mais funestas do que as provenientes da própria escravidão.⁶⁷

O *Diário* também deixa transparecer sua ideia sobre o escravo: um ser incapaz de refletir e tomar decisões sobre o certo e o errado. Não é dono do seu próprio destino. É necessário que os brancos, aqueles que generosamente concedem a liberdade que eles mesmos haviam tirado, orientem os negros sobre suas decisões e seu futuro.

Após esta data, o jornal continua a trazer notícias esporádicas e superficiais sobre o projeto de lei, mantendo assim sua intenção de ser “apolítico” e mais informativo. Em 9 de outubro, na “Parte Oficial” sob o título “Emancipação Servil”, publica: “Lei nº 3.270 de 2 de setembro de 1885 – Regula a extinção gradual do elemento servil.”⁶⁸

Não faz nenhum comentário e nem mesmo se posiciona. O assunto é encerrado e até 01 de dezembro, o jornal não faz mais menção ao tema, mais uma vez assumindo a sua posição “neutra”, visto que desde a subida dos conservadores ao poder neste ano de 1885, o periódico declarou-se apolítico e manteve-se silencioso, até 1886 nas eleições, quando fará propaganda em favor dos liberais. Assim, não seria lógico fazer alarde sobre uma lei que era levada a efeito por conservadores.

Outro periódico diário rio-grandino em circulação no período da votação da lei dos sexagenários foi o *Echo do Sul*, que também assume certa postura discreta, apesar de defender a bandeira conservadora. Assim, limita-se a publicar pequenas e esporádicas notícias sobre a discussão do projeto na Câmara e esta postura se deve às grandes crises que o debate dos assuntos ligados à questão servil promovia junto aos conservadores.

No dia 11 de julho de 1885 na seção intitulada “Parlamento”, traz

⁶⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 30 ago. 1885, p. 1.

⁶⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 9 out. 1885, p. 1.

notícias sobre a tramitação da lei referente ao elemento servil. Tais informes têm continuidade no dia 24 de julho. Entretanto, a redação do periódico não se expõe divulgando sua própria opinião.

Na quarta-feira, 4 de novembro de 1885, refere-se a um comentário que havia sido editado pelo *Diário do Rio Grande*, na época, de tendência liberal, na seção “Revista da Imprensa”:

Diário do Rio Grande comenta o ato governamental relativo à cobrança do 5% adicionais, incluídos na nova lei da emancipação servil. Diz que outro não podia ser o procedimento do governo, se não mandar que não fosse executada tal cobrança, excessivamente gravosa aos interesses do comércio importador. Demais, o governo era obrigado a proceder assim ante a circunstâncias de não ter sido o novo tributo, incluído na prerrogativa do orçamento.⁶⁹

Porém, a notícia propriamente dita da aprovação da Lei Saraiva – Cotegeipe, somente virá no dia 15 de novembro quando publica:

Acha-se aprovado o regulamento que, em execução do art. 1º da Lei nº .270 de 28 de setembro deste ano, tem de reger o serviço da nova matrícula dos escravos menores de 60 anos, o do arrolamento especial dos escravos de 60 anos ou maiores desta idade e o da apuração daquela matrícula. Foi organizado o mesmo regulamento pelo Sr. Dr. Antônio Ferreira Viana, tendo recebido o projeto alterações nas quais combinou o ministério. Para execução e na forma da expressa determinação da mesma lei, terá o Poder Executivo de expedir outros regulamentos, bem como o de consolidar todas as disposições legislativas e regulamentares que ficarem vigorando a respeito do estado servil.⁷⁰

A seguir, passa a redigir as “principais disposições do regulamento aprovado”.

Como já foi mencionada anteriormente, a imprensa rio-grandina, mesmo aquela representante do Partido Conservador e defensora de seu ideário, neste período de 1885, no processo que culminou com a Lei dos Sexagenários, não se pronunciou de forma muito explícita. Geralmente, limitou-se a acompanhar os acontecimentos e transmiti-los ao público leitor, sem grandes debates ou explanações. É certo que, em determinados momentos, alguns periódico, como o *Artista*, por exemplo, sendo liberal, assumiu certa roupagem “apaixonada,” seguindo os passos de outros jornais abolicionistas, porém, de forma geral, a

⁶⁹ ECHO DO SUL, Rio Grande, 4 nov. 1885, p.2.

⁷⁰ ECHO DO SUL, Rio Grande, 15 nov. 1885, p.1.

imprensa rio-grandina revestiu-se de uma tônica discreta e, de certa forma, neutra, procurando não se comprometer de forma arraigada com questão tão polêmica. Por outro lado, é importante salientar que referente a este período e ao próximo sobre a Abolição, não encontramos exemplares do *Commercial* na Biblioteca onde realizamos a pesquisa, fato este que não nos proporcionou a oportunidade de avaliarmos seu posicionamento. Mesmo assim, nos foi possível através dos Periódicos citados, termos um olhar sobre a postura da imprensa rio-grandina no que tange à Lei dos Sexagenários e Áurea.

2.3 – Lei Áurea – 13 de maio de 1888

Com o crescimento da campanha abolicionista após 1880, tornou-se impossível conter por mais tempo a abolição. É evidente que as leis de 1871 e 1885, protelaram a emancipação e tornaram o processo gradual, dando tempo aos proprietários de escravos de pensarem em alternativas para suprir a necessidade de mão de obra.

Por outro lado, com o movimento abolicionista trazendo para suas fileiras um número cada vez maior de adeptos, não é de se estranhar que o apoio e incentivo às fugas de escravos tenham aumentado. Estes, por sua vez, adquiriam uma nova “consciência” de sua situação e se aventuravam mais à resistência e às fugas das fazendas.

A pressão internacional e as mudanças internas que se processavam no país demonstravam que o sistema escravista tornara-se obsoleto e incompatível com o avanço do capitalismo industrial.

Era necessário mudar a imagem do país que perante o mundo “civilizado” era o único a manter uma instituição “arcaica”, “ultrapassada” e “desumana”. Tornava-se necessária uma inserção na “onda” de progresso industrial e tecnológico, que cada vez mais conquistava o mundo.

Porém, muitos fazendeiros com a esperança de conter o processo ainda colocavam-se contra a abolição e recorriam à polícia a fim de, num ato desesperado, reprimir a fuga de escravos.

Em 7 de março, João Alfredo Correia de Oliveira, conservador, constitui um novo gabinete. Ao apresentar-se à Câmara, falou de sua intenção em encaminhar um projeto de lei abolindo a escravidão. Recebeu aplausos das galerias.

A 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinava a lei que extinguiu a escravidão em todo o país, confirmando um fato que já estava “consumado”:

O único grupo no Parlamento que resistiu até o último momento foi o dos representantes dos fazendeiros das antigas áreas cafeeiras, para quem os escravos representavam um terço do valor de suas hipotecas. Em maio de 1888 eles votaram contra a lei que aboliu a escravidão no Brasil.⁷¹

Grande repercussão teve a abolição na imprensa brasileira. No Rio Grande, a imprensa também enfatizou os festejos da aprovação da lei, bem como enalteceu o grande feito, em alguns casos atribuindo-o à “benemérita” Princesa Isabel, em outros, aos conservadores:

Efetivada a emancipação dos escravos, os jornais rio-grandinos comemoravam o evento ainda utilizando-se de conceitos como “civilização”, “humanidade”, “progresso” e “patriotismo”.⁷²

Por outro lado, todos enaltecem o caráter pacífico, sem comoção popular, sem anarquias e desprovido de guerras sangrentas. Interessante observar como a imprensa conservadora, neste momento, mostra-se voraz ao criticar a postura dos liberais:

... precisamente nas vésperas da apresentação do projeto abolicionista, o elemento liberal da Câmara, estava indeciso da atitude que devia assumir na magna questão que, se diz, não é política e sim, patriótica!⁷³

E continua o *Echo do Sul*, enaltecendo os conservadores:

O gabinete de 10 de março apresentou-se resolutamente ao país com projeto em que se mostra patrioticamente identificado com as supremas aspirações nacionais; a oposição liberal da câmara hesitou em prestar o seu concurso à realização dessas aspirações, porque não sabia ainda se devia ou não auxiliar o gabinete. É conveniente que isto fique registrado, para que todo o tempo se

⁷¹ COSTA, 1994, p. 245-246.

⁷² ALVES, 1995, p. 100.

⁷³ ECHO DO SUL, Rio Grande, 13 maio. 1888, p.1.

saiba quem foram os beneméritos e os conquistados na fase decisiva da santa cruzada em prol da redenção dos cativos.⁷⁴

Dias após, o periódico reveste-se de uma linguagem “apaixonada”, quase “romanceada” ao publicar uma matéria sob o título “Ave, Libertas!”:

Em nossa pátria já não há escravos!
A mesma augusta mão que firmou o áureo decreto de 28 de setembro de 1871- padrão da glória do imortal Rio Branco, pôs anteontem a régia assinatura do decreto que extingue a escravidão no império, padrão de glória da regência do ministério 10 de março, por isso que ambos foram os executores da soberana vontade do país, expressa nesse movimento expansivo da opinião que nesta fase da questão servil, assumiu as proporções de uma explosão de dignidade nacional insurgida contra a iniquidade secular do cativo.⁷⁵

Nota-se a exaltação do feito atribuída aos conservadores. Não se faz questionamentos sobre os destinos dos escravos e afirma-se que não existe mais escravidão no Brasil, ignorando-se que grande parte dos ex-cativos permanecerá ainda por muito tempo enfrentando outro tipo de escravidão: a escravidão do preconceito, da falta de oportunidades numa sociedade desigual que lhes nega o direito à inclusão.

A seguir, o jornal passa a enaltecer o fato de o Brasil ter realizado sua abolição, sem revoluções, sem guerras sangrentas e sublevação popular.

...Fomos os últimos a pagar o nosso tributo à civilização e à humanidade, despedaçando as algemas do escravo, mas em compensação a história dirá que fomos os únicos a efetuar este grandioso cometimento sem efusão de sangue, sem as lutas fratricidas que enlutam o passado de tantos povos à sombra de cujas bandeiras geme uma raça aviltada pelo estigma do cativo.

Procederam-se mais de perto na cruzada da redenção dos cativos os Estados Unidos e a Espanha, esta última libertando os escravos de Cuba. Todos sabem que charcos de sangue a grande república do Norte, transformada em arena de combate de desnaturados cains, mergulhou a sua estrela da bandeira para celebrar o batismo dos libertos...⁷⁶

Há uma perceptível “desculpa” pelo atraso do país em realizar a abolição em comparação às outras nações, sob o argumento de que fora a nação que a realizara sem “efusão de sangue”.

O periódico também faz um elogio ao povo brasileiro, os “beneméritos”

⁷⁴ ECHO DO SUL, Rio Grande, 13 maio. 1888, p.1.

⁷⁵ ECHO DO SUL, Rio Grande, 13 maio. 1888, p.1.

⁷⁶ ECHO DO SUL, Rio Grande, 15 maio. 1888, p.1.

que por “generosidade” concederam a liberdade aos negros cativos:

Eleva ainda notar que nesta lida incruenta o povo, o generoso povo brasileiro desempenhou um papel sublime, por isso que antes que o pensamento da abolição total atingisse os conselhos da coroa, já ele havia tomado a iniciativa do humanitário movimento, libertando milhares de cativos, fundando associações abolicionistas, promovendo por todos os meios lícitos a cruzada redentora.⁷⁷

O partido conservador, cujos ideais eram defendidos pelo jornal, também neste momento de glória, foi alvo de suas homenagens:

...Ufanamo-nos de que o partido conservador, representado no poder pelo grande cidadão João Alfredo, o herdeiro direto das áureas tradições de 1871, haja cabido a tarefa de realizar o mano cometimento, que, hoje, o país inteiro festivamente celebra. Por conservadores foi a gloriosa obra encetada, por conservadores devia ser terminada.⁷⁸

Após atribuir o feito também a D. Pedro II, nas palavras do jornal “o grande rei-cidadão”, encerra com vivas:

Ave Libertas!
 ...viva a augusta princesa regente!
 Viva o benemérito conselheiro João Alfredo!
 Viva o conselheiro Antônio Prado!
 Viva o glorioso gabinete 10 de março!
 Viva o grande partido conservador!
 Viva o generoso povo brasileiro!⁷⁹

Na edição do dia 17 de maio, o *Echo do Sul* noticia a “grande festa” realizada na cidade do Rio Grande em comemoração à Abolição da Escravatura. Publica também, dia 19 de maio, uma afronta aos liberais no seguinte artigo:

Realizada pelo partido conservador a abolição do elemento servil, o primeiro e principal dos magnos empreendimentos constantes do libérrimo programa do ministério 10 de março, ficou mais uma vez demonstrada a inutilidade do Partido Liberal, o qual dizendo-se inovador e reformista, há em todos os tempos do seu domínio oferecido ao país governos estáveis e câmaras que só produzem retórica.

...A gloriosa tradição de 13 o corrente e o programa do gabinete 10 de março, mais acentuam esta inutilidade, e a não ser que os liberais queiram limitar-se ao papel de elemento oposicionista, por amor à oposição, o dever e a dignidade impõe-nos um destes alvitres: ou aderir às nossas fileiras, ou renegar a fé monarquista passando para as hostes republicanas. Por que, hoje, nem sequer os

⁷⁷ ECHO DO SUL, Rio Grande, 15 maio. 1888, p.1.

⁷⁸ ECHO DO SUL, Rio Grande, 15 maio. 1888, p.1.

⁷⁹ ECHO DO SUL, Rio Grande, 15 maio. 1888, p.1.

liberais significam um meio termo.⁸⁰

Evidencia-se desta forma clara e objetiva, sua postura antiliberal, ao mesmo tempo em que esclarece o leitor sobre o papel dos conservadores na abolição.

Nos dias 23 e 24 de maio o jornal publica na íntegra a Lei e, após, continua a relatar as festas de comemoração pela emancipação dos escravos.

Quase um mês após a promulgação da lei, em 2 de junho, o periódico faz referência às congratulações advindas de outros países pela aprovação da emancipação servil. Já as notícias sobre as festas comemorativas ao evento persistem, como no dia 8 de julho, “Festa da Abolição em Pelotas” e 9 de julho, “Festa brasileira em Montevideú”. Dia 14 de julho menciona a repercussão da abolição na imprensa estrangeira.

Já o *Artista*, no período em que tramitava o projeto de lei, demonstrou-se enfático em sua “descrença” a respeito do gabinete João Alfredo. No dia 14 de março, em seu editorial, faz as seguintes considerações:

...A gente pergunta-se a si mesma o que é que pode fazer de útil, de bom e de fecundo um ministério composto de elementos tão desencontrados, tão heterogêneos, tão antagônicos entre si, e não obtém outra resposta senão a incerteza e a dúvida...

Se o gabinete João Alfredo apresentar projeto da abolição imediata e incondicional, achará parlamento o apoio de que carece para convertê-lo em lei? Se não achar, dissolverá a câmara? Alcançará da princesa regente essa medida extrema e conseguirá eleger nova câmara de feição favorável às suas idéias?⁸¹

Nas edições dos dias 14, 16, 20 e 21 de março, o *Artista* continua a fazer considerações sobre o ministério. Entretanto, no dia 26 de março, faz um “ataque” aos conservadores, lançando dúvidas sobre suas intenções abolicionistas:

Quer nos parecer que grandes decepções estão preparadas para aqueles que acreditavam e acreditam na sinceridade dos sentimentos abolicionistas do ministério 11 de março.

...Anuncia-se que o projeto de governo assenta sobre a base da libertação imediata, ficando porém os libertos obrigados à prestação de serviços por 3 anos, mediante salário. Se é certo que é este o projeto que o governo pretende assentar, pode-se afirmar que,

⁸⁰ ECHO DO SUL, Rio Grande, 19 maio. 1888, p.1.

⁸¹ ARTISTA, Rio Grande, 14 mar. 1888, p.1.

ao menos por parte do Sr. Antônio Prado, já começaram as transações e condescendências com o elemento político anti-abolicionista.

... Se como escravo a sujeição me parecia difícil, e odiosa, como livre não lhe há de parecer menos que iníqua e vexatória

.. A libertação imediata e incondicional, traria pois, a grande vantagem de acabar com os direitos e obrigações por metade.⁸²

Aqui se torna evidente a postura do periódico a favor da abolição imediata. Entretanto, após este pronunciamento, o jornal silencia-se a respeito do assunto e volta a referir-se ao mesmo no dia 30 de abril, assumindo então, uma postura mais “conciliatória” aos ideais conservadores, provavelmente pelo fato de já ter noções de que a promulgação da lei seria inevitável:

Tudo faz crer que o projeto abolicionista do governo passa, quer numa, quer noutra câmara, por isso que a questão saiu dos domínios da política para tornar-se exclusivamente patriótica, e, nesse terreno, liberais e conservadores fraternizam, sem cogitarem de interesses de seita ou de partido.

Mas.. aprovada e sancionada a lei, será preciso executá-la, e aí a questão patriótica passa a ser essencialmente política, porque depende da confiança que o governo inspire no parlamento. E o governo do Sr. João Alfredo não pode, ou não deve, confiar muito de si no terreno da confiança política.⁸³

A seguir menciona a “facilidade” no estágio em que o país se encontrava, de fazer a abolição:

Decretar a liberdade total dos escravos é coisa que nas condições atuais do país, qualquer governo, por mais fraco e insubsistente que fosse, conseguiria facilmente, porque a reforma impõe-se como uma necessidade, domina todas as consciências, avassala todos os espíritos.

O difícil, o que requer tino especial, estudo aprofundado e grande dose de previdência, é a reorganização do trabalho, a escolha dos meios pelos quais se torna fácil obrigar o ex-escravo a trabalhar, sem nenhuma das violências com que até aqui se conseguia, ou se pretendia conseguir esse resultado.⁸⁴

Neste momento, o *Artista* deixa transparecer certa preocupação com os escravos após a abolição, embora não surgira alternativa e mencione a frase “obrigar o escravo a trabalhar”, como se este somente servisse para tal fim e só trabalhasse sob pressão.

No dia 4 de maio, após mencionar a fala da Princesa Isabel na abertura

⁸² ARTISTA, Rio Grande, 26 mar. 1888, p.1.

⁸³ ARTISTA, Rio Grande, 30 abr. 1888, p.1.

⁸⁴ ARTISTA, Rio Grande, 30 abr. 1888, p.1.

do Parlamento Nacional, atribui a abolição à questão mais ampla desmerecendo os conservadores:

Mas em definitiva, esta questão da abolição não é uma conquista do Partido Conservador, que, ao contrário, sempre lhe opôs enérgicas resistências pelos órgãos de seus mais considerados membros e até pelo dos próprios cidadãos que hoje compõem o Ministério Libertador.

É uma questão patriótica, uma questão nacional, em que desapareceram as barreiras partidárias para darem lugar aos interesses do país.⁸⁵

Finalmente é promulgada a Lei Áurea em 13 de maio de 1888. O *Artista*, já no dia 14 de maio anuncia:

Foi hoje publicado no Rio de Janeiro e começa desde hoje a produzir os seus jurídicos e benéficos efeitos a Lei, que, decretando a extinção da escravidão no Império, igualou a condição de todos os brasileiros. Somos, pois, um povo livre, numa pátria livre.⁸⁶

Observa-se que a retórica do jornal reveste-se de um utópico, visto que não foi da noite para o dia, simplesmente após a assinatura de uma determinada lei, que a escravidão deixou de existir por completo. Por outro lado, a extinção da escravidão não “igualou a condição de todos os brasileiros”, como o jornal proclama. Ao contrário, o negro, mais de um século após a abolição, ainda enfrenta os preconceitos de uma sociedade desigual:

Libertar os escravos dos horrores de cativeiro foi libertar a pátria da vergonha de ter escravos. A escravidão era um crime secular, que não podia ser punido, mas que devia ser reparado. Chegados à uma época em que era impossível compreender o domínio do homem sobre o homem, em que a civilização, o direito, a humanidade reclamavam imperiosamente a cessação deste criminoso abuso foi absolutamente preciso atacar de frente, com toda a energia e vigor, a condenada instituição que maculava as nossas leis e desconceituava os nossos costumes.⁸⁷

A seguir menciona os obstáculos que a abolição enfrentou nas classes conservadoras e enaltece a “imprensa a tribuna das conferências, os livros e os meetings na praça pública”, como veículos propagadores dos ideais abolicionistas. Após, faz um breve histórico do processo pelo qual decorreu a abolição antes de se transformar em lei. Também louva a ação da Princesa

⁸⁵ ARTISTA, Rio Grande, 4 maio. 1888, p.1.

⁸⁶ ARTISTA, Rio Grande, 14 maio. 1888, p.1.

⁸⁷ ARTISTA, Rio Grande, 14 maio. 1888, p.1.

Isabel em assinar o decreto “elevando-se a altura das exigências de sua época e inspirando-se no patriótico desejo de apagar do pavilhão nacional a negra mancha que a escravidão nele projetava.”⁸⁸ A seguir, encerra, pronunciando a sua posição:

O *Artista* que esteve sempre a serviço da ideia abolicionista e que no limite de suas forças concorreu para propagá-la e incuti-la no ânimo público, congratula-se agora com a pátria e com os seus concidadãos pelo faustoso sucesso que vai tornar notável na história nacional, o dia de hoje.⁸⁹

Nos próximos dias 15 e 16 de maio, o periódico ainda faz referência ao grande evento e no dia 16 faz a seguinte declaração: “Não podia nem ser mais nobre nem mais patriótica do que foi a atitude do Partido Liberal diante da questão do elemento servil.”⁹⁰

O *Artista* dará continuidade à cobertura do evento, ora noticiando os festejos em comemoração à abolição, ora defendendo-se dos ataques do *Echo do Sul* contra os liberais.

Outro jornal do período em questão, o *Diário do Rio Grande*, cumprirá o seu papel de imprensa noticiosa acompanhando os eventos referentes à abolição. Na edição de 23 de março de 1888, o periódico na seção “Correio da Corte”, publica:

Em relação ao programa do governo, disse o Diário de Notícias saber que o governo imperial não autorizou jornal algum a apresentar o seu programa, ou a fazer públicos os planos que tem o Gabinete para a extinção do elemento servil.

O que é certo e podemos-lo afirmar acrescenta o colega, é que o Gabinete pretende usar dos meios legais para extinguir eficaz, porém, prudentemente, o elemento servil. Até maio ficará elaborado o projeto do Gabinete sobre este momentoso assunto.⁹¹

Sendo um jornal que se autoprotclamava apartidário e de postura neutra, nos próximos números mostrar-se-á apenas noticioso, não se referindo ao assunto. Porém, no dia 15 de maio, sob o título “Abolição”, o periódico trará a seguinte notícia:

Foi afinal vencida a grande questão. Não há mais escravos no Brasil!

⁸⁸ ARTISTA, Rio Grande, 14 maio. 1888, p.1.

⁸⁹ ARTISTA, Rio Grande, 14 maio. 1888, p.1.

⁹⁰ ARTISTA, Rio Grande, 16 maio. 1888, p.1.

⁹¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 23 mar. 1888, p.1.

O magno e transcendente problema que durante tantos anos esteve na tela a discussão, e tanto custou a resolver, acaba de ter afinal a solução mais completa que era dado desejar.

Desde hoje que a nefanda instituição da escravidão, não nodôa mais o vasto império da Santa Cruz.

Livres! Todos hoje são livres neste nobre terra. Parece ainda um sonho. De tal magnitude é o acontecimento, que há momentos em que o espírito como que hesita em acreditar na realidade.

Com efeito, de dizer-se que ainda ontem havia no Brasil um milhão de indivíduos sob o nefasto e odioso domínio e que hoje não há mais nenhum escravo. É fato notabilíssimo que na história da humanidade era de eternamente assinalar uma das datas mais memoráveis.⁹²

Observa-se que o *Diário* também considera a Lei Áurea como a extinção definitiva da escravatura no Brasil. Ignora que por muito tempo, ainda, muitos escravos permanecerão em estado servil pela própria sobrevivência.

O *Diário* também enaltece o processo pacífico da abolição brasileira:

E o que torna este fato ainda mais imponente, é que a sua consumação efetuou-se o mais suavemente possível.

Conseguir-se uma reforma desta ordem sem a efusão de sangue, sem a menor comoção popular, é para ensoberbecer o Brasil e elevá-lo imensamente no conceito das nações.

A esta hora o mundo civilizado está assombrado do atentado eloquentíssimo que o Brasil acaba de dar da sua abnegação e patriotismo.

Quem poderia esperar que um povo onde a escravidão estava radicada havia séculos e de cuja estabilidade dependiam interesses da maior valia, a fortuna de milhares de indivíduos, e quiçá uma grande parte da riqueza pública, pudesse de um momento para o outro extirpar de seu organismo social o cancro que ocorria?⁹³

Salientam-se nesta manifestação do periódico, três questões importantes: o jornal reconhece a relevância da instituição da escravidão como alicerce da economia do país; ignora o processo lento para a realização da emancipação quando menciona que “de um momento para o outro” foi levada a efeito; e desconsidera a participação dos grupos abolicionistas e, até mesmo, dos próprios escravos que, em resistência, fugiam em massa das fazendas, tornando a abolição irreversível, quando menciona que esta foi realizada sem a “menor comoção popular”.

A seguir, continua enaltecendo o povo brasileiro e os autores da lei:

Não conhecemos na história deste Império fato que mais o louve e o eleve, que mais acentue a boa índole do seu povo, a sua civilização,

⁹² DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 15 maio. 1888 p.1.

⁹³ DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 15 maio. 1888 p.1.

o seu sentimentos de humanidade e o amor à pátria.
 ... São dignos do reconhecimento público, os que concorreram para o triunfo para esta grande e nobilíssima ideia, cujos fecundos e grandiosos resultados, o Brasil vai sentir dentre breves anos.⁹⁴

O *Diário* também enfatiza aqueles que “se tornaram dignos da benemerência do país”. Cita a Princesa Isabel, o Ministério 10 de Março, o Parlamento e sobre o Partido Liberal, diz:

Digno também de gratidão nacional é o Partido Liberal pela sua nobre conduta nesta questão. Apesar de ser a abolição uma ideia do seu programa, e de não permitir a coroa que lhe fosse dado pô-la em execução, não hesitou de dar o seu voto para que os seus adversários a realizassem.

Fazendo abstenção de partidarismo, o Partido Liberal em peso, pelos seus representantes nas duas Casas do Parlamento, colocou-se ao lado do governo e auxiliou-o a dotar o país com a reforma mais ardentemente desejada e de maior alcance social, político e econômico.

Nem no Senado, nem na Câmara dos Deputados houve um voto liberal contra o projeto da abolição.

Os únicos votos contra que teve a lei, foram de conservadores.

Honra, pois, ao Partido Liberal pelo seu grande exemplo de despreendimento e patriotismo.⁹⁵

Bem declarada está aqui a postura do jornal que buscava neste período ser neutro e imparcial. Entretanto, em momentos polêmicos, manifesta-se ao lado do ideário liberal. Na edição do dia 23 de maio, o *Diário* publicou a lei da abolição na sua íntegra, bem como o resumo dos debates e a votação do Senado. No dia 24 de junho, noticia os festejos pela abolição realizados em Portugal, encerrando nesta data seus comentários sobre a questão.

Observa-se que em todos os periódicos manifesta-se um certo “alívio” por ter sido realizada a abolição – o “cancro” que impedia o “crescimento” do país. Por outro lado, os periódicos dão por encerrada a questão e não há nenhuma menção sobre o destino dos negros após tal feito, desconsiderando-se que muitos continuavam atrelados por laços de servidão aos seus antigos donos por não terem para onde irem.

Há grande ênfase ao comunicarem que “não há mais escravos no país”, “que não há mais diferenças sociais” e que a partir de então o Brasil pode ser enquadrado dentro das nações civilizadas. A preocupação não era tanto a escravidão e seus males e consequências para o próprio escravo, e sim, o

⁹⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 15 maio. 1888 p.1.

⁹⁵ DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande, 15 maio. 1888 p.1.

efeito vexatório que a mesma causava à nação, rebaixando-a aquém das “grandes nações civilizadas” que já haviam abolido a sua escravidão e entrado na marcha de “progresso” do capitalismo industrial.

Para compensar tal atraso, torna-se necessário louvar e enfatizar o fato de ter sido o “único” país a realizar a sua abolição sem revoltas populares e “guerras sangrentas”, mostrando ao mundo que aqui havia um povo civilizado, benemérito, imbuído de sentimentos de patriotismo e humanidade, digno, portanto, de reconhecimentos e admiração advindos de outras nações. Tal ideia é enfatizada em todos os periódicos pesquisados, apartidários ou não.

CAPÍTULO III

VIVÊNCIAS DE APRENDIZAGEM, NARRATIVAS E PRÁTICA NA SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Vivemos em um mundo em transformação. A velocidade da informação é cada vez mais crescente o que nos torna indivíduos inquietos, sempre buscando acompanhar as inovações. Ouvimos falar que a geração atual é a geração do mundo tecnológico. A todo instante são criadas novas tecnologias que atraem a todos, principalmente os jovens. Tal característica se reflete no universo escolar. Os aprendizes da atualidade estão mais exigentes no que se refere aos conteúdos trabalhados na escola, as aulas tradicionais já não correspondem às suas necessidades. Os professores disputam espaço com as tecnologias atuais, com as redes sociais, com os programas de televisão, enfim, com outras mídias que com certeza são mais atrativas para o aluno do que passar algumas horas assistindo a uma aula expositiva. Sem dúvida, uma das maiores preocupações do professor do século XXI é como inovar suas aulas no sentido de ir ao encontro das necessidades do aluno e corresponder a essa nova realidade.

Ao professor de História cabe o mesmo desafio: tornar a sua disciplina atrativa, dinâmica e prazerosa. Mais que isso, despertar no educando o sentimento de pertencimento ao mundo em que vive compreendendo a importância de fazer e compreender a História. O ensino de História é sempre atual e precisa ser bem trabalhado em sala de aula.

Mas como trabalhar temas do passado partindo de questões do presente? Ou melhor, como trabalhar com documentos históricos de forma a despertar no aprendiz a atenção e o prazer em descobrir algo novo a partir de experiências vivenciadas por gerações que desapareceram séculos atrás? Como trabalhar o antigo através de uma tecnologia atual? A partir destas inquietações enquanto educadora, é que embasamos esse trabalho.

Assim, de posse dos dados pesquisados nos periódicos rio-grandinos,

partimos para a utilização dos mesmos em sala de aula, bem como a realização de medidas que efetivassem a acessibilidade dos aprendizes às fontes históricas anteriormente citadas.

3.1 – A experiência em sala de aula: do estudo das fontes à prática

Antes da abordagem da experiência em sala de aula, torna-se necessária uma breve explanação referente às características da escola onde trabalhamos bem como das turmas que participaram da pesquisa-ação.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Neri, ambiente no qual centramos nossa pesquisa, localiza-se no bairro Bolaxa, na cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil. O bairro, afastado quinze quilômetros do centro da cidade, é considerado como zona urbana, mas com características rurais. Contamos com 350 alunos divididos entre séries iniciais (tarde) e finais (manhã) do Ensino Fundamental. Os educandos são oriundos de diferentes classes sociais com as mais variadas características. Ou seja, temos alunos que vivem exclusivamente da pecuária e agricultura, bem como alunos de famílias que trabalham com comércio, profissionais liberais, funcionários públicos, etc. A escola, apesar de carência de espaço físico, é bem servida de ferramentas pedagógicas e de um bom quadro de professores, sendo que 98% destes possuem pós-graduação.

Nosso campo de atuação no turno da manhã é na área de História em todas as turmas, sendo que esta disciplina está a cargo de uma única professora, do 6º ano à 8ª série (série esta que em 2014 passará a ser nono ano, de acordo com as novas diretrizes do Ministério da Educação). No turno da tarde, trabalhamos com as turmas das séries iniciais no laboratório de informática, na mesma escola.

As turmas com as quais trabalhamos na pesquisa foram o 8º ano e 8ª série. Na primeira turma, contamos com 32 alunos com idades entre 13 e 15 anos. Já na oitava série, a turma era composta por 26 alunos com idades entre 14 e 17 anos. As idades variam de acordo com o número de aprendizes

repetentes. Por exemplo: no 8º ano, tínhamos uma porcentagem de repetentes de 13% e na oitava série de 6 %.

O critério utilizado para escolha das turmas foi determinado por dois motivos: possuir um netbook por aluno, haja vista que o trabalho ao qual nos propúnhamos de utilizar a internet para o acesso ao documento antigo bem como a otimização de tal ferramenta disponível na escola exigia essa condição. O segundo critério era a possibilidade de inserção do conteúdo sobre escravidão na grade curricular das séries. Assim, como no 8º ano o conteúdo de História Integrada abrange História do Brasil Colônia e Império, a temática sobre Abolição se encaixava perfeitamente. Já na oitava série, onde também trabalhamos História Integrada, porém com conteúdos sobre História do Brasil após Proclamação da República até década de noventa e temas como a primeira e segunda Guerra, Guerra Fria, Partilha da África e Ásia, entre outras, achamos significativo abordar o assunto sobre a Abolição dentro do conteúdo referente ao Apartheid. Além disso, nesta turma foram bastante abordadas durante o ano as questões referentes ao poder da mídia e sua influência sobre a mente dos jovens, o racismo e o preconceito, os direitos humanos, todos os temas significativos no ensino de História e que estão relacionados à questão que queríamos abordar, no caso a abolição sob o prisma da imprensa rio-grandina.

O período da atividade transcorreu entre outubro e novembro de 2013 e foram utilizadas 12 aulas no oitavo ano e 10 aulas na oitava série, sendo cada uma de quarenta e cinco minutos.

A atividade de pesquisa foi dividida em oito partes: num primeiro momento a pesquisa nos jornais rio-grandinos na Biblioteca Rio-Grandense, que já havíamos dado início em 2000 quando realizamos a especialização em História do Rio Grande do Sul. Assim, neste momento, apenas complementamos as pesquisas e selecionamos os artigos que consideramos mais significativos. A segunda parte da atividade consistiu na elaboração de um blogue, um ambiente virtual no qual colocamos algumas reportagens que fossem acessíveis aos alunos na faixa etária antes mencionada. O endereço virtual desta página é: <http://jornaisriograndinosseculoxxi.blogspot.com>.

A terceira fase foi o trabalho na turma, após o conteúdo sobre segundo império no oitavo ano e apartheid na oitava série, com a leitura e debate de um texto relacionado aos Direitos Humanos presente no livro didático do oitavo ano, Projeto Araribá. Partimos então para a verificação das idéias tácitas dos alunos sobre: abolição da escravatura no Brasil, racismo, meios de comunicação de massa, imprensa escrita, imprensa na cidade do Rio Grande. A seguir, o próximo passo foi realizar um diálogo com as turmas sobre escravidão e como os ideais abolicionistas se propagaram através da imprensa. Isso nos remeteu para a importância dos meios de comunicação como formadores de opinião, a força da imprensa no passado e na atualidade. O quinto passo foi o trabalho no ambiente virtual com a leitura dos textos jornalísticos, a elaboração das respostas às perguntas propostas no blogue e a utilização para tal do editor de textos. Salientamos que durante esta fase, em certos momentos parávamos para debater sobre algum ponto polêmico que havia causado curiosidade entre a turma bem como sobre o significado de palavras desconhecidas do vocabulário atual. A próxima etapa foi o preenchimento de uma ficha avaliativa sobre a importância do trabalho. A última fase então culminou na elaboração em cada turma de uma história fictícia de um ex-escravo que teria vivido na cidade do Rio Grande durante o período em que foram levadas a efeito as leis abolicionistas.

A proposta deste trabalho caracteriza-se pela possibilidade de desenvolver no aprendiz a compreensão do passado a partir de documentos históricos, no caso os jornais rio-grandinos do século XIX que fazem parte da história de sua cidade, logo têm relação direta com sua própria história, e a partir desta experiência, entender conteúdos substantivos como liberdade, escravidão, racismo, influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública, tanto em épocas passadas como na atualidade. Ao mesmo tempo, a metodologia utilizada lhe permite o contato com uma mídia precursora dos meios de comunicação (o jornal) através de uma mídia atual (a internet), o que por si só pode levá-lo a refletir sobre as mudanças e permanências da História. Ao final da pesquisa-ação, a partir da evidência histórica, objetiva-se que o aluno seja capaz de inferir ou deduzir algo sobre o contexto, assim procuramos trabalhar com o aprendiz além do conteúdo, a importância de

saber interpretar os artigos dos jornais para entender o período abolicionista e suas repercussões nas sociedades passadas e atuais.

Partindo desta premissa, iniciamos os trabalhos com a primeira etapa que foi a leitura e discussão do texto nas duas turmas, sobre Direitos Humanos, após trabalharmos respectivamente os conteúdos sobre Apartheid, na oitava série e mão de obra escrava no governo de Dom Pedro II.

O texto nos permitiu refletir sobre as condições de trabalho forçado e liberdades individuais hoje e no passado. Os alunos mostraram-se bastante interessados e citaram que a mídia tem denunciado na atualidade casos de trabalho escravo, tanto de crianças como de adultos. Desta forma, foi possível abordar concomitantemente tanto a questão do escravismo quanto a questão do papel da imprensa como veículo que pode denunciar e tornar público a violação das liberdades individuais bem como formar opinião a respeito deste e de outros assuntos.

Note-se que também o conteúdo trabalhado relacionou-se ao cotidiano dos aprendizes, numa aproximação entre passado e presente. De acordo que Jaime Pinski e Carla Pinski, em seu artigo “Por uma história prazerosa e consequente”

Cada estudante precisa se perceber, de fato, como sujeito histórico, e isso só se consegue quando ele se dá conta dos esforços que nossos antepassados fizeram para chegarmos ao estágio civilizatório no qual nos encontramos. Para o mal, mas também para o bem, afinal de contas. Humanizar o homem é percebê-lo em sua organização social de produção, mas também no conteúdo específico dessa produção. E, para o momento específico em que vivemos, no começo do século XXI, isso é particularmente importante.⁹⁶

Podemos inferir disso que, num mundo onde os indivíduos dão mais importância ao ter do que ao ser, a História tem um papel fundamental de resgatar a humanização do ser humano. Esse trabalho começa na sala de aula, espaço propício para a interação, socialização, respeito às diferenças,

⁹⁶ PINSKI, Jaime & PINSKI, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e consequente. IN: KARNAL, Leandro (org). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 17 a 36.

aceitação do “outro” enquanto ser com os mesmos direitos e obrigações.

Ainda citando Pinski & Pinski,

Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica...”⁹⁷

Em nossa experiência pedagógica observamos tal declaração na prática. Ou seja, quando o aluno compreende a importância de estudar a História, quando ele se sente parte da mesma, quando tem possibilidade de relacionar passado/presente, sentirá prazer na disciplina e perceber-se-á como ser integrado ao processo histórico.

Em seu livro “Fazer e ensinar história”, FONSECA fala sobre a importância de considerarmos tais questões para o aprendizado da História:

A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja. O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados.⁹⁸

Assim, o cotidiano, os fatos da atualidade que nos remetem ao passado, podem apresentar ricas possibilidades de investigação histórica, propiciando ao professor uma forma prazerosa de ensinar e aprender. Para o educando, seu universo pode ser banal, mas no momento em que o professor lhe mostra possibilidades de aprendizado vinculadas ao mesmo, torna-o mais significativo para o aprendiz.

Rüsen nos fala sobre esta experiência do indivíduo em entender a realidade a partir do passado:

...Seja de que modo que a consciência histórica penetre no

⁹⁷ PINSKI & PINSKI, 2010. p. 17 a 36.

⁹⁸ FONSECA, Selva Guimarães. *Fazer e ensinar história*. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.

passado- por mais longe que sua dimensão temporal se estenda nas profundezas do passado ou que possa ainda parecer que percamos de vista, no itinerário dos arquivos da memória, os problemas do presente-, o impulso para esse retorno, para esse resgate do passado, para essa dimensão de profundidade e para o itinerário dos arquivos é sempre dado pelas experiências do tempo presente. Não há outra forma de pensar a consciência histórica, pois é ela o local em que o passado é levado a falar - e o passado só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação da vida prática atual diante de suas virulentas experiências no tempo.⁹⁹

Desta forma podemos inferir que se para o aprendiz, assim como para todos nós enquanto aprendizes da vida, suas experiências do passado lhes darão orientação para os problemas do presente, o professor pode buscar através de indagações do presente, apresentar-lhes saberes do passado como respostas a tais inquietações, tornando a História algo significativo para sua vida prática.

Na segunda fase da atividade, através de uma dinâmica chamada “Explosão de ideias”, a qual consistiu em colocar no quadro palavras-chave como *escravidão*, *abolição*, *mídia*, *imprensa escrita*, para que os alunos dissessem o que entendiam a respeito, foi possível observar suas idéias tácitas. Assim sobre *escravidão* obtivemos várias respostas entre elas: “trabalho forçado”, “trabalhar sem receber dinheiro”, “trabalhar apanhando”, “trabalho forçado sobre os negros”. Esta última resposta foi a que mais surgiu, indicando que para a maioria dos aprendizes, escravidão se relaciona diretamente à que foi imposta aos negros trazidos da África para o trabalho no Brasil. Isso ocorreu certamente devido ao nosso passado histórico, mais conhecido entre os brasileiros que ignoram outros tipos de escravidão. Em relação à palavra “abolição”, a grande maioria não sabia o significado. Talvez pelo pouco uso no vocabulário juvenil da atualidade. Entretanto alguns responderam tratar-se de “liberdade” ou dar “liberdade aos escravos”. Quanto à palavra “mídia”, alguns responderam que não sabiam, outros achavam que era a televisão e alguns disseram ser a internet. Somente dois alunos responderam tratar-se dos meios de comunicação. Quando mencionamos *imprensa escrita*, a maioria respondeu tratar-se de jornais e revistas, demonstrando terem um

⁹⁹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 63.

conhecimento mais amplo sobre o significado. Importante salientar que tais respostas foram as mesmas em ambas as turmas trabalhadas. O que se observou, entretanto, foi que na oitava série em relação às palavras abolição e mídia, um número maior de alunos, em relação ao 8º ano, respondeu respectivamente “dar liberdade aos escravos” e “meios de comunicação”, demonstrando ter maior noção dos temas.

Passamos então à próxima fase que consistiu em um diálogo entre professora e alunos sobre o processo abolicionista, as leis e sua divulgação através da imprensa. Perguntou-se aos alunos como as notícias são divulgadas na atualidade. Todos responderam que são divulgadas através da televisão, rádio, internet, jornais, revistas, celular. Então indagamos sobre a velocidade das informações e todos concordaram que são praticamente instantâneas. Assim, partimos para a pergunta sobre como eram divulgadas as notícias no passado e mais especificamente, como eles achavam que os rio-grandinos do século XIX ficaram sabendo da divulgação das leis abolicionistas. Alguns acharam que foi através de cartas enviadas para a cidade, mas a maioria, em ambas as turmas, citou os jornais. Esta resposta nos remeteu à próxima indagação que foi:- Quantos jornais especificamente da cidade do Rio Grande existem hoje? A resposta uníssona foi: - Um. A seguir indagamos quantos periódicos eles achavam que havia em Rio Grande no século XIX. A grande maioria respondeu que deveria ser um ou nenhum. Ficaram muito surpresos quando dissemos que eram quatro. Alguns alunos perguntaram: - Como, se a cidade era menor? Devolvemos a indagação para as turmas que chegaram à conclusão de que mesmo a cidade tendo crescido, hoje as pessoas têm disponível outros meios de comunicação mais rápidos. Interessante salientar que a maioria chegou à constatação de que apesar das pessoas hoje se utilizarem das novas tecnologias para terem acesso às informações, os jornais ainda permanecem, e ainda têm um grande público leitor. Desta forma, tínhamos alcançado nosso objetivo que era fazê-los refletir sobre a relevância de uma mídia utilizada no passado e que permanece apesar do tempo. São as mudanças e permanências da História. Sentimos a curiosidade dos aprendizes em saber que jornais eram esses do século XIX, bem como sobre o processo abolicionista que culminou na libertação da

escravidão no Brasil. Nossa estratégia de aprendizagem para o início do trabalho no blogue tinha alcançado seus resultados.

Fonseca nos remete para a questão de trabalharmos com aspectos da História local:

O local e o cotidiano da criança e do jovem constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver – logo, podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia a dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens. Assim, o ensinar e o aprender História não é algo externo, a ser proposto e difundido com uma metodologia específica, mas sim algo a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana, em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade de forma ativa e crítica.¹⁰⁰

Essa criatividade ao ensinar, requer um constante “refazer-se” de parte do professor. Ele precisa ser aberto para novas possibilidades de ensino ao mesmo tempo em que deve estar atento para perceber as alternativas que se apresentam relacionadas às vivências do aluno e que se constituem em laços ligados aos conteúdos que pretende ensinar.

Esse pensamento que leva em consideração as vivências e saberes do aprendiz ao trabalharmos com História é corroborado por Cainelli & Schmidt:

É necessário, também, destacar que, do ponto de vista didático-pedagógico, só é relevante a aprendizagem que seja significativa para o próprio aluno. Tal fato pressupõe o trabalho com o conhecimento histórico em sala de aula particularmente em duas direções: na primeira, o conteúdo precisa ser desenvolvido na perspectiva de sua relação com a cultura experiencial dos alunos e com suas representações já construídas; na segunda para uma aprendizagem significativa, é necessário construir, em sala de aula, um ambiente de compartilhamento de saberes.¹⁰¹

Considerando tal premissa, podemos inferir que os aprendizes sentiram-se atraídos pelo conteúdo proposto pelo fato de relacionar-se com aspectos de suas vivências e da história de sua própria cidade. Além disso, a dinâmica de averiguar seus conceitos históricos tornou o ato de aprender algo prazeroso, haja vista que suas opiniões foram valorizadas pela professora.

¹⁰⁰ FONSECA, 2009, p. 125

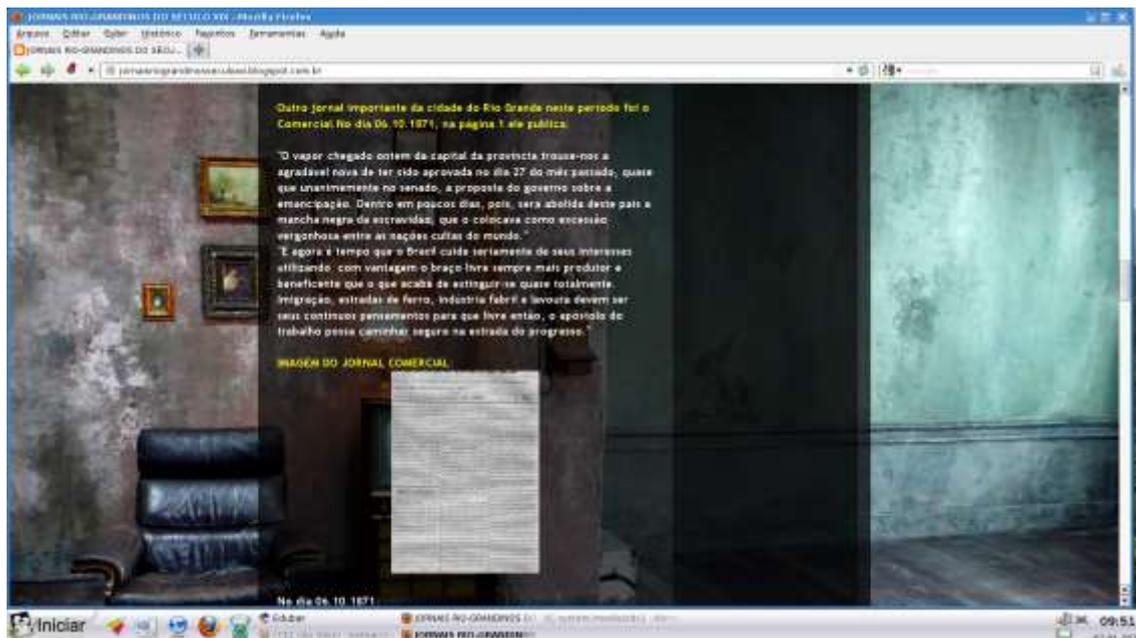
¹⁰¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2009.p.54.

Partimos então para o trabalho com o ambiente virtual previamente preparado. Na introdução do blogue colocamos os objetivos do mesmo e sua utilidade tanto para professores quanto para alunos. A seguir, uma breve explicação sobre os objetivos das leis abolicionistas, *Ventre Livre* e *Sexagenários* e a especificação sobre cada uma delas. Então, selecionamos fragmentos das reportagens dos jornais com perguntas elaboradas com o objetivo de averiguar a compreensão do aluno sobre as mesmas. A seguir, digitalizamos algumas imagens de página inteira dos jornais disponíveis para visualização dos aprendizes. Obviamente que não utilizamos todas as reportagens pesquisadas nos periódicos, mas as que foram selecionadas obedeceram alguns critérios já citados na introdução, mas que achamos válido repetir: conter curiosidades sobre o período de tempo que a notícia levou para chegar à cidade, a evidente ou simulada postura do jornal, a forma como se referia ao escravo, a forma como se referia à escravidão, a forma como classificava a Nação, a postura frente à mão-de-obra que deveria substituir a escravidão, o constrangimento frente às nações que já haviam libertado seus escravos.

O ambiente virtual ficou assim apresentado:



1-Imagem do cabeçalho



4- Imagem digitalizada do jornal.

Próximo ao cabeçalho da página, inserimos um “link” para o site da Biblioteca Rio-Grandense, local onde se encontra o acervo dos periódicos utilizados na pesquisa. Achamos interessante, pois o site possui um “passeio virtual” pela biblioteca onde se podem visualizar os periódicos encadernados, dispostos nas estantes.

Antes de iniciarmos as atividades no blogue, os alunos tiveram a oportunidade de visualizá-lo em seus nets. Foi-lhes explicado como seria o trabalho, bem como sua valoração em 50% da nota do trimestre, haja vista ser um trabalho extenso que precisaria de várias aulas para sua conclusão e a própria premência inerente ao alunado no que tange ao “valor” atribuído a suas atividades. A seguir, foi-lhes solicitado que visitassem o link da biblioteca. Todos estavam curiosos e descobrimos com esta atividade que apenas 3% dos alunos do 8º ano e 5% dos alunos da oitava série disseram já ter entrado em tal instituição.

Outro fato interessante foi que os alunos mostraram-se surpresos ao saber que o ambiente virtual havia sido preparado pela professora especificamente para a atividade proposta. –A senhora fez um blogue somente para este trabalho? Perguntou um aluno com ar de espanto. Explicamos que sim, pois os trabalhos de todos bem como saber o que pensavam sobre as

questões relacionadas à disciplina de História eram significativos para nós.

A possibilidade de realizar todo o trabalho utilizando o computador e internet causou grande satisfação em ambas as turmas. Belloni aponta a importância da inclusão digital quando diz:

O papel da escola como dispositivo de inclusão e democratização do saber é extremamente importante, fundamental para a formação de usuários competentes, criativos e críticos (distanciados), capazes de colocar as TICs a serviço da criatividade humana e da solidariedade social. Para isso todavia serão necessários grandes esforços de formação de profissionais, além de formas competentes e eficazes de equipamentos que façam da escola um espaço de descoberta e formação de crianças e jovens para exercerem sua cidadania e sua criatividade na “sociedade digital.”¹⁰²

A escola tem papel fundamental na inclusão digital, mas, além disso, a busca de uma aproximação entre as ferramentas tecnológicas e os conteúdos escolares possibilita novas oportunidades de aprendizagem que ultrapassam os limites da escola. Acreditamos que a atividade realizada pôde ser um meio pelo qual a inclusão digital ocorreu de forma significativa no ambiente escolar. Possibilitou ao aluno uma forma prazerosa de trabalhar com o documento histórico para o qual, de outra maneira, seria mais difícil o acesso. Por outro lado, nos oportunizou o acesso ao olhar do próprio aprendiz sobre o documento histórico.

PARTE DO BLOGUE UTILIZADA NAS ATIVIDADES COM OS ALUNOS.

Lei do Ventre Livre- Jornal Echo do Sul, 11/outubro/1871

A matéria relata uma comitiva que foi saudar o Barão do Rio Branco pela promulgação da Lei do Ventre Livre. Em um parágrafo da coluna, o redator relata a homenagem escrita que foi lida na ocasião, como segue:

"A sábia e patriótica câmara vitalícia do Brasil acaba de aprovar a proposta apresentada pelo gabinete por V. Ex. presidido para a extinção do elemento servil entre nós, único povo que conservava ainda hoje essa hedionda instituição, a qual, reduzindo o homem à triste condição de objeto, fazia ao

¹⁰² BELLONI, Maria Luiza. Crianças e Mídias na Educação: Cenários de mudança. Campinas, SP: Papyrus, 2010.p.123

mesmo tempo com que nos não pudéssemos apresentar diante das nações mais adiantadas do globo como filhos de um país civilizado, cujos corações são aliás aquecidos pela chama benéfica das grandes idéias."

QUESTÕES PARA REFLEXÃO:

- 1- De que forma o autor se refere ao escravo?
- 2- Como ele se refere à escravidão no Brasil?
- 3- Por que os brasileiros não poderiam apresentar-se perante às "nações mais adiantadas do globo como filhos de um país civilizado"?

Em outra parte da matéria, encontramos o seguinte:

"Estadista e prudente, não quisestes que essa transformação se fizesse de chofre (de forma rápida) e completa, porque assim seriam perturbados e mesmo abalados grandes e importantes interesses sociais e econômicos. Muito porém conseguistes: porquanto senão foi pela raiz extirpado esse cancro que corroe as entranhas da nossa sociedade, aplicaste-lhe pelo menos uma medicação tão salutar que sem abalo de seu estado geral o irá progressivamente modificando de forma a tê-lo feito desaparecer em pouco tempo."

QUESTÕES PARA REFLEXÃO:

- 1- As leis abolicionistas, Ventre Livre e Sexagenários, tinham como principal objetivo tornar lenta e gradual a abolição. Em que frase da citação acima podemos identificar que o autor concorda com tal idéia? E qual justificativa ele dava para que isso ocorresse?
- 2- Como o autor classifica a escravidão no Brasil, neste fragmento de texto?
- 3- Agora observa a imagem do jornal e reflita: Quais as semelhanças com os jornais do século XXI?



Outro jornal importante da cidade do Rio Grande neste período foi o Comercial. No dia 06.10.1871, na página 1 ele publica:

"O vapor chegou ontem da capital da província trouxe-nos a agradável nova de ter sido aprovada no dia 27 do mês passado, quase que unanimemente no senado, a proposta do governo sobre a emancipação. Dentro em poucos dias, pois, será abolida deste país a mancha negra da escravidão, que o colocava como exceção vergonhosa entre as nações cultas do mundo."

"E agora é tempo que o Brasil cuide seriamente de seus interesses utilizando com vantagem o braço livre sempre mais produtor e beneficente que o que acaba de extinguir-se quase totalmente. Imigração, estradas de ferro, indústria fabril e lavoura devem ser seus contínuos pensamentos para que livre então, o apóstolo do trabalho possa caminhar seguro na estrada do progresso."

IMAGEM DO JORNAL COMERCIAL:



No dia 06.10.1871:

"Foi dado um passo para a solução da magna questão do elemento servil. Aplaudimos esse acontecimento porque é ele o prenúncio seguro da completa extinção da escravidão no Brasil."

REFLEXÕES:

1- De acordo com os artigos postados aqui, o jornal Comercial considerava que a Lei do Ventre Livre extinguiu de vez a escravidão no Brasil? Justifica tua resposta.

2- Quanto tempo levou a informação sobre a promulgação da Lei do Ventre Livre para chegar do Rio de Janeiro até Rio Grande? Compara com a velocidade das informações nos dias atuais. Apesar da demora você acha que o Jornal foi um importante meio de comunicação da época?

3- Como o autor, neste jornal, classifica a escravidão no Brasil?

4- Como já foi mencionado, o governo não se preocupou com a inserção dos ex-escravos na sociedade. Antes, apoiou a imigração no Brasil para substituir a mão de obra escrava. O jornalista deste artigo demonstra apoiar esta ideia. Transcreva a parte do texto que demonstra isso

Outro periódico importante da Cidade do Rio Grande, foi o Diário do Rio Grande. No dia 23.07.1871, ele relata uma festa em Pelotas pela comemoração da libertação de cinco escravos na mesma cidade. Sobre a libertação, ele se pronuncia:

“A ação de libertar esses cinco escravos é nobre, é mais que nobre,..., é bela, é sublime”.



PARA REFLETIR:

1 - PELA LEITURA DA FRASE, VOCÊ ACHA QUE ESTE PERIÓDICO CONCORDAVA COM A IDEIA DE ABOLIÇÃO? JUSTIFICA SUA RESPOSTA.
2- AGORA VOLTE AO INÍCIO DO BLOG E LEIA SOBRE A LEI DOS SEXAGENÁRIOS E A LEI ÁUREA. EM ALGUMA DELAS VOCÊ OBSERVA ALGUMA PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO EM INSERIR OS ESCRAVOS LIBERTOS NA SOCIEDADE? COMO VOCÊ ACHA QUE ISSO PODERIA TER SIDO FEITO?

AGORA VAMOS TRABALHAR UM POUCO ANALISANDO AS NOTÍCIAS SOBRE A LEI DOS SEXAGENÁRIOS:

O JORNAL ARTISTA, DO DIA 12.08.1885, NA PÁGINA 1, PUBLICOU O

SEGUINTE:

“TEMOS UM EXTENSO TERRITÓRIO INCULTO, DESABITADO, SELVAGEM. PRECISAMOS DE BRAÇOS PARA CULTIVÁ-LO, PARA TORNÁ-LO PRODUTIVO. JÁ ENTRETANTO, NÃO SÓ SE TRATA DE PROMULGAR LEIS SÁBIAS E LIBERAIS QUE POSSAM ATRAIR A IMIGRAÇÃO, COMO ATÉ MESMO, CRIAM-SE DIFICULDADES E NEGAM-SE RECURSOS AQUELES QUE IMIGRANDO DE SUA PÁTRIA, PREFEREM O NOSSO PAÍS PARA ASSENTAREM SUA TENDA DE TRABALHO.

REFLEXÕES:

1 - A IDEIA DO GOVERNO BRASILEIRO ERA SUBSTITUIR AOS POUCOS A MÃO DE OBRA ESCRAVA PELO TRABALHO DE IMIGRANTES. PELA LEITURA DO FRAGMENTO ACIMA, PODEMOS DIZER QUE O JORNAL ARTISTA APOIAVA ESTA MEDIDA? JUSTIFICA.

2-COM QUE CARACTERÍSTICAS O AUTOR SE REFERE AO BRASIL?



PARA TERMOS UMA IDEIA DO NÚMERO DE ESCRAVOS NO BRASIL EM 1871, O ECHO DO SUL EM 03.08.1871, PUBLICOU UMA RELAÇÃO. PROVAVELMENTE ESTES NÚMEROS NÃO SÃO REAIS.

The image shows a page from a historical document, likely a census or official record, with a table of data. The text is in Portuguese and appears to be from the late 19th century. The table lists various categories and their corresponding values, possibly representing the number of slaves in different regions or social classes. The text is somewhat faded and difficult to read, but the structure is clear.

PROCURE VISUALIZAR CLICANDO NA IMAGEM E RETIRE DO ARTIGO:
 1 - NÚMERO DE ESCRAVOS EXISTENTES NO BRASIL NO PERÍODO:
 2 - NÚMERO DE ESCRAVOS NO RS: MULHERES, HOMENS

1888- NESTA DATA FOI PROMULGADA A LEI QUE ABOLIA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL.
 SOBRE ESTA LEI, O JORNAL ARTISTA PUBLICOU OS SEGUINTE:

"FOI HOJE PUBLICADO NO RIO DE JANEIRO E COMEÇA DESDE HOJE A PRODUIR OS SEUS JURÍDICOS EFEITOS A LEI QUE DECRETANDO A EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO IMPÉRIO, IGUALOU A CONDIÇÃO DE TODOS OS BRASILEIROS."

..."SOMOS, POIS UM POVO LIVRE E UMA PÁTRIA LIVRE.
 LIBERTAR O ESCRAVO DOS HORRORES DO CATIVEIRO FOI LIBERTAR A PÁTRIA DA VERGONHA DE TER ESCRAVOS."

"AS LIBERTAÇÕES FAZIAM-SE EM MASSA, À CUSTA DE SUBSCRIÇÕES PÚBLICAS E DE FESTAS PARA ESSE FIM ESPECIALMENTE ORGANIZADAS..."

JÁ NÃO ERA MAIS POSSÍVEL CONTER A ONDE QUE CRESCIA E AVOLUMAVA-SE CADA VEZ MAIS."

ARTISTA, 14/05/1888.



CLICA NA IMAGEM DO JORNAL PARA VER A REPORTAGEM:

AGORA VAMOS REFLETIR:

1 - O AUTOR DIZ NO TEXTO QUE A LEI ÁUREA "IGUALOU AS CONDIÇÕES DE TODOS OS BRASILEIROS". PELO QUE ESTUDAMOS SOBRE AS CONDIÇÕES DOS EX-ESCRAVOS, VOCÊ ACHA QUE TODOS OS BRASILEIROS TINHAM AS MESMAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO, RENDA, APÓS A ABOLIÇÃO? JUSTIFICA.

2- SABEMOS QUE A ABOLIÇÃO FOI ASSINADA PORQUE NÃO HAVIA ALTERNATIVA. A SITUAÇÃO CHEGOU A TAL PONTO, COM OS ESCRAVOS FUGINDO EM MASSA DE ALGUMAS FAZENDAS, A PRESSÃO INTERNACIONAL E DE MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS QUE NÃO HAVIA COMO VOLTAR ATRÁS. O ARTIGO DEIXA ENTENDER QUE TAMBÉM PERCEBIA ESTA SITUAÇÃO. TRANSCREVA A FRASE EM QUE ESTA CONSTATAÇÃO APARECE:

NA SEGUNDA PARTE DESTA MATÉRIA DO DIA 14/05/1888, O JORNAL TAMBÉM PUBLICA O SEGUINTE:

"NO BRASIL NÃO HÁ MAIS ESCRAVOS E SENHORES."

"SOMOS UM POVO DE IRMÃOS E DE LIVRES."

"O ARTISTA, QUE ESTEVE SEMPRE AO SERVIÇO DA IDEIA ABOLICIONISTA E QUE NO LIMITES DE SUAS FORÇAS CONCORREU PARA PROPAGÁ-LA E INCUTI-LA NO ÂNIMO PÚBLICO, CONGRATULA-SE AGORA COM A PÁTRIA E COM SEUS CONCIDADÃOS PELO SUCESSO QUE VAI TORNAR NOTÁVEL NA HISTÓRIA NACIONAL O DIA DE HOJE"

REFLEXÕES:

1- O JORNAL AFIRMA QUE NÃO HAVIA MAIS ESCRAVOS NO BRASIL E QUE ERAM UM POVO DE "IRMÃOS E DE LIVRES". VOCÊ CONCORDA COM ISSO? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA.

2- VOCÊ ACHA QUE UM JORNALISTA AO ESCREVER UMA MATÉRIA CONSEGUE SER IMPARCIAL E NÃO COLOCAR SUA OPINIÃO NO TEXTO? OU VOCÊ ACHA QUE UM JORNAL OU SEU REDATOR SEMPRE ESTÃO TENTANDO FORMAR A OPINIÃO DOS LEITORES? EM QUE MOMENTO DO TEXTO O AUTOR DEIXA TRANSPARECER A IDEIA DE QUE O JORNAL CONTRIBUIU PARA PROPAGAR OS IDEIAS ABOLICIONISTAS?



Como pode ser observado, após a citação do jornal, colocamos algumas perguntas básicas de interpretação para verificar o primeiro contato dos alunos com o documento histórico e perceber o grau de entendimento da linguagem.

"A sábia e patriótica câmara vitalícia do Brasil acaba de aprovar a proposta apresentada pelo gabinete por V. Ex. presidido para a extinção do elemento servil entre nós, único povo que conservava ainda hoje essa hedionda instituição, a qual, reduzindo o homem à triste condição de objeto, fazia ao mesmo tempo com que nos não pudéssemos apresentar diante das nações mais adiantadas do globo como filhos de um país civilizado, cujos corações são aliás aquecidos pela chama benéfica das grandes idéias."¹⁰³

- 1-De que forma o a autor se refere ao escravo?
- 2- Como ele se refere à escravidão no Brasil?
- 3-Por que os brasileiros não poderiam apresentar-se perante às "nações mais adiantadas do globo como filhos de um país civilizado"?

Para as respostas referentes à primeira questão elaboramos uma tabela

¹⁰³ ECHO DO SUL, 11 de outubro de 1871. p.1.

com as seguintes categorias, retiradas diretamente das respostas dos aprendizes.

TURMA 8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Elemento servil	21
Refere-se a pessoas que trabalham até 60 anos.	1
Triste condição de objeto	3
Fala sobre a lei que beneficiou mais os senhores do que os escravos	1

Turma da 8ª SÉRIE:

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Elemento servil	19
Refere-se a pessoas que trabalham até 60 anos.	0
Triste condição de objeto	0
Fala sobre a lei que beneficiou mais os senhores do que os escravos	0
Não respondeu:	4

Observa-se que o entendimento da maioria da turma foi satisfatório, sendo que somente dois alunos não compreenderam a pergunta. Salientamos também que há uma discrepância entre o número de alunos das turmas e o número dos que responderam às questões. Isso se explica pelo fato de que havia uma variação de alunos assíduos e faltantes durante a realização das atividades.

Em relação à pergunta dois podemos classificar as respostas como:

8º ANO:

RESPOSTAS:	NÚMERO DE RESPOSTAS:
Hedionda instituição	19
Não respondeu	2
O autor relata a comitiva que foi saudar o Barão	2
Uma coisa triste	3

8ª SÉRIE

RESPOSTAS:	NÚMERO DE RESPOSTAS:
Hedionda instituição	22
Não respondeu	2
O autor relata a comitiva que foi	0

saudar o Barão	
Uma coisa triste	0

Neste quadro de respostas podemos avaliar que dentre os alunos que responderam, 41 compreenderam como o autor do texto classificava a escravidão. Entretanto, a totalidade das turmas não sabia o significado da palavra “hedionda”. Após os devidos esclarecimentos, realizou-se a atividade.

Para a terceira pergunta obtivemos as seguintes respostas:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Porque o Brasil ainda tinha escravidão.	19
Não respondeu.	3
Porque seriam abalados grandes interesses sociais e econômicos.	2
Pela chamada benéfica das grandes ideias .(Frase originada a partir dos próprios alunos).	2

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Porque o Brasil ainda tinha escravidão.	23
Não respondeu.	1
Porque seriam abalados grandes interesses sociais e econômicos.	0
Pela chamada benéfica das grandes ideias.	0

Mais uma vez constata-se que a grande maioria dos aprendizes compreendeu a mensagem do documento histórico. Porém percebemos que o número de alunos que não respondeu permaneceu em quatro. Assim, fizemos as devidas intervenções como uma análise mais apurada do texto juntamente com a turma para sanarmos tal dificuldade. Ao realizarmos esta atividade discutimos em aula sobre as mensagens que podemos perceber nas entrelinhas de um jornal, o que o autor queria transmitir, as agremiações partidárias dos periódicos em questão, como seria a mentalidade das pessoas da época. Cooper fala sobre esta análise do documento histórico:

Fazer inferências sobre as fontes, sobre quem as fez, porquê, como podem ter sido utilizadas e como afetaram a vida quotidiana do passado, pode levar o historiador a considerar como é que estas pessoas pensavam e o que sentiam. Desenvolver esta imaginação histórica, formulando uma vasta variedade de suposições, é fundamental para se interpretar o passado.¹⁰⁴

Ao realizarmos tal procedimento com os alunos, não pretendíamos que fossem historiadores, mas que compreendessem o processo pelo quais os documentos históricos passam para que sejam interpretados a partir do presente. Por outro lado, tais reflexões os ajudam a entender a complexidade e variação de opiniões e suposições que existem sobre determinado tema, o que leva a concluir que os seres humanos pensam e agem de diferentes formas, sugerindo que existam várias faces de uma realidade, de acordo com a visão de cada um. Tal variação de opiniões deve ser respeitada. É a aceitação do outro com suas percepções e seus modos de ver o mundo.

Na próxima atividade, utilizamos a seguinte citação com as respectivas perguntas:

Estadista e prudente, não quisestes que essa transformação se fizesse de chofre (de forma rápida) e completa, porque assim seriam perturbados e mesmo abalados grandes e importantes interesses sociais e económicos. Muito porém conseguistes: porquanto senão foi pela raiz extirpado esse cancro que corroe as entranhas da nossa sociedade, aplicaste-lhe pelo menos uma medicação tão salutar que sem abalo de seu estado geral o irá progressivamente modificando de forma a tê-lo feito desaparecer em pouco tempo.¹⁰⁵

- 1- As leis abolicionistas, Ventre Livre e Sexagenário, tinham como principal objetivo tornar lenta e gradual a abolição. Em que frase da citação acima pode identificar que o autor concorda com tal ideia?
E qual justificativa ele dava para que isso ocorresse?
- 2- Como o autor classifica a escravidão no Brasil, neste fragmento de texto?
- 3- Agora observa a imagem do jornal e reflita: Quais as semelhanças com os jornais do século XXI?

Para a pergunta 1, obtivemos as seguintes respostas:

¹⁰⁴ COOPER, H. O pensamento histórico das crianças. In: BARCA, I. (Org.). Para uma educação histórica de qualidade. *Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Universidade do Minho, 2004. p. 55-76.

¹⁰⁵ ECHO DO SUL, 11 de outubro de 1871. p.1

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
“Estadista e prudente não quisestes que essa transformação se fizesse de chofre e completa porque assim seriam abalados grandes interesses sociais e econômicos.”	15
E agora é tempo que o Brasil cuide de seus interesses.	3
O autor cita que a escravidão é um cancro e que o Barão lhe aplicou uma medicação salutar. Que progressivamente o irá modificando até desaparecer por completo	7
Não respondeu	1

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
“Estadista e prudente não quisestes que essa transformação se fizesse de chofre e completa porque assim seriam abalados grandes interesses sociais e econômicos.”	20
E agora é tempo que o Brasil cuide de seus interesses.	0
O autor cita que a escravidão é um cancro e que o Barão lhe aplicou uma medicação salutar. Que progressivamente o irá modificando até desaparecer por completo	0
Não respondeu	3

Nestas respostas, a maioria dos aprendizes respondeu corretamente. Sete deles escolheu uma parte da citação que utiliza a palavra *progressivamente* como demonstração de que o autor concordava que a abolição fosse gradual, o que também está correto. Entretanto, não responderam à segunda parte da questão que são as justificativas. Três alunos não compreenderam o sentido do texto. O número maior de respostas corretas foi na turma da 8ª série.

Em relação à pergunta 2, obtivemos o seguinte:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Cancro ou câncer	19
Último país a abolir a escravidão.	1
Chofre, de forma rápida e completa.	1
Medicação salutar	1
Perturbados e abalados grandes interesses	1
Mancha Negra	3

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Cancro ou câncer	20
Último país a abolir a escravidão.	1
Chofre, de forma rápida e completa.	0
Medicação salutar	0
Perturbados e abalados grandes interesses	0
Mancha Negra	3

Nesta amostragem percebe-se que 39 dos estudantes que responderam realmente compreenderam a interpretação do texto bem como a pergunta da professora. O restante, 5 alunos, não compreendeu a pergunta. Entretanto, esta incompreensão se manifestou em maior número no oitavo ano.

Já na terceira questão deste bloco de perguntas, ocorreu apenas um debate em sala de aula. Os alunos ficaram impressionados ao saber que os jornais do século XIX eram de tamanho bem maior que os atuais. Também perguntaram se tinham fotografias como hoje. Então abordamos a questão das imagens e o desenvolvimento da fotografia que também podemos utilizar como documentos históricos. Alguns estudantes também observaram que os jornais eram escritos em colunas. Várias em uma mesma página. Outro disse que mesmo um jornal do passado poderia ter as mesmas grandes ideias que os jornais da atualidade. Outros observaram que a cor era marrom. Explicamos que as páginas com o passar dos anos adquirem uma cor amarelada ou

aparentam um tom marrom. Também relataram estranhar que não havia nada colorido. Outro aluno observou que os periódicos antigos tinham o mesmo objetivo de “levar as coisas que acontecem na cidade para as pessoas”. Outras respostas foram: “O jornal ainda é um meio de comunicação forte e ainda são escritos no papel” (Emily¹⁰⁶, 13 anos); “Que tem bastante coisas escritas e o assunto ficava em cima destacado como nos dias de hoje mas antes não tinha as imagens que hoje tem” (Jonathan, 16 anos); “Hoje nós recebemos notícias na hora mas na época o jornal foi superimportante porque se não fosse o jornal eles não seriam informados” (Daniela, 15 anos).

Schmidt nos aponta para a relevância da análise e observação das fontes:

As fontes devem ser utilizadas como recurso metodológico, favorecer o desenvolvimento da observação, percepção, descrição e memorização dos conteúdos. Através do uso de documentos podemos descrever os acontecimentos, o contexto e situações históricas. Sua utilização deve ocorrer como fonte de informação e sempre comparando com outros documentos, desenvolvendo noções de semelhanças e diferenças, mudanças e permanências, localizações temporais e espaciais, construção de conceitos e enunciados históricos.¹⁰⁷

Assim, considerando tal premissa, acreditamos que a atividade de comparação do periódico antigo com o atual levou o aprendiz a uma reflexão sobre as “mudanças e permanências” da história, citadas por Schmidt, bem como a uma maior conscientização de seu mundo atual, levando-o até mesmo a considerar que o jornal continua sendo um importante meio de comunicação mesmo após décadas transcorridas.

O próximo trecho jornalístico utilizado no ambiente virtual foi o seguinte:

O vapor chegado ontem da capital da província trouxe-nos a agradável nova de ter sido aprovada no dia 27 do mês passado, quase que unanimemente no senado, a proposta do governo sobre a

¹⁰⁶ Utilizamos somente o primeiro nome dos alunos para preservar suas identidades.

¹⁰⁷ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *O uso do documento em sala de aula*. Curitiba, Laboratório de Ensino de História, UFPR, 2002.

emancipação. Dentro em poucos dias, pois, será abolida deste país a mancha negra da escravidão, que o colocava como exceção vergonhosa entre as nações cultas do mundo." "E agora é tempo que o Brasil cuide seriamente de seus interesses utilizando com vantagem o braço livre sempre mais produtor e beneficente que o que acaba de extinguir-se quase totalmente. Imigração, estradas de ferro, indústria fabril e lavoura devem ser seus contínuos pensamentos para que livre então, o apóstolo do trabalho possa caminhar seguro na estrada do progresso.¹⁰⁸

As perguntas referentes a esta citação foram:

- 1- De acordo com os artigos postados aqui, o jornal Comercial considerava que a Lei do Ventre Livre extinguiu de vez a escravidão no Brasil? Justifica tua resposta.
- 2- Quanto tempo levou a informação sobre a promulgação da Lei do Ventre Livre para chegar do Rio de Janeiro até Rio Grande? Compara com a velocidade das informações nos dias atuais. Apesar da demora você acha que o Jornal foi um importante meio de comunicação da época?
- 3- Como o autor, neste jornal, classifica a escravidão no Brasil?
- 4- - Como já foi mencionado, o governo não se preocupou com a inserção dos ex-escravos na sociedade. Antes, apoiou a imigração no Brasil para substituir a mão de obra escrava. O jornalista deste artigo demonstra apoiar esta ideia. Transcreva a parte do texto que demonstra isso.

As respostas obtidas na questão 1 foram as seguintes:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não, porque só era livre os filhos das mulheres escravas e depois que completasse 8 anos	1
Não. "Foi dado um passo para a magna questão do elemento servil".	2
Não respondeu:	5
Sim, dentre e poucos dias será abolida deste país a mancha negra da escravidão	2
Sim, até porque o Brasil estava muito demorado digamos assim para deixar a escravidão.	2
Sim (não justificou)	2
Não, porque até completar 21 anos ainda ficava sendo escravo do senhor	1
Sim, "braço livre sempre produtor..."	3
Não. Não justificou	1

¹⁰⁸ COMMERCIAL, 06 de outubro de 1871.p.1.

Não, porque o texto diz: dentre em poucos dias, pois será abolida deste país a mancha negra...	2
Sim, porque ele fala que foi completa a extinção da escravidão no Brasil.	2
Não, porque ainda existe escravidão.	3

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não, porque só era livre os filhos das mulheres escravas e depois que completasse 8 anos.	2
Não. “Foi dado um passo para a magna questão do elemento servil”.	2
Não respondeu:	7
Sim, dentre e poucos dias será abolida deste país a mancha negra da escravidão.	0
Sim, até porque o Brasil estava muito demorado digamos assim para deixar a escravidão.	0
Sim (não justificou)	1
Não, porque até completar 21 anos ainda ficava sendo escravo do senhor	0
Sim, “braço livre sempre produtor...”	0
Não. Não justificou	2
Não, porque o texto diz: dentre em poucos dias, pois será abolida deste país a mancha negra...	0
Sim, porque ele fala que foi completa a extinção da escravidão no Brasil.	9
Não, porque ainda existe escravidão.	0

Nesta atividade as respostas foram variadas, sendo que 12 não responderam. Entretanto há um consenso de que o jornal considerava a Lei do Ventre Livre quase que a completa extinção da escravidão, embora cada um utilizasse passagens diferentes do fragmento para justificar suas respostas.

Já em relação à questão 2, as respostas foram as seguintes:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
-----------	---------------------

Não respondeu	4
Levou um mês, pois vinha de navio e hoje em dia leva pouco tempo. Ainda assim, o jornal foi muito importante na época por ser o único meio de chegar à notícia.	15
Sim, não justificou	7

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não respondeu	2
Levou um mês, pois vinha de navio e hoje em dia leva pouco tempo. Ainda assim, o jornal foi muito importante na época por ser o único meio de chegar à notícia.	16
Sim, não justificou	5

A grande maioria dos estudantes compreendeu que a notícia levou um mês para chegar ao Rio Grande e que o jornal foi um meio de comunicação de valor imprescindível para a época. Aqui vale ressaltar algumas considerações dos alunos: “Demorou muito, pois, a informação vinha de navio e mesmo com a demora o jornal era muito importante na época, pois, trazia informações necessárias para o povo” (Rara, 15 anos). “Demorou bastante, pois, a informação vinha de navio, mas o jornal foi um meio de comunicação muito importante, pois, não tinha os meios de comunicação como hoje” (Samir, 13 anos). “Levou um mês e hoje em dia demora um dia para chegar a notícia. E eu acho que sim apesar da demora a notícia foi de grande importância” (Mateus, 14 anos). “Um mês chegava bem mais demorado do que atualmente, mas continuava sendo o único meio de notícias e foi muito importante para a população da época” (Lucas, 13 anos). “Levou um mês. Sim pois era através dele que mesmo depois de muito tempo a cidade se comunicavam umas com as outras” (Larissa, 15 anos). “Um mês. Sim porque antigamente era só nos jornais e rádios que as pessoas viam as notícias e agora as pessoas veem na internet, televisão e etc.” (Franciele, 15 anos). “Um mês até chegar a informação no Rio Grande. Hoje em dia chega em segundos por causa da tecnologia. E o jornal foi essencial para informar as pessoas” (Talisson, 14 anos). “Demorou um mês e nos dias atuais bem diferente de antigamente, com a internet e a televisão a informação chegam em segundo às pessoas. Apesar

da demora os jornais mesmo assim foram e ainda são um meio de comunicação muito importante” (Emilly, 13 anos).

Através destas respostas, podemos perceber que os alunos, na sua maioria, tiveram um bom entendimento ao relacionar o passado com o presente bem como identificando as transformações que ocorreram nos meios de comunicação e nas formas de chegar as notícias até as pessoas. Ainda assim, mais uma vez, identificaram o jornal como um meio de divulgar a notícia, relevante no passado e na atualidade. Aqui também se percebe a noção de tempo, ou seja, os educandos tiveram a oportunidade de situar-se no tempo e no espaço, desenvolvendo a sua consciência histórica, percebendo que outros viveram e já não existem, mas que também se utilizaram de coisas, como os jornais, que nós que vivemos hoje utilizamos. Cerri, ao comentar sobre Consciência Histórica, nos diz: “A consciência histórica pressupõe o indivíduo existindo em grupo, tomando-se em referência aos demais, de modo que a percepção e a significação do tempo só podem ser coletivas.”¹⁰⁹ Assim, ao perceber-se enquanto indivíduo e enquanto ser social, com um passado no qual outros vivenciaram e nos deixaram heranças para nosso presente, o aprendiz tem uma melhor compreensão da passagem do tempo bem como de sua atuação no momento em que vive, lançando um olhar sobre a perspectiva de futuro.

A seguinte questão, a de número 3, sobre como o autor, neste jornal, classificava a escravidão no Brasil, nos proporcionou as seguintes respostas:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Macha negra	16
Elemento servil	6
Não respondeu	4

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
-----------	---------------------

¹⁰⁹ CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Consciência Histórica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FVG, 2011.p.30-31.

Macha negra	20
Elemento servil	2
Não respondeu	1

Mancha negra, que seria a resposta correta, obteve 36 respostas. Os alunos que responderam elemento servil, não haviam compreendido que a pergunta se referia à escravidão no Brasil e não ao escravo, como em uma das perguntas anteriores. Cinco alunos não responderam e afirmaram que não leram o texto com atenção. Mesmo assim a maioria da turma teve uma compreensão satisfatória.

Na questão 4, referente à parte do texto em que o autor explicita a ideia de apoio aos objetivos do governo em substituir os escravos pelos imigrantes, detectamos os seguintes números de respostas corretas e respostas erradas:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Corretas	15
Incorretas	7
Não responderam	4

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Corretas	20
Incorretas	0
Não responderam	3

Esta questão foi interessante, pois a maioria obteve a resposta correta, entretanto sete transcreveram a passagem que dizia que em poucos dias seria abolida a escravidão. Ocorreu realmente uma dificuldade de interpretação. Por outro lado, a questão nos levou a um debate sobre imigração e as possibilidades que o governo da época tinha de reaproveitar o trabalho dos ex-escravos de forma assalariada e os motivos pelos quais não o fez, entre estes, a ideia de “branqueamento” da população, o que nos leva a compreender hoje

as raízes mais profundas do preconceito e da condição do negro na sociedade atual. Além disso, alguns alunos citaram os casos de imigração ilegal em nossos dias e as formas de trabalho escravo que ainda permanecem em pleno século XXI.

O próximo trecho a ser utilizado foi a seguinte: “A ação de libertar esses cinco escravos é nobre, é mais que nobre,..., é bela, é sublime”.¹¹⁰ Para esta citação trabalhamos as seguintes considerações:

1- Pela leitura da frase, você acha que este periódico concordava com a ideia de abolição? justifica sua resposta.

2- Agora volte ao início do blog e leia sobre a Lei dos Sexagenários e a Lei Áurea. Em alguma delas você observa alguma preocupação do governo em inserir os escravos libertos na sociedade? Como você acha que isso poderia ter sido feito?

Para a questão 1, os alunos responderam o seguinte:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Sim porque relata que fizeram uma festa com a libertação de apenas 5 escravos	5
Não, porque eles queriam que o escravo trabalhasse por um prato de comida para toda a vida.	3
Sim, porque ele acha que a ação de libertar o escravo é nobre e sublime.	8
Não, porque eles achavam que seria uma ação tão bela, ou seja, estavam sendo pessoas boas demais para libertar escravos.	2
Não responderam.	8

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Sim porque relata que fizeram uma festa com a libertação de apenas 5 escravos	11
Não, porque eles queriam que o	0

¹¹⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE, 23 de julho de 1871.p.1.

escravo trabalhasse por um prato de comida para toda a vida.	
Sim, porque ele acha que a ação de libertar o escravo é nobre e sublime.	8
Não, porque eles achavam que seria uma ação tão bela, ou seja, estavam sendo pessoas boas demais para libertar escravos.	0
Não responderam.	4

Nestas respostas observamos certa dificuldade dos alunos em interpretar o texto ou a pergunta. Mesmo assim, a maioria dos alunos que participou da pesquisa, teve uma resposta coerente. O que demonstra ser o texto acessível.

A questão dois, decidimos em aula que seria apenas discutida nas turmas e somente responderiam aqueles que assim o desejassem. Alguns responderam e aqui estão as respostas mais significativas: “Não. Acho que poderia ser feito financiando e dando moradia aos escravos.” (Leonardo, 13 anos); “Não, eles podiam ter dado moradia empregos bons e etc.” (Miguel, 14 anos); “Não. Com alegria e pensando que os escravos mereciam ser libertos.” (Lucas, 13 anos); “Não e eu acho que isso deveria ter sido feito de forma rápida.” (Matheus, 13 anos); “Não, eles poderiam trabalhar e ganhar dinheiro no final do mês.” (Samir, 13 anos); “Não, eles nem se preocupam, eles queriam era trazer imigrantes para trabalhar em vez de usar a mão de obra dos agora escravos livres. Eu acho que eles poderiam ter feito algum projeto, alguma sociedade com esses escravos para inseri-los no trabalho, o que não foi feito.” (Emilly, 13 anos); “Não tinha nenhuma preocupação do governo em colocar os escravos libertos na sociedade. Eles ganhavam liberdade, mas não tinham o direito de se juntar à sociedade.” (Rara, 15 anos); “Eles não se preocupavam muito, parece que faziam por obrigação no começo.” (Emili, 14 anos).

Estas opiniões dos alunos refletem de forma clara e objetiva que ocorreu uma racionalização do pensamento, suas ideias a respeito da situação do negro após a abolição demonstram que são conscientes de que o ex-escravo não teve oportunidades na sociedade. Consequentemente podem inferir que tais condições se refletem na sociedade atual, dando origem ainda hoje ao

preconceito. O conhecimento dos aprendizes foi construído na aula através do debate e da troca de saberes entre eles e com o documento histórico proporcionando tais reflexões. O aluno tornou-se o agente ativo no processo de construção de seu conhecimento. Barca refere-se a esta questão quando diz:

Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceptual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude modificar positivamente a conceptualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, o aluno é efectivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as actividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação.¹¹¹

A pesquisadora sugere que o aluno deve sentir-se atuante na elaboração de seu conhecimento e o professor pode encontrar ferramentas e metodologias para proporcionar tal situação. Acreditamos que a atividade realizada contemplou estes pressupostos e levou os aprendizes a posicionar-se frente às questões do passado que estão ligadas diretamente com o seu presente, no caso a escravidão/situação do negro hoje. A função social da História enquanto disciplina é dar significação aos conteúdos, ou seja, levar o aluno não só a estudar determinado tema por constar no currículo, mas a compreender as razões, através de conexões com seu cotidiano, de estudar tais temas.

O exercício seguinte foi baseado em uma citação do *Artista*:

Temos um extenso território inculto, desabitado, selvagem. Precisamos de braços para cultivá-lo, para torná-lo produtivo. Já, entretanto, não só se trata de promulgar leis sábias e liberais que possam atrair a imigração, como até mesmo, criam-se dificuldades e negam-se recursos aqueles que imigrando de sua pátria, preferem o nosso país para assentarem sua tenda de trabalho.¹¹²

¹¹¹ BARCA, I. Aula Oficina: do projecto à avaliação. In: BARCA, I. (Org.). *Para uma educação histórica com qualidade*. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.p 131-144.

¹¹² ARTISTA, 12 de agosto de 1885.p.1.

Reflexões:

1 - A ideia do governo brasileiro era substituir aos poucos a mão de obra escrava pelo trabalho de imigrantes. Pela leitura do fragmento acima, podemos dizer que o jornal Artista apoiava esta medida? Justifica.

2-Com que características o autor se refere ao Brasil?

Para a primeira pergunta constatamos as seguintes respostas:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não porque ele diz que o território vai ficar desabitado e precisavam de braços para cultivá-lo	11
Sim porque diz que o território é imenso e necessita de braços para cultivá-lo.	4
Sim e não justificou:	2
Sim, o jornal Artista apóia porque ele até cita que o governo poderia criar leis sábias e liberais para chamar a imigração:	3
Não respondeu:	3
Não, ele não concordava com a retirada de estrangeiros de sua pátria.	3

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não porque ele diz que o território vai ficar desabitado e precisavam de braços para cultivá-lo	0
Sim porque diz que o território é imenso e necessita de braços para cultivá-lo.	16
Sim e não justificou:	2
Sim, o jornal Artista apóia porque ele até cita que o governo poderia criar leis sábias e liberais para chamar a imigração:	0
Não respondeu:	5
Não, ele não concordava com a retirada de estrangeiros de sua pátria.	0

Nestas respostas constatamos bastante dificuldade dos aprendizes em

interpretar o fragmento do texto. Somente 23 alunos tiveram uma interpretação adequada. A grande maioria compreendeu que pelo fato do periódico dizer que o território era grande e precisavam de braços para cultivá-lo, não apoiava a imigração. Tal constatação exigiu uma intervenção da professora ao convidar a turma do 8º ano para uma análise mais apurada do texto. Na oitava série não foi necessário, pois a maioria respondeu corretamente. O que autor queria dizer, mas não disse de forma bem clara? Um jornalista sempre deseja transmitir a filosofia de um jornal para o qual trabalha? Estas reflexões proporcionaram uma maior interação dos educandos com o documento, tornando-o mais acessível aos mesmos.

A pergunta dois, todos os alunos responderam “extenso território inculto, desabitado e selvagem”. Assim, enquanto na primeira questão deste bloco ocorreu dificuldade de interpretação, nesta houve 100% de entendimento.

A próxima atividade proposta teve como objetivo que as turmas tivessem uma noção do número de escravos no Brasil. Ao pesquisarmos os periódicos encontramos uma relação de número de escravos por província e por gênero. Achamos interessante, pois as estatísticas da época, quando eram realizadas, nem sempre constavam o número de mulheres. Este fato foi exposto para as turmas que foram conferir clicando na imagem do jornal.

A seguir, utilizamos a seguinte citação e suas respectivas atividades:

Foi hoje publicado no Rio de Janeiro e começa desde hoje a produzir os seus jurídicos efeitos a lei que decretando a extinção da escravidão no império, igualou a condição de todos os brasileiros. Somos, pois um povo livre e uma pátria livre. Libertar o escravo dos horrores do cativo foi libertar a pátria da vergonha de ter escravos.

As libertações faziam-se em massa, à custa de subscrições públicas e de festas para esse fim especialmente organizadas... Já não era mais possível conter a onda que crescia e avolumava-se cada vez mais.¹¹³

1 - O autor diz no texto que a lei áurea "igualou as condições de todos os brasileiros". Pelo que estudamos sobre as condições dos ex-escravos, você acha que todos os brasileiros tinham as mesmas oportunidades de trabalho,

¹¹³ ARTISTA, 14 de maio de 1888. p.1.

educação, renda, após a Abolição? Justifica.

2- Sabemos que a abolição foi assinada porque não havia alternativa. A situação chegou a tal ponto, com os escravos fugindo em massa de algumas fazendas, a pressão internacional e de movimentos abolicionistas que não havia como voltar atrás. O artigo deixa entender que também percebia esta situação. Transcreva a frase em que esta constatação aparece

Para a pergunta um, obtivemos as seguintes respostas:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não respondeu:	7
Sim e não justificou:	5
Não, porque muitos eram velhos e não tinham mais como trabalhar, poucos tiveram oportunidades de emprego, educação e renda e eram discriminados.	14

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não respondeu:	5
Sim e não justificou:	5
Não, porque muitos eram velhos e não tinham mais como trabalhar, poucos tiveram oportunidades de emprego, educação e renda e eram discriminados.	13

Nestas respostas observa-se que a maioria teve condições de reconhecer as dificuldades encontradas pelos negros após a abolição.

Nessa direção, Macedo aborda a questão da alteridade em relação ao outro:

Nem sempre o objetivo da História é buscar estabelecer semelhanças e identidades com o presente. O confronto com as diferenças e a diversidade dos modos de vida dos seres humanos ao longo de outros períodos da História, em outras civilizações ou regiões culturais, pode nos revelar nossa própria originalidade, e nos capacitar melhor a ver o lugar que ocupamos na história da humanidade. Confrontados com as diferenças e com a diversidade dos modos de vida das pessoas de outros tempos e lugares, teríamos como discernir melhor nossa própria originalidade, e perceber melhor

nossa própria posição no processo histórico universal.¹¹⁴

Sob esta perspectiva, ao reconhecerem as dificuldades encontradas pelo negro para inserir-se na sociedade, bem como as raízes do preconceito e suas consequências para os indivíduos, os alunos foram alertados para o fato de que cada um é um ser único no mundo e que cada pessoa é original, portanto, deve aceitar os outros como realmente são, com suas peculiaridades, com sua própria história.

Segundo Schmidt & Cainelli:

Desenvolver no aluno a capacidade de interessar-se por outras sociedades é uma forma de sensibilizá-lo para as diferenças e evitar os inúmeros anacronismos que podem ser criados pelas ligações equivocadas entre o passado e o presente. Essa conscientização é um meio de aprender a contextualizar determinadas situações da História e evitar analogias duvidosas. Em uma perspectiva mais geral, trata-se de desenvolver a compreensão da alteridade, isto é, da empatia, do interesse e, ao mesmo tempo, de desenvolver o respeito por outros povos e outras civilizações, pois o interesse pelo outro também é uma forma de conhecer a si próprio¹¹⁵

Assim, mesmo não tendo estudado uma civilização diferente de outros países, nas atividades relatadas acima, os alunos tiveram contato com aspectos de experiências vivenciadas no passado, distintos do seu presente, mas que ainda se refletem em suas realidades, através de traços culturais marcantes que perduram em nossa sociedade e geram comportamentos de intolerância e preconceito. Isso os levará a compreenderem as diferenças e a tornarem-se indivíduos tolerantes para com as mesmas.

Para a resposta da pergunta dois, apenas 8 alunos não responderam. O restante transcreveu a frase em que o periódico diz, em outras palavras, já não ser possível conter a situação. Nesta oportunidade abordamos a questão de que por muito tempo a historiografia atribuiu a abolição à benemérita princesa Isabel, mas que na realidade, a libertação dos escravos era uma medida irreversível.

¹¹⁴ MACEDO, José Rivair. *História Medieval: Repensando a Idade Média no Ensino de História*. IN: KARNAL, Leandro (org). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 109-123.

¹¹⁵ SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2009.p.99.

O exercício seguinte e último baseou-se no seguinte fragmento do jornal

Artista:

No Brasil não há mais escravos e senhores. Somos um povo de irmãos e de livres.

O Artista, que esteve sempre ao serviço da ideia abolicionista e que no limites de suas forças concorreu para propagá-la e incuti-la no ânimo público, congratula-se agora com a pátria e com seus concidadãos pelo sucesso que vai tornar notável na história o dia de hoje.¹¹⁶

Reflexões:

1- O jornal afirma que não havia mais escravos no Brasil e que eram um povo de "irmãos e de livres". Você concorda com isso? Justifique sua resposta.

2- Você acha que um jornalista ao escrever uma matéria consegue ser imparcial e não colocar sua opinião no texto? Ou você acha que um jornal ou seu redator sempre estão tentando formar a opinião dos leitores? Em que momento do texto o autor deixa transparecer a ideia de que o jornal contribuiu para propagar as ideias abolicionistas?

As respostas referentes à primeira questão foram as seguintes:

8º ANO

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não concordo (não justificou)	2
Sim, porque após serem libertos, deveriam viver como irmãos.	6
Não respondeu:	7
Não, porque os ex-escravos não tiveram as mesmas oportunidades e no Brasil ainda haveria preconceito:	11

8ª SÉRIE

RESPOSTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS
Não concordo (não justificou)	0
Sim, porque após serem libertos, deveriam viver como irmãos.	0

¹¹⁶ ARTISTA, 14 de maio de 1888.p.1.

Não respondeu:	7
Não porque os ex-escravos não tiveram as mesmas oportunidades e no Brasil ainda haveria preconceito:	16

Constatamos que a maioria entendeu a pergunta e dos seis que responderam “Sim, porque após serem libertos, deveriam viver como irmãos”, não compreenderam que a professora estava perguntando sobre se concordavam com a frase do jornal acerca da ideia de que não havia mais escravos no Brasil, relacionando ao fato de que tinha sido debatida em aula a questão de que muitos escravos permaneceram nas fazendas por não ter para onde ir, em troca de alimentação, o que não deixa de ser uma forma de escravidão.

Na última questão, as turmas também ficaram livres para responder se quisessem, após a discussão sobre o tema em sala de aula. Então, destacamos algumas afirmações daqueles que responderam: “Eu acho que quando um jornalista escreve uma matéria, ele expõe a sua opinião mesmo sem querer e o jornal também acaba formando a opinião do leitor.” (Emilly, 13 anos); “Não, ele escreve ao que se passa aos olhos dele e o que ele pensa.” (Francielli, 15 anos); “Eu acho que o jornal ou seu redator sempre estão a formar a opinião dos leitores.” (Luan, 15 anos); “Eu acho que o jornal coloca sua opinião para se expressar e acaba formando opinião.” (Larissa, 15 anos); Sim porque ele é pago para botar o que os leitores querem ouvir a não ser que a opinião dele seja a mesma que a dos leitores.” (Matheus, 14 anos.)

A capacidade crítica dos aprendizes foi relevante nestas respostas. Também no debate em aula, todos se mostraram unânimes em afirmar que a imparcialidade do editor é inexistente, mas que mesmo assim, o jornal pode ser o representante de uma época, de formas de pensar e de agir de determinada sociedade, constituindo-se, assim, como documento histórico.



Fotografia 1: alunos do 8º ano participando da pesquisa-ação.



Fotografia 2: aluno da oitava série participando da pesquisa-ação.

3.2 – A experiência em sala de aula: efeitos da pesquisa-ação e percepção da consciência histórica

Após estas inferências no blogue, realizamos o preenchimento das fichas avaliativas da intervenção didática. Os resultados originados a partir da observação das mesmas serão expressos mais adiante, pois consideramos

que seria mais significativo para a compreensão das idéias dos aprendizes se as expuséssemos após o relato da atividade de produção da narrativa de ficção.

Passaremos então para a atividade conclusiva, quando os alunos tiveram oportunidade de realizar em grupo as histórias fictícias utilizando os conhecimentos apreendidos.

Obviamente que as questões respondidas pelos alunos até este momento da investigação-ação, também se constituem em narrativas que identificam seu aprendizado. Entretanto, após o trabalho com as fontes históricas, analisando as mudanças e permanências e as relações tempo/espço, achamos que seria significativo realizarmos a atividade de metacognição como forma de compreender o olhar do aprendiz sobre tudo o que foi trabalhado. A narrativa proposta teve como objetivo levar o educando a expor, de forma prazerosa, as suas considerações sobre o tema abordado.

Segundo Rüsen: “A narrativa constitui (especificamente) a consciência histórica na medida e que recorre a *lembranças* para interpretar as experiências no tempo.”¹¹⁷ Assim, através desta premissa podemos concluir que por meio da narrativa o aluno pode ser capaz de estabelecer uma relação com os fatos passados e elaborar uma interpretação do mesmo. Concomitantemente, lança perspectivas sobre o futuro. O aprendiz assume então uma postura ativa em seu processo de aprendizagem, potencializando sua consciência histórica. Com estes pressupostos em mente, dividimos as turmas em três grupos cada, e distribuimos as seguintes propostas de trabalho para cada grupo:

Grupo 1: Lei do Ventre Livre

Imagine que você é um(a) escravo(a) que nasceu no dia da proclamação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871).

Agora crie um personagem fictício dando-lhe um nome e relatando uma

¹¹⁷ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p.62.

história para crianças sobre o dia em que nasceu; as expectativas de sua mãe em relação à Lei e o desejo de que seu filho(a) não fosse escravo(a) como ela. Ao mesmo tempo, seu medo de perdê-lo (la) se tivesse que partir.

Não esqueça: o cenário onde se passa a história é a cidade do Rio Grande. Escolha um trecho do jornal da época para falar como a notícia chegou na cidade. Transcreva a parte escolhida do jornal na sua narrativa. O personagem deve ter um nome, pai (se tiver) e mãe também. (Os nomes mais comuns usados neste período para homens e mulheres escravos eram: Maria, Sebastiana, Inácia, Jacinta, Joana. Para homens: Tião, Jacinto, Inácio, João, Sebastião, Manoel, José). Escolha entre estes nomes para os personagens.

Este grupo fará somente uma parte da história; até os oito anos do personagem, mais ou menos, contando o trabalho dele em uma Quinta (espécie de chácara), em pequenas narrativas para crianças de 5º ano.

Obs: Ao se dirigirem ao seu dono, os escravos o chamavam de “Meu Senhor”.

Grupo 2: Lei dos Sexagenários

Vocês darão continuidade à história do grupo 1, utilizando o mesmo personagem que, no ano desta lei (1885), teria 14 anos.

Não esqueçam: é uma historinha para crianças entre 10 e 11 anos. Utilize uma passagem de um jornal rio-grandino para contar como a notícia da promulgação da lei chegou no Rio Grande.

Conte sobre as expectativas dos escravos idosos e imagine que o personagem tivesse um avô com 65 anos que foi liberto. O que aconteceu com ele? Como foi a separação de sua família?

Não esqueça: o cenário onde se passa a história é Rio Grande.

Grupo 3: Lei Áurea

Vocês darão continuidade à história dos grupos 1 e 2, utilizando o mesmo personagem que no ano desta lei (1888), teria 17 anos. Relatem através de uma passagem de um dos jornais trabalhados como a notícia sobre a lei chegou no Rio Grande. Conte sobre as expectativas dos escravos e se foram para algum lugar: se a família se separou; se ficaram trabalhando na Quinta em troca de comida; se viram alguns imigrantes italianos ou alemães chegarem; como foi o encontro entre as culturas diferentes; se o personagem casou; as dificuldades para estudar; enfim, crie um final para a história: feliz, triste ou sem definição.

Os alunos mostraram-se entusiasmados. Em ambas as turmas tiveram a iniciativa de se organizarem em grupos. Delegaram funções: Quem iria escrever, quem ilustraria a história, quem iria copiar do blogue as passagens dos jornais. Enfim, neste momento a professora apenas observou as iniciativas dos grupos, deixando-os livres para agirem. O resultado desta intervenção didática foram as seguintes histórias:

História do Oitavo Ano:

Meu nome é Sebastião Inácio Jacinto. Nasci no dia 28 de setembro de 1871 em Rio Grande em uma chácara onde havia aproximadamente 40 escravos, 20 mulheres e 20 homens. Nesta época surgiu uma lei chamada Lei do Ventre Livre, uma lei abolicionista que considerava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidas a partir desta data.



Imagem 1: Autor Matheus

O jornal da cidade trouxe a notícia da lei: “O vapor chegado da capital da Província trouxe-nos a agradável nova de ter sido aprovada no dia 27 do mês passado, quase que unanimemente no Senado, a proposta do Governo sobre a emancipação. Dentro em poucos dias, pois, será abolida deste país a mancha da escravidão que o colocava como exceção vergonhosa entre as nações cultas do mundo”.

A lei estabelecia duas possibilidades para as crianças que nasciam livres: poderiam ficar aos cuidados dos senhores até os 8 anos ou entregues ao governo após esta idade.

Minha mãe tinha medo que me tirassem dela por causa da lei, pois, morava com ela e meu pai que era escravo. Eu não estudava, não brincava, não tinha direito a quase nada, pois, era escravo dos senhores.

Em 1885 já com 14 anos via ser promulgada a Lei dos Sexagenários. O jornal dizia: “Temos um extenso território inculto, desabitado, selvagem, precisamos de braços para cultivá-lo, para torná-lo produtivo. Já, entretanto, não só se trata de promulgar leis sábias e liberais que possam atrair a imigração, como até mesmo, criam-se dificuldades e negam-se recursos àqueles que imigrando de sua pátria, preferem o nosso país para assentarem sua tenda de trabalho.” Propunham o trabalho dos imigrantes no lugar dos escravos.

Eu, triste e feliz ao mesmo tempo: feliz porque meu avô seria liberto e triste porque teria que despedir-me dele.

Por isso o meu avô foi obrigado a sair da fazenda, não tendo para onde ir, sem teto e sem ter o que comer, acabou voltando para a fazenda para implorar por comida.

O tempo passou e no dia 13 de maio de 1888 chegou a notícia que havia sido criada a Lei Áurea. Foi no jornal *Artista* que eu li, graças à filha do dono da Quinta onde eu morava, que havia me ensinado a ler, que poderia ir embora daquele lugar horrível e finalmente ser livre.



Imagem 2: Autor Matheus

Corri ao encontro de minha mãe e com lágrimas nos olhos comecei a dizer: - Estamos livres! Estamos livres!

Depois li a notícia para ela que dizia: “Somos, pois, um povo livre e uma pátria livre. Libertaram os escravos dos horrores do cativeiro foi libertar a pátria da vergonha de ter escravos.”

Minha mãe, no momento em que ouviu a notícia, ficou risonha, mas logo depois ficou pensativa. Perguntei a minha mãe: - Mãe, o que houve? Ela respondeu: - Meu filho: se estamos livres, para onde vamos? O que vamos comer? Onde vamos trabalhar?

Eu estava tão empolgado que fiz uma pequena trouxa com o pouco que eu tinha e fui falar com o senhor. Eu disse: - Senhor quero a minha alforria e vou embora hoje mesmo. Ele então, com uma cara de dar medo, assinou a minha liberdade. Sua filha saiu pela porta dos fundos e me deu uma pequena quantia para que eu pudesse dar andamento a minha vida. Agradei e me despedi de minha mãe.



Imagem 3: Autora Larissa

Uns três meses depois o dinheiro estava acabando e eu ficando preocupado com o que eu iria fazer dali pra frente. Foi então que eu vi descer do navio uma linda italiana que parecia um anjo que meus olhos brilharam ao encontrar os dela.

Às escondidas nos encontrávamos e um dia tomei coragem e a pedi em casamento. Ela, dias depois, me trouxe a resposta, dizendo que sim e carregando consigo suas roupas e sua parte na herança da família. Ela comprou em leilão uma pequena propriedade onde cultivou sementes de café.

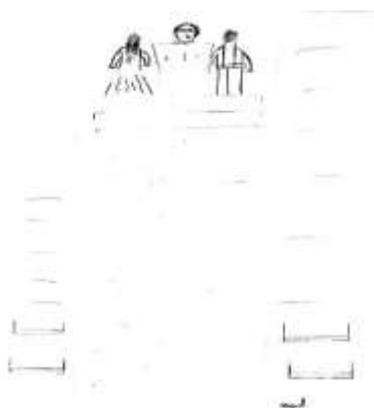


Imagem 4: Autor Miguel

Em meu pedido ela concordou em contratar ex-escravos para trabalharem conosco e se tornarem empregados assalariados. Foi aí que tivemos nosso filho e o escravo virou patrão, mas sem escravidão e chibata.

(Franciele, Emilly, Samir, Matheus, Michel, Leonardo, Alexandre, Juliana, Raíza, Camila, Pâmela, Brendha, Flávia, Rara, Brenda, Karina, Ariele, Brenda, Larissa, Emilly, Larissa, Miguel, Makaulen, Talisson, Antônio, Jonathan e Luan.)

História da Turma da Oitava Série

Era uma vez no dia 28 de setembro de 1871 nascia um bebê de um casal de escravos que recebeu o nome de João. A família de João estava muito feliz, pois, a Lei do Ventre Livre foi aceita, mas a família tinha medo de que seu filho se tornasse escravo.

Essa lei dizia que filhos de escravos nascidos a partir desta data se tornaram livres, mas não era bem assim a lei.

A mãe de João estava feliz e triste ao mesmo tempo, pois, tinha que deixá-lo partir, mas ele estaria livre.

Depois de certo tempo a dona Inácia, mãe de João, descobriu que João não seria liberto, pois, tinha que completar 8 anos na fazenda rio-grandina, depois disso ele teria que completar 21 anos ainda escravo.

João cresceu e aos 12 anos tinha um amigo chamado Manuel, que sempre estava junto com o João nas horas de serviço. Às vezes Manuel e João fugiam para um campo perto de onde trabalhavam coberto por bambus, mas o dono da fazenda descobriu e como castigo vendeu Manuel por quatro moedas de ouro.



Imagem 5: Autor Matheus

João, muito triste, foi tirar satisfação do patrão que, nervoso, acabou mandando seus capangas baterem em João.

João, mesmo machucado, tinha que trabalhar.

Depois de um tempo João pegou uma infecção, mas sua mãe era curandeira e lhe deu uns chás e ele melhorou.

João continuou na fazenda e o tempo foi passando.

Em 1885 João fazia 14 anos quando surgiu a Lei dos Sexagenários que libertava escravos com mais de 65 anos. A ideia era trazer pessoas de outros países para trabalhar no lugar dos escravos.

O jornal *Artista*, do dia 12/08/1885 publicou o seguinte: “Temos um extenso território inculto, desabitado, selvagem. Precisamos de braços para cultivá-lo, para torná-lo produtivo. Já, entretanto, não só se trata de promulgar leis sábias e liberais que possam atrair imigração, como até mesmo, criam-se dificuldades e negam-se recursos àqueles que imigrando de sua pátria, preferem o nosso país para sentar-lhes sua tenda de trabalho.”.

Então João viu que sua família não tinha chance. Ele ficou triste em saber que seu avô, que era muito seu amigo, teria que ir embora.



Imagem 6: Autor não se identificou

Um tempo depois de ele ter perdido seus pais por terem sido vendidos, ele já havia se recuperado dessa grande perda e uma grande notícia foi dada: “Foi hoje publicado no Rio de Janeiro e começa desde hoje a produzir seus jurídicos efeitos a Lei que decretando a extinção da escravidão no Império igualou a condição de todos os brasileiros.”

Após a instituição desta lei ele acabou encontrando seus pais e viveram felizes para sempre.



Imagem 7: Autor não se identificou

Autores:

(Victor, Israel, Mykem, Guilherme, Polyana, Nycole, Aléxia, Brenda, Letícia, Nicole, Guilherme, Bruno, Nathália, Arthur, Caroline, Bruno, Amanda e Bruna.)

As narrativas foram bastante criativas, revelando que os alunos compreenderam questões fundamentais trabalhadas durante o desenvolvimento das aulas: processo lento de abolição dos escravos; dificuldades enfrentadas pelas famílias dos escravos durante a instituição das leis; sentimentos e vivências dos escravos, os alunos se colocaram no lugar do outro, mesmo que através da imaginação. Foram ainda constatadas a importância dos jornais como únicos veículos de notícia da época; a condição de incerteza em relação ao futuro que se encontraram os ex-escravos após a abolição; a substituição de trabalhadores escravos por trabalhadores livres. Também foi possível observar a inserção de vivências do cotidiano dos aprendizes na história da 8ª série quando os mesmos relataram a cura do menino através das ervas da mãe curandeira. Certamente que a religiosidade influenciou este aspecto da história narrada, haja vista que grande parte dos

moradores do bairro são praticantes de crenças e práticas da religião afro.

Assim, a partir destas considerações, podemos inferir que a ideia de criar uma história fictícia contribuiu significativamente para o entendimento dos construtos dos alunos após o trabalho de interpretação e análise dos documentos, no caso os jornais. Além disso, ao lermos as narrativas com as turmas em sua composição final, foi possível debatermos o fato de que “A História dá respostas provisórias porque pode haver pontos de vista diferentes, utilizando as mesmas fontes, e porque vamos descobrindo novas relações com o passado, novas perspectivas.”¹¹⁸ Com base nesta premissa, comparamos as narrativas e chegamos à conclusão, juntamente com os aprendizes, de que mesmo que todos tenham pesquisado nos mesmos documentos, suas visões e suas narrativas variaram de acordo com a percepção e vivência de cada um, assim é com o historiador, por isso a História não é algo pronto.

3.3 – A pesquisa-ação e algumas reflexões dos discentes

Os resultados da atividade com as fichas avaliativas foram significativos para a compreensão da professora em relação à validade do trabalho, tendo em vista que através da análise deste instrumento de avaliação, foi possível detectarmos os olhares e percepções dos aprendizes em relação à intervenção didática a partir do documento histórico. Assim, passaremos ao relato dos resultados obtidos:

Turma 81 número de alunos que completaram a ficha: 20

Turma do 8º ano número de alunos que completaram a ficha: 23

A primeira pergunta era - Você costuma ler jornais, revistas ou algum tipo de publicação periódica? Quais? E as respostas foram assim distribuídas:

Sim: 16 alunos

Não: 14 alunos

Às vezes: 8 alunos

¹¹⁸BARCA, 2001, p.39.

Entre os que disseram ler, citaram alguns jornais e revistas de moda e/ou futilidades sobre personalidades famosas. Pretendíamos com esta pergunta avaliar o grau de familiaridade dos aprendizes com periódicos e se tinham o hábito de lê-los.

Para as próximas questões objetivas referentes ao meio utilizado para a leitura, às notícias que lhes chamavam mais atenção, à percepção se achavam que o jornal era um meio influente na formação de opinião do leitor, e se já conheciam os jornais com os quais trabalhamos e se sabiam que havia uma coleção dos mesmos na Biblioteca Rio-Grandense para pesquisas e quais destes periódicos acharam mais acessíveis e qual acharam mais imparcial ao tratar das questões abolicionistas, obtivemos os seguintes resultados:

A maioria, 30 alunos disseram ler através da internet e impressos, 7 não responderam; “entretenimentos” ficou em primeiro lugar (17 alunos) entre as reportagens que mais gostavam, seguido de “mundo” e “outros” (18 alunos cada) e “esportes” com 19 alunos, “policia”, com 4 e “política”, com 1. Em relação à questão sobre sua opinião referente ao jornal ser ou não um meio de comunicação influente, 29 acharam que sim, 1 não e 11 um pouco. Sobre se já conheciam os periódicos trabalhados, apenas 4 disseram que sim, o restante respondeu que não conheciam. Referente à pergunta relacionada a considerarem o jornal um documento histórico, 38 responderam sim e apenas 1 não o considerava como tal. Das justificativas, podemos destacar a seguintes:

“Sim, porque conta coisas antigas”, (Israel, 14 anos); “Sim, porque às vezes revelam coisas surpreendentes no futuro.” (Franciele, 15 anos); “Sim porque no futuro podem fazer uma pesquisa sobre o passado e vai ter o jornal como uma opção de pesquisa.” (Brenda, 15 anos); “Sim, porque ele foi o primeiro meio de informações e foi e ainda é muito importante.” (Lucas, 13 anos); “Sim, porque ele é escrito diariamente e daqui alguns anos ele irá conter informações importantes para a formação da história.” (Emilly, 13 anos); “Sim, porque um jornal do passado pode trazer muitas notícias importantes.” (Michel, 16 anos); “Nos mostram o jeito que eles falavam e é bem diferente que a gente hoje.” (Rara, 15 anos); “Sim, pois guarda notícias e opiniões dos anos em que foi publicado.” (Letícia, 14 anos); “Sim, pois o jornal de ontem já possui notícias

passadas.” (Arthur, 13 anos); “Sim, porque os jornais são muito antigos e podem ser utilizados como fonte histórica.” (Guilherme, 13 anos); “Sim, porque ele relatou os momentos e ele fica pro futuro e aí, aquilo que era momento vira história.” (Nycole, 14 anos); “Sim pois daqui a muitos anos, as coisas que acontecem agora serão histórias.” (Guilherme, 15 anos); “Sim, porque podemos guardar de recordação alguma notícia para no futuro poder mostrar aos jovens.” (Pollyana, 15 anos); “Sim, pois se preservado, pode correr várias gerações e chegar a muitas pessoas.” (Bruno, 14 anos); “Sim, porque tem jornais de muito tempo atrás que nos fazem lembrar, entender o que aconteceu.” (Fernanda, 17 anos); “Sim, pois os jornais antigos contam fatos históricos que contribuem no dia de hoje.” (Victor, 15 anos); “Sim, porque ele pode apresentar aquilo que já foi escrito no passado.” (Natália, 15 anos); “Sim, pois, as notícias de hoje irão virar passado e no futuro as pessoas poderão ver o que estava passando.” (Aléxia, 14 anos); “Sim, porque como vimos os jornais tiveram grande importância, entraram para a história e de tudo o que aconteceu naquela época. Por fazer parte da história de uma cidade, pode ser considerado um documento histórico.” (Nicole, 15 anos).

Através destes depoimentos podemos perceber alguns aspectos que, na visão dos alunos, foram importantes no trabalho com os jornais: reconhecem-no como documento histórico; citando a importância de sua preservação; destacando-no como representante de uma época; situando-se no tempo e no espaço e desenvolvendo noções de temporalidade histórica. Além disso, alguns alunos identificaram as mudanças e permanências da história através da modificação da linguagem.

Quanto às questões sobre o conhecimento de que havia uma grande coleção deles na Biblioteca Rio-Grandense disponível para pesquisa 36 responderam que não sabiam disso e 7 que sim. Entre os jornais, os que acharam mais acessíveis foi o *Diário do Rio Grande* com 21 escolhas, seguido do *Echo do Sul* com 12, o *Artista* com 6 e o *Commercial* com 5. Por outro lado, ao perguntarmos qual periódico foi mais imparcial o *Echo do Sul* foi alvo de 21 escolhas, o *Artista* 5, o *Commercial* 6 e o *Diário do Rio Grande* 8.

Ao perguntarmos o que acharam a respeito de estudarem as leis abolicionistas através das notícias dos jornais do século XIX, a maioria considerou interessante, mas destacamos apenas algumas respostas: “Achei bem interessante porque é bem diferente o jeito que eles falavam e se colocavam...E o jeito que eles falavam, tinha palavras bem diferentes e isso me chamou a atenção.” (Rara, 16 nos); “Interessante porque eu descobri muitas coisas sobre o lugar que eu moro.” (Talisson 15 anos); “Interessante até porque eu não sabia da existência destes jornais.” (Samir, 13 anos); “Muito legais, pois eu não sabia que eram quatro jornais e nem sabia o nome deles.” (Matheus, 13 anos); “Achei ótimo porque é tudo bem explicadinho e é bom a gente saber também sobre as leis que foram muito importantes.” (Sara, 14 anos); “Acho legal a gente aprender mais coisas de um jeito mais fácil” (Miguel, 14 anos); “Eu achei muito bom porque podemos aprender sobre o passado da nossa cidade e do Brasil de uma maneira divertida e inovadora.” (Emmily, 13 anos); “Eu achei bem interessante e legal conhecer os jornais antigos e saber o que achavam da escravidão.” (Lucas, 13 anos) “Achei bem interessante, trabalhamos o blogue com os jornais daquela época. Conhecemos mais sobre as leis abolicionistas.” (Nicole, 15 anos); “Achei interessante porque o jeito que eles falavam era diferente e muitas coisas que nos livros escolares de história não falam, nos jornais falam.” (Aléxia, 14 anos); “Achei superinteressante, pois, nos dá mais curiosidade de saber o que era falado e comentado neste século.” (Daniela, 14 anos); “Achei muito bom e interessante para o meu conhecimento e cultura.” (José, 14 anos); “Gostei, pois, nós ficamos sabendo como eram os jornais daquela época.” (Maiken, 14 anos); “Foi um modo diferente de aprender.” (Fernanda, 17 anos); “Achei muito interessante, pois, várias pessoas morreram e lutaram para conquistarem direitos que às vezes hoje são menosprezados.” (Bruno, 14 anos); “Muito bom saber as notícias do século XIX.” (Pollyana, 15 anos); “Muito interessante descobrir o antigo Rio Grande.” (Guilherme, 15 anos).

Através destes construtos dos alunos foi possível observar que o trabalho foi significativo no sentido de que despertou nos aprendizes a consciência de pertencimento quando reconhecem que os periódicos faziam parte da história da cidade e de sua própria história. Além disso, valorizaram o conhecimento

que lhes foi proporcionado, identificando as notícias e a forma de escrita das mesmas como pertencentes a um outro tempo, fazendo comparações e relações entre passado e presente. Também constatamos que os aprendizes identificaram na intervenção didática aplicada como uma forma diferente de aprender e que o conteúdo do documento histórico não se encontra em livros didáticos. Por outro lado, ao considerarem a didática aplicada “como fácil”, podemos inferir que o documento histórico em suas linguagens próprias de uma época não se tornou um obstáculo para um trabalho em sala de aula da atualidade.

Em outra questão, foi pedido que o aluno se posicionasse sobre se considerava fácil ou não para os políticos da época chegarem a um acordo comum sobre a questão abolicionista. A maioria respondeu que não e utilizaram como justificativas: “Cada um tinha a sua opinião”; “Naquela época não havia democracia”; “Porque a maioria não queria abolir a escravidão”; “Os opositores eram uma força muito forte”; “Não queriam ficar sem escravos”; “Não, porque se fosse fácil não mudariam tantas vezes as leis”; “Não, porque uns queriam que fosse mais lento e outros queriam que fosse mais rápido a liberdade.” Aqui não utilizamos as respostas dos aprendizes na íntegra, mas dividimos em categorias que foram mais utilizadas. Identificamos nestas respostas a consciência de que entre várias opiniões nem sempre é fácil chegar a um acordo e que havia divergências entre os políticos da época em abolir ou não a escravidão.

Quando perguntados se após o trabalho achavam relevante que os estudantes de hoje tivessem acesso aos jornais da época para se posicionarem em relação à Abolição e como a leitura dessas matérias poderia contribuir para a compreensão do preconceito que temos na sociedade atual, 100% das turmas responderam que sim, e usaram como justificativa o fato de que os jornais contavam “um pouco da história dos escravos”.

Destacamos algumas respostas: “É bom termos acesso a esses jornais para ver como as pessoas agiam e fica mais fácil de aprender a matéria. Para mostrar que antes eles estavam errados de ter preconceitos e ainda acontece isso.” (Daniela, 14 anos); “Sim, porque assim eles vão perceber que estão

numa época ótima, sem escravidão. Uma época livre.” (Talisson, 15 anos); “Sim, explicam a condição dos negros.” (Leonardo, 14 anos); “Sim, se os estudantes lerem os jornais vão ver que nenhum negro nasceu para ser escravo.” (Brenda, 15 anos); “Sim, nos ajuda muito e nos faz ter uma visão mais ampla do que foi realmente a abolição dos escravos e nos fazem pensar mais sobre isso e terem menos preconceitos com os negros.” (Rara, 15 anos); “Sim. Com a leitura dessas matérias podemos abrir os nossos olhos para o preconceito na sociedade atual, conhecendo mais sobre a abolição podemos ver como é o preconceito e o que podemos fazer para acabar com ele.” (Nicole, 15 anos); “Achei muito importante para ver os erros que a sociedade cometeu, para que a gente não cometa de novo.” (José, 14 anos); “Que eles sofreram muito e merecem ser tratados bem.” (Fernanda, 17 anos); “Sim, lendo o preconceito que tinham antigamente, vemos que o preconceito é uma coisa idiota.” (Nycole 14 anos).

Assim, através destas respostas, foi possível identificar que os aprendizes têm noções de passado como algo que deve ser revisto para tirarmos lições que nos orientem no presente. Por outro lado, para alguns, a realização do trabalho foi uma forma mais fácil de aprender a matéria.

Em relação à pergunta sobre o que mudou em suas visões da escravidão após o estudo e se achavam que a situação do negro mudou na sociedade atual, a maioria (39), respondeu que suas ideias mudaram, mas que ainda existe preconceito, apesar de que hoje temos leis que garantem os direitos dos negros. Um aluno afirmou: “Agora sei o que sentiram”. (Israel, 14 anos). Podemos acrescentar mais alguns depoimentos que evidenciam a mudança de percepção do aluno: “Eu passei a ler estas matérias sobre a escravidão no Brasil. Acho que o negro ainda sofre preconceito, podiam ter mais direitos.” (Luan, 15 anos); “Não mudou muita coisa, mas evoluímos bastante sobre este assunto. Continua o preconceito com o negro, o racismo continua, mas hoje o negro tem sim o seu espaço na sociedade se comparado com o tempo de antes.” (Rara, 15 anos); “Algo horrível porque fazer isso com os negros é covardia, eu acho que isso mudou em relação a minha percepção porque eu achava porque eles eram negros que tinham que morrer.” (Esta resposta

realmente apareceu entre as fichas, entretanto para preservar a identificação do aluno, preferimos apenas citá-la). As respostas demonstram que a atividade despertou-lhes os sentimentos de identificação com a situação que os escravos vivenciaram produzindo até mesmo mudança de percepção histórica. Sendo assim, um trabalho desta natureza pode ser realizado tranquilamente em uma aula relacionada à cultura e história acerca dos negros, no contexto brasileiro e até no africano.

Para a última pergunta sobre como dariam a notícia da Abolição se fossem um jornalista do século XIX, obtivemos algumas respostas interessantes: “Eu ia dizer com muito gosto e entusiasmo que acabou a escravidão e também ia me posicionar de que os escravos libertos tinham que ter direitos a se juntar à sociedade como pessoas comuns e iguais aos outros, mesmo sendo ex-escravos e negros.” (Rara, 15 anos); “Hoje, no ano de 1888 teve fim a escravidão. Algo que deveria ter acontecido anos antes, hoje teve fim.” (Mateus, 13 anos); “Eu daria a notícia que os negros não podiam mais sofrer preconceitos e eles eram pessoas comuns como as outras e deviam ter os mesmos direitos do que as outras.” (Luan, 15 anos); “Finalmente a liberdade. A partir do dia de hoje os negros se ajuntarão a nós como irmãos.” (Talisson, 15 anos); “Estamos aqui hoje para relatar uma notícia do interesse da sociedade: abolição da escravatura.” (Flávia, 17 anos); “O Governo aceitou a lei abolicionista para a nossa felicidade.” (Jonatan, 15 anos); “Chegou ontem a notícia que a abolição final chegou no Brasil.” (Alexandre, 13 anos); “Hoje é um dia importante para a nossa nação, acaba de ser aprovada a lei que vai abolir a partir de hoje a escravatura. É com muito prazer e satisfação que transmitimos esta ótima notícia, mas, o que será dos escravos?” (Emilly, 13 anos); “Hoje, então, foi dada a lei de todos os escravos livres. Finalmente, depois de sofrerem tanto trabalho forçado sem receber, ficaram livres. Hoje deveria ser um dia de festa para o povo. Vamos apoiar e nunca mais fazer isso, para quem fazia.” (Lucas, 13 anos); “Eu falaria assim: Depois de tanta luta foi aprovada a abolição, pois, negros são humanos como nós, apenas com a cor da pele diferente.” (Daniela, 14 anos); “Povo rio-grandino, povo brasileiro a partir de hoje não terá mais escravidão no Brasil.” (Bruno, 15 anos); “Foi abolida a escravidão no Brasil, finalmente os negros escravos ficam livres dessa

vergonha que mancha o Brasil.” (Letícia, 14 anos); “Sendo um jornalista daquela época, faria uma matéria sobre a abolição da escravatura, contando a história da escravidão com tudo o que aconteceu” (Nicole, 15 anos).

A partir da análise das construções dos alunos na ficha elaborada pela professora para ser utilizada como instrumento avaliativo, pode-se inferir que foi realizada uma avaliação qualitativa de seus conhecimentos obtidos após a intervenção didática de uma forma prazerosa e sem que os aprendizes se sentissem pressionados ou nervosos por estarem sendo avaliados. Aliás, podemos acrescentar que a avaliação ocorreu em todas as fases do processo e nem por isso foi necessário realizar uma avaliação tradicional, como a realização de uma prova, por exemplo.

Por outro lado, ao observarmos as respostas dos aprendizes, mais uma vez podemos constatar a validade do uso do documento histórico como testemunha do passado que pode tornar o estudo do mesmo significativo e interessante para o aprendiz. Ao entrar em contato com tais fontes, forma-se um elo com o presente, oportunizando ao aluno o exercício de reflexões criativas que partem de seus próprios olhares sobre o documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos este trabalho, demos continuidade às pesquisas de investigação realizadas na especialização em História do Rio Grande do Sul, referente aos meios que a imprensa rio-grandina do século XIX utilizou para divulgar as leis abolicionistas. Ao constatarmos que tais fontes poderiam ser utilizadas como testemunho histórico para o trabalho em sala de aula, iniciamos, nesta segunda etapa, a elaboração de estratégias de aprendizagem que dessem suporte para a realização de tal empreendimento.

Certamente que encontramos ao longo desta trajetória algumas dificuldades que podemos apontar neste momento. Iniciaremos com a questão da carga horária da disciplina. Na turma do oitavo ano, temos três aulas de quarenta e cinco minutos cada durante a semana, enquanto que na oitava série, temos apenas duas. Assim, percebemos que o trabalho foi mais tranquilo e não havia ansiedade por parte dos aprendizes do oitavo ano em relação ao tempo para terminar. Pode ter sido este o fator que contribuiu para que as narrativas desta turma fossem mais elaboradas, se comparadas às da oitava série, na qual os alunos estavam ansiosos e mais preocupados com a nota do que com a qualidade do trabalho. É preciso salientar que a atribuição de notas aos alunos faz parte do sistema da rede municipal de ensino. Assim, os alunos sempre esperam que seus trabalhos sejam avaliados, daí recorrermos a tal procedimento.

Ainda a respeito da carga horária, acreditamos que esta, na disciplina de História no Brasil, poderia ser revista, pois, enquanto educadores que trabalham com questões tão profundas como identidade, vivências, tolerância, alteridade, etc, necessitamos de mais tempo com o aprendiz para que o trabalho se torne eficaz no sentido de contribuir na formação de cidadãos do futuro.

Por outro lado, destacamos os obstáculos relacionados à assiduidade dos estudantes. Como estávamos no final do trimestre, muitos começaram a faltar às aulas o que causou a não participação de todos os componentes da turma nas atividades. Além disso, alguns netbooks tiveram problemas e precisaram ser formatados, sendo que os técnicos alegaram não ser possível salvar os trabalhos antes da formatação por serem equipamentos muito simples. Desta forma, alguns trabalhos que estavam quase prontos ou pela metade, foram perdidos, o que nos obrigou a reunir alguns alunos em duplas para o término da atividade. Mesmo assim, ainda foi válido, pois verificamos que nestas duplas (uma média de 5 duplas), ocorria um debate para decidir o que deveriam colocar como resposta nas questões.

Outra dificuldade encontrada foi a premência do tempo. No decorrer das atividades descobrimos que a grande maioria nunca havia entrado na Biblioteca Rio-Grandense. Os próprios alunos ficaram curiosos e nos pediram para fazer uma visita e “ver os jornais de perto”, no dizer de um aprendiz. Assim, como o tempo não nos permitiu, ficamos na promessa de que no próximo ano faremos a visita, o que causou certa expectativa em alguns e desapontamento em outros que serão transferidos.

Porém, entre pontos positivos e negativos, constatamos que os positivos pesaram mais. Nossas conclusões sobre a validade do trabalho referente a ter cumprido seus objetivos propostos, estão diretamente ligadas às narrativas elaboradas pelos aprendizes na ficha de avaliação do trabalho bem como nas histórias construídas pelos mesmos.

Ao verificarmos suas idéias históricas nas narrativas de ficção construídas, foi possível detectar que a atenção dos alunos recaiu principalmente sobre suas percepções em relação à condição dos escravos e a noção de que não ocorreu um planejamento do governo para inserção dos mesmos na sociedade. Embora tenha ocorrido uma indução da professora ao sugerir alguns critérios para a elaboração da história, inclusive em relação à temporalidade (que deveria ocorrer no período das leis abolicionistas), percebe-se que tais requisitos não engessaram os construtos dos alunos e, pelo contrário, lhes deram subsídios para exercitarem sua criatividade. Isso

pode ser constatado nas finalizações para as narrativas que foram escolhidas pelas turmas: ambas foram finais felizes, e um deles foi até um casamento unindo culturas diferentes, vencendo a barreira do preconceito.

Quanto às noções de temporalidade observadas nas narrativas, constatamos que os aprendizes foram capazes de situar-se no tempo compreendendo que a Abolição ocorreu no passado e que eles estavam lançando um olhar do presente sobre a mesma. Isso pode ser detectado quando narram a história referindo-se ao passado com as expressões: “nasci no dia tal”, “um tempo depois de”, ou ao percebermos que os verbos eram conjugados no passado, referindo-se a outro tempo.

Por outro lado, detectamos que a maioria dos alunos conseguiu sistematizar o conhecimento sobre a abolição da escravidão no Brasil, de forma simples, mas significativa. Foram capazes de compreender um processo histórico e estabelecer suas relações com o presente, realizando um trabalho semelhante ao do historiador, o que lhes tornou significativo o aprendizado, e demonstrou que a História é sempre passível de ser vista sob outro olhar. Toda a atividade foi mediada pela professora que através do uso do documento como testemunho do passado, estimulou sua capacidade investigativa e criativa, fazendo com que o aluno se sentisse agente de seu conhecimento.

As narrativas resultantes forneceram indicativos para entender como o trabalho desenvolvido pela professora pode contribuir no desenvolvimento das ideias históricas dos aprendizes. De uma forma mais ampla, as produções dos estudantes destacaram que ficou evidente para os mesmos a relevância dos jornais como fontes históricas, o processo gradual da Abolição da escravidão no Brasil, a consciência do preconceito ainda presente na sociedade, o sentimento de compaixão, no sentido de colocar-se no lugar do outro, em relação aos escravos.

Além disso, a metodologia utilizada pela professora, trabalhando com uma fonte histórica através de uma mídia atual, tornou a construção do conhecimento prazerosa e dinâmica, estimulando o tempo todo por parte dos aprendizes uma atitude participativa e não passiva, contribuindo de forma a

potencializar o uso das tecnologias digitais, bem como a formação da consciência histórica dos estudantes.

Podemos acrescentar ainda que as histórias fictícias produzidas proporcionaram ao aprendiz uma forma diferenciada de expor suas ideias após a intervenção didática. Foi possível, através delas, averiguar o raciocínio lógico em relação a tempo, espaço e situações vivenciadas. Também oportunizaram aos estudantes tornarem-se transmissores do conhecimento construído na medida em que as narrativas poderão vir a ser utilizadas, numa próxima etapa, com alunos mais jovens. Identificamos que, em todas estas questões, a utilidade prática da História enquanto disciplina, se fez presente.

Outro aspecto relevante foi o fato de que ao trabalharmos com periódicos da cidade, o aprendiz teve oportunidade de identificar-se com seu passado histórico, bem como desenvolveu a consciência da necessidade de preservação de documentos de outras épocas, remetendo-o à questão de identidade e patrimônio. Ao mesmo tempo percebemos pelas interpretações dos aprendizes sobre a fonte histórica que embora esta pertença a outro momento histórico, com suas próprias linguagens de uma época, não se constitui numa barreira para a compreensão dos sujeitos aprendentes, antes, lhes proporcionou comparações com a linguagem atual bem como a ampliação do seu vocabulário e o conhecimento de palavras pouco ou não mais utilizadas em seu cotidiano.

No que tange ao desenvolvimento de uma consciência por parte do aprendiz, de que a notícia está sempre revestida de parcialidade e da relevância do jornal como órgão formador de opinião, também percebemos nas narrativas que este objetivo foi alcançado. Além do que, os educandos tiveram condições de constatar ser o periódico escrito um elemento do passado que permanece como importante meio de comunicação no presente, constituindo-se como a identificação das mudanças e permanências da História. Concluímos assim que os objetivos propostos ao iniciarmos esta pesquisa foram alcançados de forma satisfatória. Entretanto, consideramos este trabalho como mais um passo no caminho para a realização de outras pesquisas futuras que possam contribuir no ensino-aprendizagem da História enquanto disciplina.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JORNAIS

ARTISTA, Rio Grande 1885, 1888

COMMERCIAL, Rio Grande 1871, 1888

DIÁRIO DO RIO GRANDE, Rio Grande 1871, 1885, 1888

ECHO DO SUL, Rio Grande 1871, 1885, 1888

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina. (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. O ideal abolicionista através da imprensa: estudo de caso e uma inserção em um “modelo” latino-americano IN: *Aspectos da Escravidão na América Espanhola*. Porto Alegre. PUCRS, 1995.

ALVES, Francisco das Neves. A Abolição da escravatura negra na América Latina: desenvolvimento, modalidades e heranças. IN. *Aspectos da Escravidão na América Espanhola*. Porto Alegre. PUCRS. 1995.

BARCA, Isabel. GAGO, Marília. Aprender e pensar em História: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade. In: Universidade do Minho, Braga, Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 14, nº 001, 2001, p. 239-261. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37414111.pdf>. Acesso em: 02 jun.2012.

BARCA, I. Aula Oficina: do projecto à avaliação. In: BARCA, I. (Org.). *Para uma educação histórica com qualidade*. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p 131-144.

BELLONI, Maria Luiza. *Crianças e Mídias na Educação: Cenários de mudança*. Campinas, SP: Papirus, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os usos didáticos de documentos. In:

Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 325-382.

CALDAS, Graça. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.27, n.94, abril.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/ao6v27n94.pdf>. Acesso em 10 fev.2013.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e Consciência Histórica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FVG, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo. Global. 4ed 1998.

COOPER, H. O pensamento histórico das crianças. In: BARCA, I. (Org.). Para uma educação histórica de qualidade. *Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Universidade do Minho, 2004. p. 55-76.

EDWARDS. Verônica. *Os sujeitos no universo da escola: um estudo etnográfico no ensino primário*. Tradução Josely V. Baptista. São Paulo: Ática, 2003.

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. *Fazer e ensinar história*. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACEDO, José Rivair. *História Medieval: Repensando a Idade Média no Ensino de História*. IN: KARNAL, Leandro (org). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 109-123.

MORAES, Elisabete Rodrigues. *Escravidão e Imprensa*. IN: *Scientia Historica*, Rio Grande, vol 2, nº 2, p. 71 a 80, 2004.

MORAES, Elisabete Rodrigues. *Repercussão e divulgação da abolição pela imprensa na cidade do Rio Grande (1888)*. IN: *Scientia Historica*, Rio Grande, vol 1, nº 1, p. 57 a 66, 2002.

MORAES, Elisabete Rodrigues. *A Lei do Ventre Livre divulgada pela Imprensa Rio-grandina*. IN: ALVES, Francisco as Neves (org). *Imprensa e História no Rio Grande do Sul. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense*, Rio Grande: Editora da FURG vol 6, nº 6, p. 19 a 27, 2001.

PINSKI, Jaime & PINSKI, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e consequente. IN: KARNAL, Leandro (org). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 17-36.

REVERBEL, Carlos. Evolução da Imprensa Rio-Grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: O Rio Grande Antigo*. Canoas: Ed. Regional, 1956. V. 2.

ROMANCINI, Richard & LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS. 1993.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *O uso do documento em sala de aula*. Curitiba: Laboratório de Ensino de História, UFPR, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª Ed., 1999.